

Relatório e Contas 2005





Relatório e Contas Consolidados 2005



Perfil do Grupo CIMPOR

A CIMPOR é um Grupo cimenteiro internacional – 10º lugar no *ranking* mundial, com uma capacidade instalada, no final de 2005, de 23,9 milhões de toneladas/ano (produção de cimento com clínquer próprio) – cuja actividade se estende a nove países (para além de Angola, onde o Grupo adquiriu, no final de 2004, uma participação de 49% na empresa líder do respectivo mercado). A CIMPOR é líder nacional nos mercados de Portugal, Cabo Verde e Moçambique e regional em Marrocos (Rabat), Egipto (Alexandria) e África do Sul (KwaZulu-Natal), ocupando ainda a 2ª, 3ª e 5ª posições nos mercados da Tunísia, Brasil e Espanha, respectivamente.

O Cimento constitui o *core business* do Grupo. Betões, Agregados e Argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios, os quais, em termos consolidados, atingiram em 2005 o valor de 1.535 milhões de euros.

VISÃO ESTRATÉGICA

Pioneiro na adopção do conceito de Desenvolvimento Sustentável e assumindo-se como um dos principais protagonistas, a nível mundial, do movimento de consolidação do sector, o Grupo CIMPOR pretende prosseguir no caminho do crescimento e da internacionalização, mantendo-se fiel àquele conceito, preservando a sua independência face aos outros grandes grupos cimenteiros e conservando o seu centro de decisão em Portugal.

VALORES

- Ao nível dos Accionistas – Defesa dos seus legítimos interesses, através da valorização intrínseca dos capitais investidos na Empresa e da sua correcta remuneração.
- Ao nível dos Clientes – Focalização na plena satisfação das suas expectativas, dentro dos princípios éticos de integridade e de cumprimento das normas aplicáveis.
- Ao nível dos Colaboradores – Remuneração adequada ao seu trabalho, criação de condições de valorização profissional e equidade no tratamento.
- Ao nível da Organização – Busca constante da Excelência, através do estabelecimento de objectivos ambiciosos e da escolha, a todos os níveis, de lideranças com capacidade de assumpção de responsabilidades e de cumprimento dos objectivos.
- Ao nível da Qualidade – Respeito pelos normativos nacional e internacional, designadamente no tocante à Certificação de Produtos e ao bom funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade.
- Ao nível do Ambiente – Integração harmoniosa no meio social e cultural envolvente, com base numa política activa de requalificação ambiental e de cooperação com as comunidades locais.
- Ao nível da Inovação – Prossecução de uma política de inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços, em colaboração com o meio académico e científico.
- Ao nível das Comunidades Locais - Implementação de uma política de apoio social atenta às carências estruturais e de suporte a actividades sociais e culturais.
- Ao nível da Sociedade em Geral - Prossecução de políticas de Comunicação e de Responsabilidade Social que assegurem completa transparência acerca das realizações do Grupo e demonstrem a assumpção dos deveres de cidadania que proactivamente acata.

ESTRATÉGIA

- Consolidação das posições actuais, mediante crescimento orgânico (aumentos de eficiência e capacidade) e uma maior penetração nos diferentes mercados onde o Grupo já opera (através da expansão para negócios relacionados com a fileira do cimento).
- Realização de novas aquisições, dentro dos limites ditados pela capacidade financeira do Grupo e pelo desejável equilíbrio entre uma actuação centrada em mercados emergentes e a presença em mercados consolidados e maduros, cujo menor potencial de crescimento é compensado por inferiores níveis de risco.
- Optimização das operações, através do aproveitamento de sinergias, da redução de custos (designadamente energéticos), do aumento da produtividade do pessoal e de investimentos em I&D.
- Desenvolvimento da actividade de *trading* entre as empresas do Grupo, de forma a equilibrar os picos da procura em certos mercados com os excessos de oferta noutras áreas.

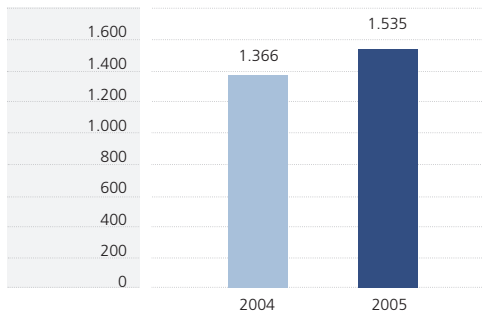
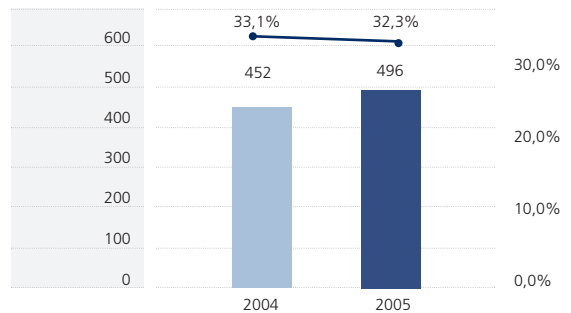
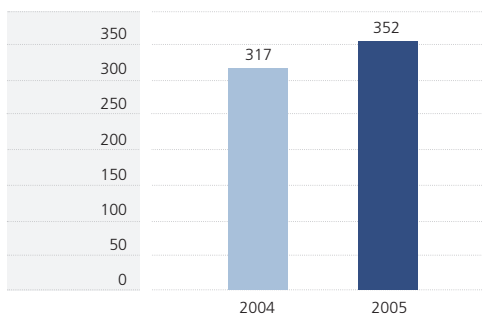
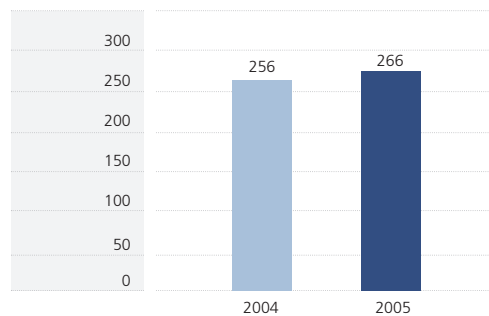
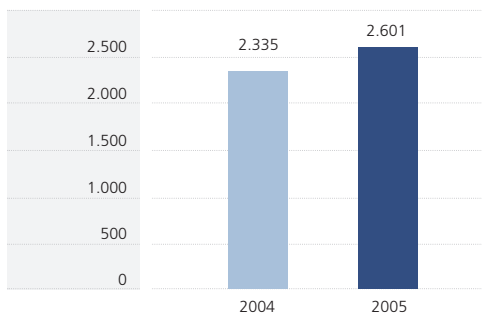
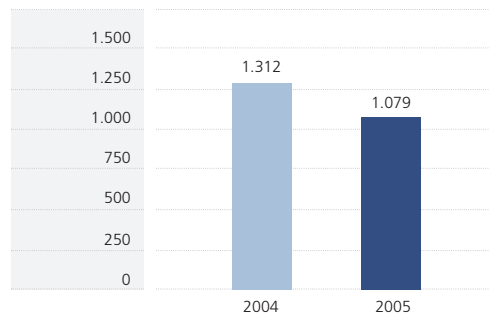
Síntese de Indicadores

Dados Consolidados	Unidade	2005 (IFRS)	2004 (IFRS)	Varição	2004 (PGAAP)
Capacidade Instalada (Cimento) ⁽¹⁾	10 ³ ton	23.885	23.355	2,3 %	
Vendas do Grupo					
Cimento	10 ³ ton	19.806	18.641	6,2 %	
Betão	10 ³ m ³	7.059	6.673	5,8 %	
Agregados	10 ³ ton	13.228	11.897	11,2 %	
Argamassas	10 ³ ton	477	490	-2,6 %	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	1.534,9	1.365,6	12,4 %	1.365,6
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	169,0	159,6	5,9 %	155,2
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	495,8	451,9	9,7 %	458,7
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	355,4	323,4	9,9 %	248,2
Resultados Financeiros (líq.)	10 ⁶ euros	-3,3	-6,7	s.s.	-6,5
Resultados Antes de Impostos	10 ⁶ euros	352,2	316,7	11,2 %	235,9
Resultados Líquidos após Int. Minoritários	10 ⁶ euros	266,2	256,1	3,9 %	185,9
Activo Total	10 ⁶ euros	3.805,4	3.411,5	11,5 %	3.174,5
Capital Próprio Atribuível a Accionistas	10 ⁶ euros	1.519,1	1.159,2	31,0 %	970,4
Interesses Minoritários	10 ⁶ euros	65,5	63,7	2,9 %	76,3
Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾	10 ⁶ euros	1.079,4	1.312,3	-17,7 %	1.316,8
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	2.600,9	2.335,3	11,4 %	2.059,9
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	5.827	5.706	2,1 %	5.706
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	265,1	242,1	9,5 %	242,1
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	114,8	108,4	5,9 %	108,8
Investimento Líquido					
Goodwill (Filiais)	10 ⁶ euros	11,2	20,0	-43,8 %	20,0
Activos Fixos Tangíveis	10 ⁶ euros	149,0	173,3	-14,0 %	170,6
CF Operacional / Vol. Negócios (Margem EBITDA)		32,3%	33,1%		33,6%
Result. Operacionais / Vol. Negócios (Margem EBIT)		23,2%	23,7%		18,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)		19,9%	23,6%		19,3%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽³⁾		12,1%	12,2%		13,0%
Dívida Financeira Líquida / Capitais Empregues		41,5%	56,2%		63,9%
Capitalização Bolsista (31 Dez)	10 ⁶ euros	3.125	2.789	12,0 %	2.789
Resultado Líquido por Acção (EPS)	euros	0,40	0,38	3,8 %	0,28
Cotação (31 Dez) / Resultados por Acção (PER)		11,7	10,8		14,9

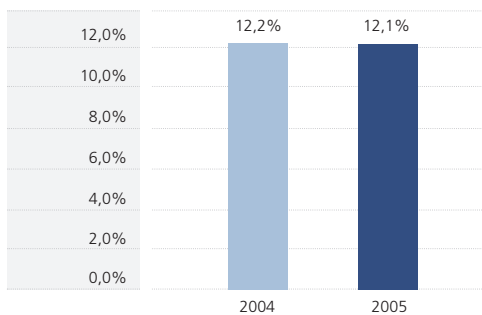
(1) Capacidade anual de produção de cimento com clínquer próprio (31 Dez).

(2) Empréstimos Obtidos (incluindo Leasings e Acréscimos de Custos com a natureza de Dívida Financeira) - Disponibilidades e Títulos Negociáveis.

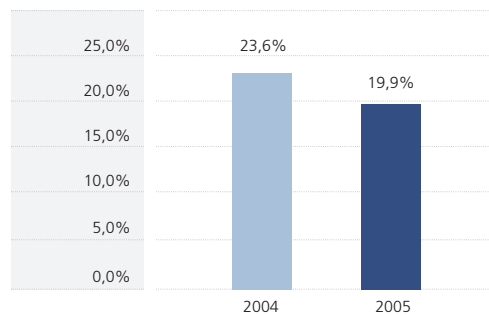
(3) Resultados Operacionais Ajustados (Líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues.

Volume de Negócios 10⁶ eurosEBITDA / Margem EBITDA 10⁶ eurosResultados Antes de Impostos 10⁶ eurosResultados Líquidos após Interesses Minoritários 10⁶ eurosCapitais Empregues 10⁶ eurosDívida Financeira Líquida 10⁶ euros

Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE)



Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)



Acontecimentos Mais Relevantes em 2005



Portugal

- Realização, em 27 de Abril de 2005, da Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., a qual, para além de aprovar todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, bem como uma proposta de supressão das disposições estatutárias que estabeleciam limitações ao exercício do direito de voto pelos accionistas, elegeu os membros dos órgãos sociais e da Comissão de Fixação de Remunerações para o quadriénio 2005/2008.
- Extensão do *software* de gestão SAP/R3 às Áreas de Negócios de Marrocos, Brasil e África do Sul.

- Alienação, pelo valor aproximado de 144 milhões de euros, da participação (cerca de 20%) detida pela CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., no capital social da Semapa – Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A..
- Alienação da participação (100%) detida pela Betão Liz, S.A., no capital social da Jobrita – Indústrias Extractivas, S.A., por um valor de cerca de 2,8 milhões de euros.
- Abertura e manutenção de contas no Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE), relativo aos direitos de emissão de CO₂.
- Subscrição, e conseqüente realização, pela CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., na proporção da respectiva participação (48%), do aumento do capital social da C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A., de 100 milhões para 200 milhões de euros.
- Arranque de uma nova linha de fabricação de sacos na Sacopor – Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A..
- Incorporação, por fusão, da TPA – Transportes de Santo André, Lda., na Transviária – Gestão de Transportes, S.A..
- Obtenção do registo *EMAS (Ecomanagement and Audit Scheme)* – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – pelos Centros de Produção de Loulé e Alhandra.
- Transferência da sede social da Scanang Holding, Limited, detida a 100% pela CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., de Gibraltar para o Funchal, e alteração da respectiva denominação para Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda..



Espanha

- Constituição da Prebetong Lugo Hormigones, S.A., com integração na mesma de todos os activos afectos à actividade de produção e venda de betão pronto e argamassas secas resultantes da cisão parcial da Prebetong Lugo, S.A..

- Ampliação, pelo prazo de 15 anos, da concessão portuária de Marin atribuída à Silos de Galicia, S.A..
- Aumento do capital social da Morteros de Galicia, S.L., de 3.100 euros para 2.511.000 euros.
- Aumento do capital social da Materiales del Atlántico, S.A., através da emissão de 677 novas acções do valor nominal de 1.000 euros cada, ao preço unitário de 5.100 euros, integralmente subscrito pela Sociedad Industrial y Financiera Gallega, S.L., que assim aumentou a respectiva participação naquela sociedade de 54,15% para cerca de 58,8%.
- Aquisição, através da Corporación Noroeste, S.A., e pelo valor de 660 mil euros, da totalidade do capital da sociedade Tabanque, S.L., detentora de uma participação de cerca de 9% no capital social da Materiales del Atlántico, S.A., o que elevou a participação do Grupo nesta última para aproximadamente 67,8%.
- Aumento, para 100%, da participação detida pela Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos, S.L., no capital social da Hormigones Mariña, S.L., com posterior transferência da referida participação para a Hormigones Miño, S.L., e consequente fusão destas duas sociedades, por incorporação da primeira na segunda.
- Constituição da empresa Cement Trading Activities España – Comércio Internacional, S.A. (entretanto redominada para Scanang Trading Activities – España, S.A.), com um capital social de 60.200 euros, integralmente detido pela CIMPOR Inversiones, S.A..
- Finalização das obras do Projecto de Urbanização do Polígono Industrial de Sergude (Boqueixón, Santiago de Compostela), em cuja entidade gestora a Cementos Cosmos, S.A., detém uma participação de cerca de 92%.
- Dissolução e liquidação da sociedade 97-2000 Fivacar, S.L..
- Assinatura de um compromisso de aceitação da Oferta Pública de Aquisição apresentada pela Cementos Portland Valderrivas, S.A., junto da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV), sobre a totalidade do capital da Cementos Lemona, S.A. (onde a Corporación Noroeste, S.A., detém um total de 2.163.116 acções), ao preço unitário de 32 euros.



- Conclusão dos trabalhos de ampliação da capacidade de produção de clínquer da fábrica da Asment de Témara para 2.800 ton/dia, com a presença, na inauguração oficial das novas instalações, de S. Excia. o Senhor Primeiro Ministro de Marrocos.
- Obtenção, pela Asment de Témara, do 2º Prémio Nacional de Qualidade (Categoria Grandes Empresas), concedido pelo Ministério da Indústria e do Comércio de Marrocos.
- Renovação da certificação de Qualidade da Asment de Témara de acordo com a norma ISO 9001:2000 e obtenção simultânea da certificação de Gestão Ambiental segundo a norma 14001:2004.



Tunísia

- Aquisição e aluguer de terrenos, pela Betocim, para instalação de duas novas centrais de betão pronto.
- Aumento do capital social da Ciments de Jbel Oust, de TND 76.596.500 para TND 90.834.600, por incorporação da reserva especial de investimento.
- Conclusão dos trabalhos de construção da nova sede social da Ciments de Jbel Oust, inaugurada com a presença de S. Excia. o Senhor Ministro da Indústria, da Energia e das Pequenas e Médias Empresas da Tunísia.
- Início da utilização de coque de petróleo, como combustível principal, na fábrica da Ciments de Jbel Oust.
- Integração dos procedimentos de Segurança da norma ISO 14001 com a norma ISO 9001:2000, com vista à obtenção, já em 2006, da respectiva certificação.
- Arranque do Sistema de Gestão da Segurança no Trabalho (SMS).
- Obtenção de um incentivo ao investimento, concedido pelo Governo da Tunísia, no âmbito do respectivo Plano de Modernização Tecnológica.



Egipto

- Aumento do capital social da CIMPOR Egypt for Cement, S.A.E., em 2.660 milhões de libras egípcias, integralmente subscrito e realizado pela CIMPOR Inversiones, S.A..
- Constituição, ao abrigo do regime especial das “Free Zones”, de uma nova sociedade com sede no porto de Dekheila, designada por Amreyah Dekheila Terminal Company, com um capital inicial integralmente detido pelo Grupo CIMPOR e cuja actividade irá consistir na realização das operações de logística, tanto de importação como de exportação, de produtos e materiais, incluindo o respectivo armazenamento.
- Celebração, pela Cimpsac, de contratos de fornecimento e montagem de uma linha de produção de sacos de papel (com uma capacidade anual de produção de cerca de 45 milhões de sacos) e de construção das respectivas instalações e infraestruturas.
- Conclusão dos projectos de reabilitação das máquinas de ensacar e do *stock* polar de clínquer da Amreyah Cement Company.
- Conclusão das obras de adaptação das novas instalações comerciais e administrativas das empresas do Grupo, sitas em Alexandria.
- Renovação das certificações de Qualidade e Gestão Ambiental da Amreyah Cement Company, de acordo com as normas ISO 9001:2000 e ISO 14001, respectivamente.



Brasil

- Aquisição de 4 centrais de betão pronto nos estados de Goiânia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com uma capacidade total de produção de, aproximadamente, 146.000 m³/ano.
- Aumento do capital social da CIMPOR Brasil, S.A., em 918,5 milhões de reais, integralmente subscrito e realizado pela CIMPOR Inversiones, S.A., mediante o *apport* de acções das sociedades Companhia de Cimentos do Brasil, Companhia de Cimento Atol e Companhia Paraíba de Cimento Portland (Cimepar).
- Aquisição, pela CIMPOR Brasil, S.A., das restantes participações accionistas detidas pela CIMPOR Inversiones, S.A., nas referidas sociedades.
- Obtenção da certificação de Qualidade ISO 9001:2000 nas centrais de betão de Porto Alegre, São Leopoldo, Caxias do Sul e Passo Fundo, todas no estado do Rio Grande do Sul.



Moçambique

- Aumento da participação do Grupo CIMPOR no capital social da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., de cerca de 65,4% para aproximadamente 71,7%.
- Conclusão do projecto de aumento da capacidade de produção da moagem de Nacala (de 340 para 500 ton/dia).
- Arranque dos trabalhos de remodelação das instalações de extracção, transporte, embalagem e expedição de cimento na fábrica da Matola.
- Início dos estudos de viabilidade de recuperação da antiga linha de produção de clínquer (ou de instalação de uma linha nova) na região do Dondo.
- Entrada em exploração de uma nova central de betão (Xai-Xai).



África do Sul

- Alienação, à *National African Womans Alliance* (Nawa), no âmbito do processo de *Black Economic Empowerment* e por força da nova legislação referente à actividade de extracção de recursos minerais, de uma participação de 26% no capital social da empresa de agregados South Stone Crusher.
- Assinatura de um contrato promessa de compra e venda relativo à aquisição, pela Natal Portland Cement (NPC), da totalidade do capital das sociedades Sterkspruit Aggregates e Sterkspruit Readymix.
- Início dos trabalhos de instalação de uma moagem de cimento (600 mil ton/ano), incluindo equipamentos de embalagem e expedição, bem como do projecto de construção de uma nova linha de produção de clínquer (1.500 ton/dia), na fábrica de Simuma.

- Manutenção, nas três unidades fabris da NPC, da classificação “5 estrelas” pelo sistema NOSA de Higiene e Segurança no Trabalho.

Cabo Verde

- Aquisição, pela CIMPOR Inversiones, S.A., de 100% do capital social da empresa Nordicave Trading Industrial, Lda., detentora, à data, de uma participação de 86,65% na sociedade Cimentos de Cabo Verde, S.A. (CCV).
- Início da actividade do Grupo CIMPOR, através da CCV, no Arquipélago de Cabo Verde - importação, armazenagem, ensacagem e distribuição de cimento.



Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente:

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Vogais:

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo *

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura *

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins *

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc *

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte *

Dr. Vicente Árias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

* Comissão Executiva

Conselho Fiscal

Presidente:

Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Vogais:

Dr. José Conceição Silva Gaspar

Deloitte & Associados, SROC, S.A., representado por Dr. Carlos Manuel Pereira Freire

Vogal Suplente:

Dr. José Martins Rovisco

ROC Suplente:

Dr. António Marques Dias

Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles

Vice-Presidente:

Dr. José António Cobra Ferreira

Secretário:

Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

Secretário da Sociedade

Secretário Efectivo

Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

Secretário Suplente

Dr. Armindo Oliveira das Neves



Comissão Executiva

Presidente

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte



Eng. Jean Carlos Angulo
Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



Índice

Relatório e Contas Consolidados do Exercício de 2005

Capa	Perfil do Grupo CIMPOR
V/Capa	Síntese de Indicadores
1	Acontecimentos Mais Relevantes em 2005
6	Orgãos Sociais
11	I. Governo da Sociedade
12	0. Declaração de Cumprimento
13	1. Divulgação de Informação
13	1.1. Estrutura Organizativa
13	1.1.1. Grupo CIMPOR
15	1.1.2. CIMPOR Holding
16	1.1.3. Serviços Partilhados
18	1.1.4. CIMPOR TEC
19	1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social
20	1.3. Sistema de Controlo de Riscos
21	1.4. A CIMPOR no Mercado de Capitais
21	1.4.1. Comportamento das Acções na Bolsa de Valores
24	1.4.2. Acções Próprias
24	1.5. Política de Distribuição de Dividendos
25	1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções
29	1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo
29	1.8. Gabinete de Relações com Investidores
30	1.9. Comissão de Fixação de Remunerações
30	1.10. Remuneração do Auditor
31	2. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas
32	3. Regras Societárias
32	3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade
33	3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade
34	3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição
34	4. Órgão de Administração
34	4.1. Caracterização do Órgão de Administração
46	4.2. Comissão Executiva
47	4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração
48	4.4. Remunerações
50	4.5. Política de Comunicações de Irregularidades
53	II – Actividade do Grupo em 2005
54	1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial
54	1.1. Evolução da Economia Mundial
54	1.2. Envolvente Económica dos Países onde o Grupo Opera
54	1.2.1. Portugal
55	1.2.2. Espanha
55	1.2.3. Marrocos
55	1.2.4. Tunísia
56	1.2.5. Egipto
56	1.2.6. Brasil
56	1.2.7. Moçambique
57	1.2.8. África do Sul
57	1.3. Evolução do Sector Cimenteiro
59	2. Análise dos Resultados do Grupo
59	2.1. Síntese da Actividade Global
68	2.2. Portugal
70	2.3. Espanha
71	2.4. Marrocos
72	2.5. Tunísia
73	2.6. Egipto

74	2.7.	Brasil
76	2.8.	Moçambique
77	2.9.	África do Sul
78	2.10.	Cabo Verde
79	3.	Actividade da CIMPOR TEC
80	4.	Sustentabilidade e Responsabilidade Social
82	5.	Recursos Humanos
84	6.	Política Financeira e de Gestão de Riscos
84	6.1.	Gestão da Dívida Financeira
86	6.2.	Política de Gestão de Riscos
86	6.2.1.	Gestão dos Riscos Financeiros
88	6.2.2.	Gestão dos Riscos Patrimoniais
89	7.	Tecnologias de Informação
90	8.	Perspectivas para 2006
94	9.	Eventos Posteriores
97	III –	Documentos de Prestação das Contas Consolidadas
98	-	Demonstrações Consolidadas dos Resultados
99	-	Balanços Consolidados
100	-	Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
101	-	Demonstrações Consolidadas de Rendimentos e Gastos Reconhecidos
104	-	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
171	-	Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas
172	-	Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Órgãos Sociais
176	-	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
179	-	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
183	IV –	Informação complementar
184		Principais Empresas Operacionais – Dados Síntese

Relatório e Contas do Exercício de 2005 (Holding)

I – Relatório de Gestão

1. Síntese da Actividade
2. Informações Legais
3. Eventos Subsequentes
4. Perspectivas para 2006
5. Proposta de Aplicação de Resultados

II – Documentos de Prestação das Contas da Holding

- Balanços
- Demonstrações dos Resultados por Naturezas
- Demonstrações dos Resultados por Funções
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Anexo
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual





1

Relatório e Contas Consolidados

Governo da Sociedade

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades cotadas, bem como a divulgação periódica – junto dos seus *stakeholders*, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adoptadas pelo Grupo nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial da CIMPOR.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade e do Grupo, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pelo Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2001 (com as alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003 e, muito recentemente, pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005).

0. Declaração de Cumprimento

A CIMPOR sempre conferiu especial importância à adopção dos melhores modelos organizativos e das práticas e orientações mais adequadas em matéria de Governo da Sociedade, procurando acompanhar a evolução das principais tendências internacionais e promovendo internamente uma reflexão crítica sobre as mesmas. Dessa reflexão, aliás, resultaram um conjunto de contributos à discussão pública lançada em 2005 pela CMVM sobre algumas propostas de alteração aos seus Regulamentos n.ºs 7/2001 e 4/2004, bem como às respectivas Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas, o principal dos quais viria a ser acolhido no novo texto normativo.

Consequência da importância que atribui a estas matérias, a CIMPOR é, hoje em dia, de entre todas as sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisboa, uma das que apresenta maior índice de cumprimento de tais Recomendações. Assim, e com referência ao novo elenco destas últimas, divulgado pela CMVM após o referido processo de consulta pública (Novembro de 2005), a CIMPOR segue, na íntegra, todas as recomendações respeitantes a:

- 1. Divulgação da informação;
- 2. Ausência de restrições ao exercício activo do direito de voto e representação de accionistas;
- 3. Existência de um sistema interno de controlo;
- 4. Ausência de medidas defensivas destinadas a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição;
- 5. Composição do órgão de administração;
- 5-A. Existência de um número suficiente de administradores não executivos;
- 6. Existência, de entre os membros não executivos do órgão de administração, de um número suficiente de membros independentes;
- 7. Existência de uma comissão de controlo interna com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários;
- 10. Aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores;
- 10-A. Adopção de uma política de comunicação de irregularidades.

Relativamente à recomendação n.º 8, respeitante à remuneração dos membros do órgão de administração, a mesma é integralmente cumprida quanto à estruturação da referida remuneração de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade, mas não o é quanto à respectiva divulgação anual em termos individuais.

A não adopção desta parte final da recomendação n.º 8 baseia-se, antes do mais, no entendimento de que os accionistas, ao optarem, nos termos do n.º 1 do artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade, por nomear uma comissão destinada, precisamente, à fixação das remunerações dos administradores, em alternativa à sua definição pela assembleia geral, o fizeram com um objectivo que, implicando, por natureza, alguma reserva, se afigura incompatível com uma eventual divulgação pública, em termos individuais, das referidas remunerações. Acresce que, tratando-se de uma matéria em que, segundo a lei portuguesa, os accionistas são soberanos, os mesmos poderão sempre – na eventualidade de considerarem insuficiente a informação disponibilizada, com a discriminação imposta pelo n.º 5 do capítulo IV do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001 – decidir em sentido diverso.

Quanto à nova recomendação n.º 8A, referente à apreciação pela assembleia geral anual de uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais, a mesma só poderá começar a ser cumprida na data em que vier a reunir a próxima assembleia, destinada a deliberar sobre o presente relatório, e caso a Comissão de Fixação de Remunerações entenda dever submeter-lhe uma tal declaração.

Por último, no tocante à recomendação n.º 9, de independência de todos os membros da Comissão de Fixação de Remunerações relativamente aos membros do órgão de administração, o facto de a mesma não ser integralmente respeitada – dado que um dos seus membros, à luz do n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, é tido como não independente relativamente a um dos administradores – explica-se pelo entendimento de que, estando o mesmo em minoria no seio da referida Comissão, eventuais problemas de conflito de interesses se encontram suficientemente salvaguardados.

1. Divulgação de Informação

1.1. Estrutura Organizativa

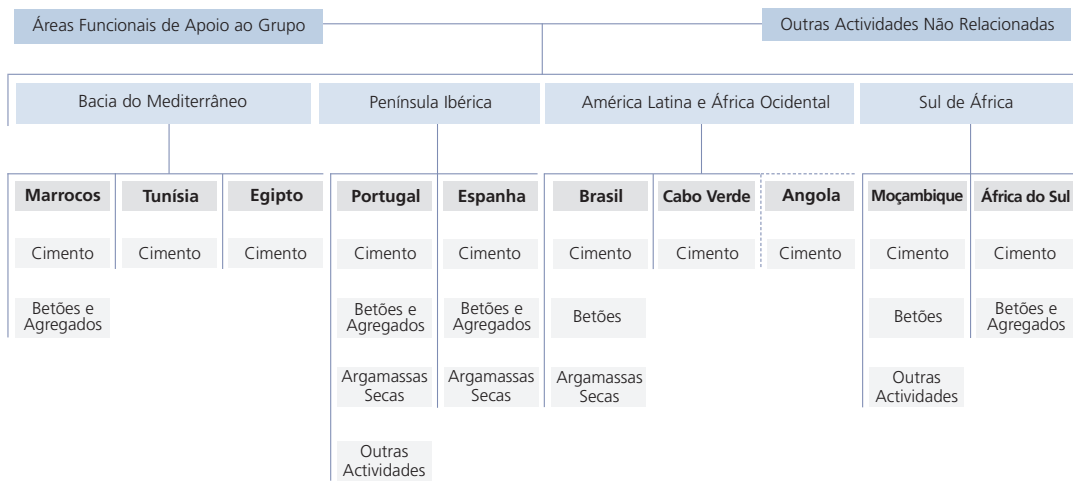
1.1.1. Grupo CIMPOR

Em termos organizacionais, o Grupo CIMPOR encontra-se estruturado por Áreas de Negócios, correspondentes aos diferentes países onde o Grupo desenvolve a sua actividade ou onde detém participações minoritárias. As referidas Áreas de Negócios agrupam-se, por seu turno, em grandes regiões, a saber, actualmente: (i) Península Ibérica; (ii) Bacia do Mediterrâneo; (iii) América Latina e África Ocidental; e (iv) Sul de África. Dentro de cada Área de Negócios, as diversas actividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a actividade principal a produção e comercialização de cimento.

Enquanto *holding* do Grupo, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico – designadamente no que respeita a todo o seu processo de internacionalização – e pela gestão global do conjunto das diferentes Áreas de Negócios, garantindo a respectiva coordenação em matéria de recursos financeiros, técnicos, humanos e outros, segundo os critérios e orientações que, de acordo com os grandes objectivos do Grupo, emanam do Plano Estratégico (a cinco anos) revisto e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

CIMPOR

Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.



O acompanhamento, em maior profundidade, da gestão das diversas Áreas de Negócios é assegurado, no que respeita às actividades desenvolvidas em Portugal, pela CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., e, nos restantes casos, pela CIMPOR Inversiones, S.A., uma sub-*holding*, com sede em Espanha, constituída em 2002 para servir de plataforma à expansão do Grupo na área internacional.

Cada uma das regiões *supra* referidas, à excepção da Península Ibérica (onde, pela dimensão e diversidade das suas operações, não existe tal figura), é coordenada por um “responsável de zona”, presente nos órgãos de administração das empresas localizadas nas respectivas Áreas de Negócios, o qual reporta directamente ao Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.A..

Este último é composto por três dos cinco membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração da *holding* – Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, Eng. Luís Filipe Sequeira Martins e Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc – os quais integram igualmente os órgãos de administração das sub-*holdings* responsáveis pela coordenação das actividades do Grupo em Portugal e Espanha – a CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., e a Corporación Noroeste, S.A., respectivamente.

É também a estes três administradores que, sem prejuízo do exercício colegial das funções delegadas na referida Comissão Executiva, estão especialmente cometidas as responsabilidades pelo acompanhamento das diferentes Áreas Funcionais do Grupo:

- Relações Externas e Comunicação, Assuntos Jurídicos, Recursos Humanos e Auditoria Interna –
– Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Centro Corporativo, Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade e Planeamento, Controlo e Sistemas de Informação – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

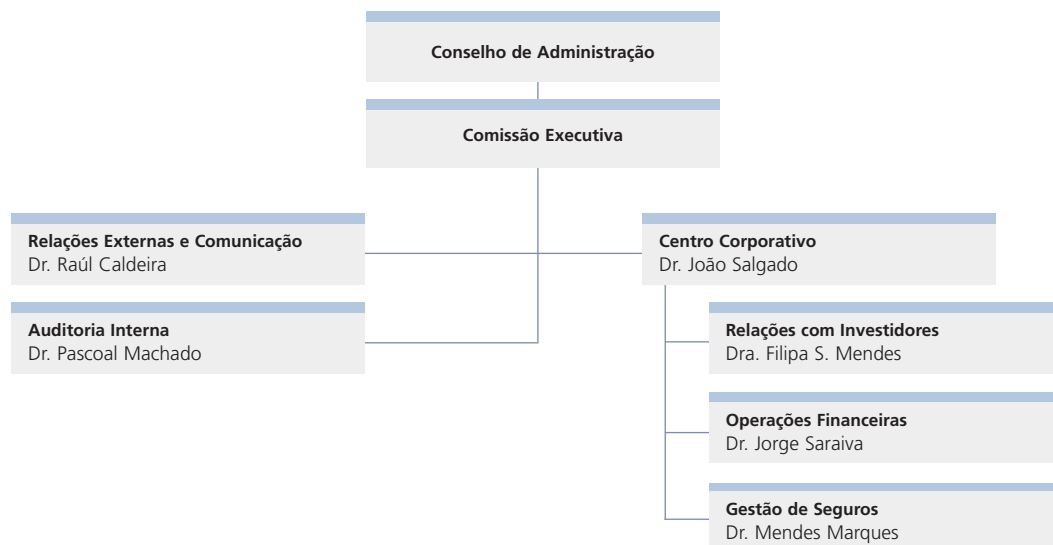
Quanto à organização societária de cada Área de Negócios, corresponde ao modelo que, em cada caso, é considerado mais conforme às características e condições de exercício da respectiva actividade, bem como ao sistema legal vigente no país, visando o aproveitamento de eventuais sinergias e a captação dos benefícios decorrentes de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável.

Cada uma das Áreas de Negócios funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interactiva, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento e os objectivos e orçamentos anuais e se procede, periodicamente, à sua revisão e controlo. Procura-se que a administração de cada uma das diferentes Áreas de Negócios seja garantida tanto por quadros de nacionalidade local como por outros quadros do Grupo, visando uma gestão multicultural.

Nas sociedades dependentes, directa ou indirectamente, da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as decisões mais importantes – *vg.*, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico do Grupo – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *holding*. O mesmo acontece relativamente a decisões ou actuações que, quando tratadas a nível de Grupo, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

1.1.2. CIMPOR *Holding*

Para o correcto exercício das suas funções, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., dispõe de um conjunto de estruturas funcionais, de apoio à gestão do Grupo e de cada uma das suas Áreas de Negócios, identificadas no diagrama junto.



O *Centro Corporativo* tem por funções essenciais: (i) contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento internacional do Grupo, assegurando os processos tendentes à aquisição de empresas nos diferentes mercados para onde o Grupo pretende expandir a sua actividade; (ii) assegurar, por intermédio do *Gabinete de Relações com Investidores*, a comunicação regular com os diversos intervenientes no mercado de capitais, designadamente os accionistas, supervisores e demais organismos públicos, analistas financeiros e gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo; (iii) garantir, no âmbito da *Área de Operações Financeiras*, o acesso, nas melhores condições, aos recursos financeiros necessários à expansão do Grupo e ao seu funcionamento corrente; e (iv) assegurar, através do *Serviço de Gestão de Seguros*, a gestão e o controlo dos riscos patrimoniais do Grupo.

A *Direcção de Relações Externas e Comunicação* garante a execução das políticas de comunicação e imagem do Grupo.

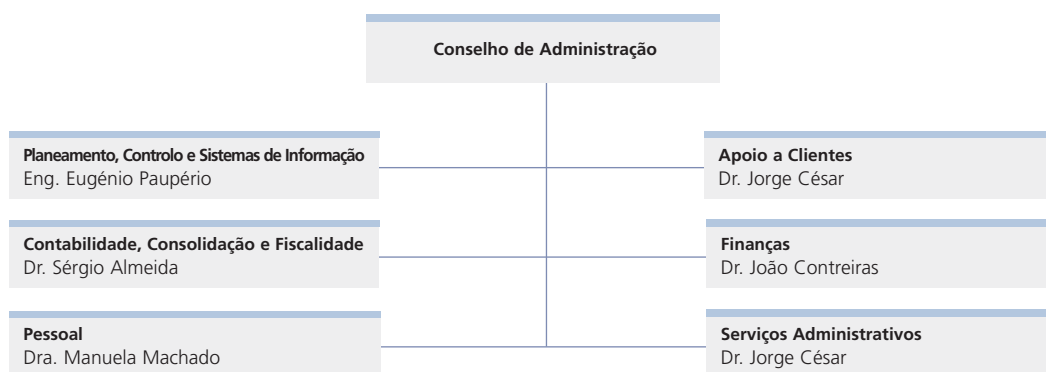
Quanto ao *Gabinete de Auditoria Interna*, é responsável, em todo o Grupo, pela realização e coordenação da actividade de auditoria das áreas financeira, patrimonial e operacional, mediante o exame e avaliação dos níveis de adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e da qualidade do seu desempenho.

1.1.3. Serviços Partilhados

A uniformização e estandardização de processos e práticas que permitam assegurar um incremento da cultura de Grupo e uma melhoria da qualidade, fluxo e fiabilidade da informação de suporte à decisão constituem, desde há muito, um importante pilar da política global do Grupo CIMPOR.

No início de 2004, na sequência da constituição de uma empresa de “Serviços Partilhados” – a CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (CIMPOR Serviços) – foram transferidos para esta última um conjunto de processos/funções, *non-core business*, até então dispersos pela *holding* do Grupo, pela sub-*holding* CIMPOR Portugal e pelas próprias empresas operacionais.

Prestando serviços de gestão, consultoria e assessoria a todas as empresas do Grupo (especialmente às sedeadas em Portugal), a CIMPOR Serviços está organizada, actualmente, conforme o diagrama junto.



A *Direcção de Planeamento, Controlo e Sistemas de Informação* assegura a coordenação e execução de todo o processo de elaboração e controlo dos planos e orçamentos das diferentes Áreas de Negócios e das empresas sedeadas em Portugal, bem como a gestão e desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação utilizados pelo Grupo.

À *Direcção de Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade*, compete: (i) promover e executar todo o processo de consolidação financeira; (ii) definir os princípios e políticas contabilísticas do Grupo, além de coordenar e apoiar a respectiva implementação; (iii) preparar e executar a contabilidade das diferentes empresas sedeadas em Portugal; e (iv) assegurar o planeamento fiscal do Grupo, bem como o correcto cumprimento das obrigações fiscais das referidas empresas.

A *Direcção de Pessoal* é responsável pela execução, em Portugal, da política do Grupo em matéria de Recursos Humanos, visando o melhor aproveitamento das competências disponíveis, bem como o desenvolvimento dos referidos recursos de forma a maximizar o empenhamento dos colaboradores e a contribuir para a sua realização pessoal e profissional. Cabe-lhe também, no quadro dos contratos de prestação de serviços celebrados com as empresas do Grupo sedeadas em Portugal, assegurar a gestão da função pessoal nas referidas empresas.

A *Direcção Financeira*, igualmente ao abrigo daqueles contratos, garante às empresas em causa a execução dos respectivos processos de contas a receber, contas a pagar e tesouraria, ao mesmo tempo que acompanha e controla a sua gestão financeira.

Os *Serviços Administrativos* asseguram a gestão dos espaços físicos afectos às empresas do Grupo sedeadas em Lisboa (Rua Alexandre Herculano e Prior Velho), prestam serviços de apoio administrativo a essas mesmas empresas nas áreas de compras e economato, viagens e deslocações, comunicações e arquivo e de assessoria em matéria de desenvolvimento organizacional.

Quanto à *Direcção de Apoio a Clientes*, tem por missão assegurar a ligação entre estes diferentes órgãos do Centro de Serviços Partilhados e as empresas por ele servidas – promovendo a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e o aumento dos níveis de satisfação das empresas-clientes – bem como prestar o apoio necessário, designadamente em assuntos de natureza jurídica, aos respectivos órgãos sociais.

1.1.4. CIMPOR TEC

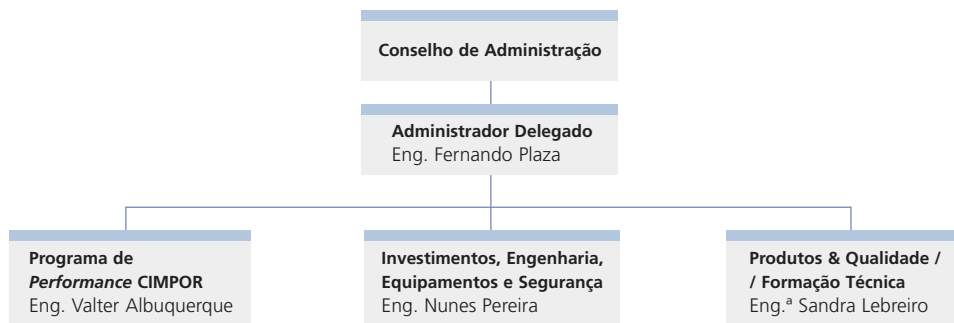
A necessidade de reforço da cultura do Grupo nas suas vertentes técnica e tecnológica levou o Conselho de Administração a decidir, no final de 2004, a integração de uma das estruturas funcionais da *holding* (o Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial), bem como do Laboratório Central da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., numa nova empresa então criada: a CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.. A respectiva actividade, iniciada em 1 de Janeiro de 2005, consiste essencialmente em:

- Prestar serviços de assistência técnica e tecnológica às diferentes empresas do Grupo, sobretudo às do sector cimenteiro, visando, no respeito pelos princípios do Desenvolvimento Sustentável, a melhoria do desempenho das suas unidades operacionais;
- Assegurar a excelência técnica e económica dos investimentos industriais do Grupo naquele sector;
- Promover o lançamento de iniciativas comuns a todas as empresas do Grupo, designadamente acções de formação dos respectivos quadros, com vista ao progresso técnico da actividade de produção e comercialização de cimento;
- Prestar assessoria técnica na avaliação económica de eventuais oportunidades de aquisição de activos cimenteiros e na definição dos objectivos a atingir;
- Proporcionar o conhecimento e utilização, por todas as empresas do Grupo, do *know-how* existente em cada uma delas ou a que seja possível aceder externamente.

A organização inicial da empresa contempla três grandes áreas de actividade, conforme o diagrama junto:

- *Programa de Performance CIMPOR*, correspondente ao desenvolvimento e implementação de ferramentas de gestão de desempenho nos domínios operacional, da engenharia de processo e ambiente e da geologia e matérias-primas;

- *Investimentos, Engenharia, Equipamentos e Segurança*, abrangendo os campos da gestão de investimentos e projectos, da automação e controlo, dos equipamentos e gestão da manutenção e da segurança e saúde ocupacional; e
- *Produtos & Qualidade / Formação Técnica*, onde, além destes domínios de actuação, se incluem o Laboratório Central e a função de I&D.



1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social

No início de 2002, e na sequência das melhores práticas internacionais de *corporate governance*, foi constituída no seio do Conselho de Administração uma Comissão Consultiva sobre Governo da Sociedade, destinada a estudar, preparar e aconselhar aquele órgão no que concerne às normas e procedimentos internos a adoptar pelo mesmo em matéria de desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário, incluindo no que respeita ao funcionamento e relacionamento internos do próprio Conselho e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

Já em 2005, o Conselho de Administração entendeu alargar o âmbito destas matérias às questões relativas à responsabilidade social do Grupo, passando aquela Comissão a designar-se por “Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social”.

A Comissão é composta por um mínimo de três administradores (maioritariamente não executivos e independentes), sendo a sua composição, actualmente, a seguinte:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura.

Destes, os dois primeiros são administradores não executivos independentes (nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001).

A Comissão reúne sempre que se justifique e, em princípio, pelo menos uma vez em cada semestre, sendo-lhe proporcionada, a expensas da sociedade, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

Em 2005, a Comissão reuniu por quatro vezes, tendo, designadamente, efectuado uma análise do posicionamento da CIMPOR à luz dos resultados de um estudo – “*Corporate Government in Europe: What's the Outlook?*” – da autoria dos consultores internacionais Heidrick & Struggles, dinamizado a elaboração do 2º Relatório de Sustentabilidade do Grupo (publicado já em 2006) e promovido a redacção de um Código de Ética, entretanto aprovado e divulgado pelo Conselho de Administração.

1.3. Sistema de Controlo de Riscos

A gestão de riscos, no Grupo CIMPOR, começa por ser assegurada ao nível das principais empresas operacionais, com a identificação, medida e análise dos diferentes riscos a que as mesmas estão sujeitas – com particular destaque para os riscos de natureza operacional e de mercado (*business-volume risk*) – procurando estimar-se a probabilidade de ocorrência dos diversos factores que os determinam e o seu impacto potencial nos negócios da empresa ou actividade em causa.

Os diferentes responsáveis operacionais são igualmente responsáveis pela concepção e implementação dos mecanismos de controlo de risco considerados mais adequados, sendo a eficiência destes últimos periodicamente avaliada pela *holding* – através do respectivo Gabinete de Auditoria Interna – no cumprimento de um plano, preparado e desenvolvido anualmente, de auditorias financeiras e aos sistemas de informação, de processo e de conformidade com os procedimentos aprovados.

Ao nível da *holding*, o objectivo essencial é obter uma visão integrada dos riscos em que o Grupo incorre em cada uma das suas diferentes actividades ou Áreas de Negócios e assegurar a consistência do perfil de risco daí resultante com a estratégia global do Grupo e, em particular, aquilo que considera ser, dada a sua estrutura de capital, um nível de riscos aceitável. Ou seja, conforme política definida pelo Conselho de Administração: conciliar a procura constante de oportunidades de negócio susceptíveis de contribuir positivamente para o processo de criação de valor com um nível de riscos que, em termos de *rating* de longo prazo da CIMPOR, não ponha em causa a sua actual classificação de *investment grade*.

O relatório de gestão detalha, em capítulo próprio, as políticas seguidas em matéria de gestão de riscos de natureza financeira e patrimonial, assegurada, no âmbito da *holding*, pelo Centro Corporativo (vd. ponto 6.2. do capítulo II do presente Relatório). Quanto aos riscos de carácter mais genérico, de natureza económica e não susceptíveis de cobertura específica, a política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação geográfica dos seus investimentos de expansão, de forma a equilibrar a presença da CIMPOR em mercados maduros e emergentes e a possibilitar a existência de negócios em dife-

rentes estádios de desenvolvimento. Nesse sentido, não apenas os alvos para possíveis aquisições são definidos tendo em atenção, a nível do conjunto, a necessidade de manutenção de uma carteira de negócios equilibrada e geograficamente diversificada como, caso a caso, as avaliações dos activos a adquirir são realizadas incorporando prémios de risco adequados à situação particular de cada negócio e de cada país.

1.4. A CIMPOR no Mercado de Capitais

1.4.1. Comportamento das Acções na Bolsa de Valores

Em 2005, os mercados accionistas europeus e asiáticos, encerrando aos seus melhores níveis dos últimos cinco anos, tiveram um comportamento claramente positivo, em contraste com a bolsa norte-americana, onde esta dinâmica de crescimento não foi tão acentuada. Em Portugal, não obstante o fraco desempenho da economia nacional, o principal índice do mercado accionista (PSI20) registou, pelo terceiro ano consecutivo, uma subida de dois dígitos (13,4%), bastante inferior, no entanto, à valorização (23,2%) alcançada pelo principal índice de referência europeu (Euronext 100).

Em termos de liquidez, a Bolsa de Lisboa atingiu o seu valor máximo desde o ano 2000, transacionando um volume de acções equivalente a um total de cerca de 31.400 milhões de euros (mais 13% que no ano anterior). O título CIMPOR acompanhou esta tendência, movimentando perto de 230 milhões de acções, num total de quase 1.030 milhões de euros – um incremento de cerca de 10% relativamente a 2004 e que mantém a CIMPOR no sexto lugar do *ranking* deste indicador na Euronext Lisboa.

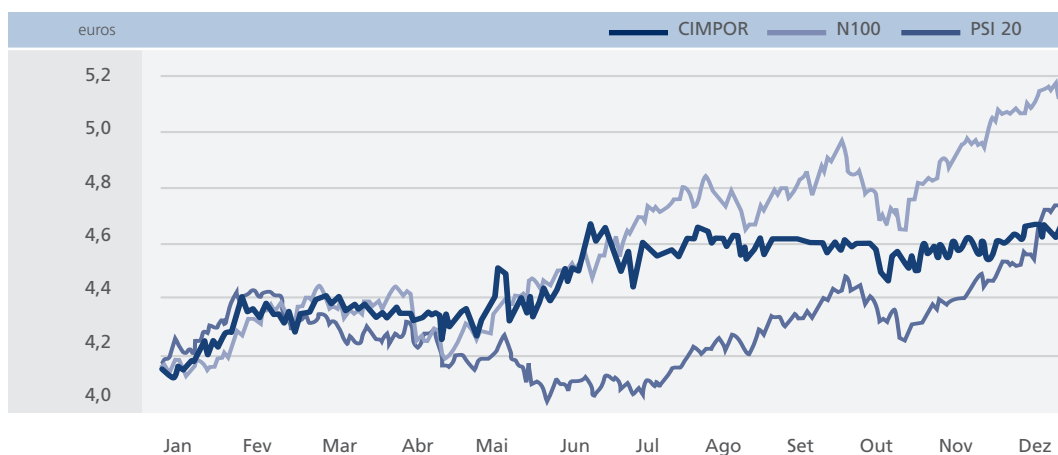
Caracterização dos Títulos CIMPOR

Título	CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Negociação de acções:	Euronext Lisboa
Negociação de futuros:	Euronext Lisboa
Códigos:	LISBON TRADING: CPR REUTERS: CMPR.IN BLOOMBERG: CIMP PL
Número de acções:	Total – 672.000.000 Admitidas à negociação – 672.000.000
Valor nominal das acções:	1 euro

Ao longo do ano, a cotação das acções oscilou entre um mínimo de 4,11 euros, registado a 5 de Janeiro, e um máximo de 4,66 euros, atingido em 24 de Junho. A cotação de fecho em 31 de Dezembro – 4,65 euros – correspondeu a uma valorização do título, em 2005, de aproximadamente 12%.

No dia 27 de Maio, foram postos a pagamento os dividendos relativos ao exercício de 2004. O valor bruto do dividendo distribuído – 0,18 euros/acção (em termos líquidos, 0,1665 euros para accionistas residentes em Portugal e 0,1575 euros para investidores não residentes) – traduziu-se num aumento de 5,9% em relação ao dividendo atribuído no ano anterior e na obtenção, por parte dos accionistas, de um rendimento bruto por acção, à data de pagamento dos dividendos, de cerca de 4,0%.

Evolução da Cotação das Acções CIMPOR



Considerando a valorização do título e a totalidade dos dividendos distribuídos desde a data da sua admissão à cotação, em 1994, a rentabilidade média anual das acções CIMPOR atingia, no final de 2005, perto de 13,6%.

	2005	2004 ⁽¹⁾
Capital Social (10 ³ euros)	672.000	672.000
Número de acções ⁽²⁾		
Total	672.000.000	672.000.000
Acções Próprias	3.867.300	4.751.960
Cotação (euros)		
Máxima	4,66	4,48
Mínima	4,11	3,87
Fecho do ano	4,65	4,15
Capitalização bolsista (10 ³ euros) ⁽²⁾	3.124.800	2.788.800
Dividendo bruto / acção (euros) ⁽³⁾	0,19	0,18
Dividend yield ^{(3) (4)}	4,09%	4,34%
Resultados líquidos após I.M. (10 ³ euros)	266.159	256.150
Payout ratio ⁽³⁾	48,0%	47,2%

	2005	2004 ⁽¹⁾
Transacções		
Em volume (1.000 acções)	229.279	223.208
Em valor (10 ⁶ euros)	1.028	938
Quota de mercado	3,3%	3,4%
Valorização anual		
Euronext 100	+ 23,7%	+ 8,0%
PSI 20	+ 13,4%	+ 12,6%
Acção CIMPOR	+ 12,0%	+ 1,2%

(1) Resultados em base IFRS

(2) Em 31 de Dezembro

(3) Em 2005: conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral

(4) Relativamente à cotação de final de ano.

Sendo a valorização intrínseca dos capitais investidos na Empresa, aliada à correcta remuneração dos mesmos, um dos principais vectores estratégicos do Grupo, foi com particular satisfação que a CIMPOR viu reconhecido, em 2005, o seu forte empenho no objectivo último de criação de valor para o accionista, ao ser-lhe atribuída uma menção honrosa no âmbito da iniciativa *Best of European Business*, promovida conjuntamente pelo *Financial Times* e a *Roland Berger Strategy Consultants*.

Principais Marcos Societários do Exercício de 2005

- **3 de Março** – Celebração de um contrato de promessa de compra e venda relativo à aquisição da totalidade do capital social da empresa Nordicave Trading Industrial, Lda. (CaboVerde).
- **17 de Março** – Divulgação dos resultados do exercício de 2004.
- **23 de Março** – Alienação, no âmbito da execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR, de acções próprias correspondentes a 0,064% do seu capital social.
- **1 de Abril** – Aquisição, pela CIMPOR Inversiones, S.A., da totalidade do capital social da empresa Nordicave Trading Industrial, Lda., cujo único activo era, àquela data, uma participação de 86,65% na empresa Cimentos de Cabo Verde, S.A.R.L..
- **7 de Abril** – Anúncio do dividendo proposto pelo Conselho de Administração.
- **27 de Abril** – Assembleia Geral Anual, com eleição dos membros dos órgãos sociais e da Comissão de Fixação de Remunerações para o quadriénio 2005/2008 e aprovação de uma proposta de supressão das disposições estatutárias que estabeleçam limitações ao exercício do direito de voto pelos accionistas.
- **23 de Maio** – Divulgação do impacto, nas contas consolidadas do Grupo CIMPOR, da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

- **25 de Maio** – Divulgação dos resultados do 1.º trimestre.
- **27 de Maio** – Pagamento dos dividendos.
- **1 de Junho** – Atribuição do *rating* “BBB” pela Standard & Poors.
- **26 de Agosto** – Divulgação dos resultados do 1.º semestre.
- **31 de Outubro** – Alienação da participação (20,02%) detida pela CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., no capital social da Semapa – Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A..
- **10 de Novembro** – Celebração, pela Natal Portland Cement Company (PTY) Limited, de um contrato de promessa de compra e venda relativo à aquisição da totalidade do capital das sociedades Sterkspruit Aggregates e Sterkspruit Readymix.
- **23 de Novembro** - Divulgação dos resultados do 3.º trimestre.
- **2 de Dezembro** - Celebração de um acordo entre a Corporación Noroeste, S.A., e a Cementos Portland Valderrivas, S.A., nos termos do qual a primeira se compromete a aceitar a Oferta ta Pública de Aquisição, a lançar pela segunda, sobre a totalidade do capital da sociedade espanhola Cementos Lemona, S.A..

1.4.2. Acções Próprias

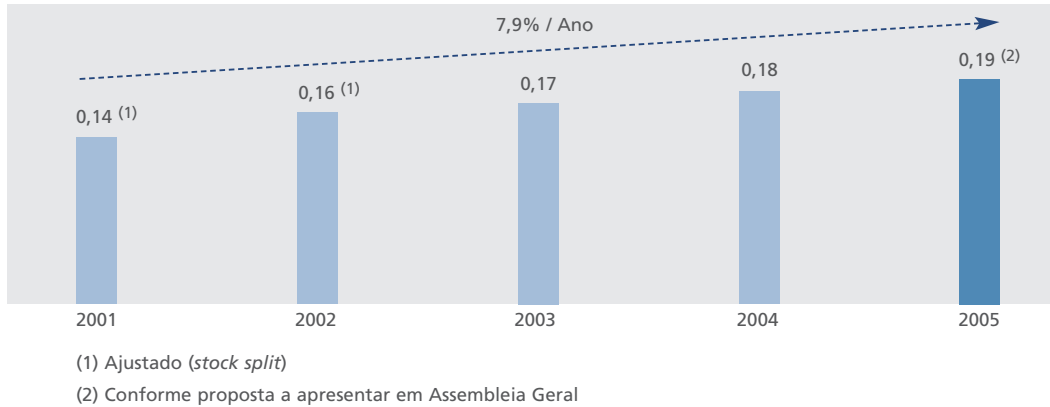
Em 31 de Dezembro do ano transacto, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., detinha em carteira 4.751.960 acções próprias, tendo alienado aos seus Colaboradores, no decurso do primeiro semestre de 2005, um total de 884.660 acções, a um preço médio de cerca de 3,16 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. *infra*. Não se tendo verificado quaisquer aquisições, o número de acções próprias em carteira no final de 2005 era de 3.867.300, correspondentes a 0,58% do capital social.

1.5. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pretende manter uma política de distribuição de dividendos que, designadamente, tenha em atenção:

- a desejável estabilidade do *payout ratio*;
- a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional; e
- as perspectivas de investimento futuro do Grupo, analisadas à luz das respectivas necessidades de financiamento por capitais próprios e da capacidade de libertação de meios das diferentes actividades desenvolvidas.

Dividendo Bruto / Acção (euros)



A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão referente à actividade individual da CIMPOR segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto, no valor unitário de 0,19 euros, a cerca de 48% do resultado líquido do Grupo.

1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções

No âmbito da política de remunerações e incentivos aos colaboradores do Grupo, e visando um maior alinhamento dos respectivos interesses com o objectivo último de criação de valor para o accionista, a Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada a 27 de Abril de 2005, decidiu, à semelhança de anos anteriores e por proposta do Conselho de Administração, voltar a proporcionar aos referidos colaboradores a possibilidade de, em condições favoráveis, efectuarem um investimento susceptível de contribuir para uma maior identificação dos mesmos com os objectivos de longo prazo da sociedade e dos seus accionistas. Nesse sentido, foi aprovada a venda de acções próprias a trabalhadores e membros dos órgãos de administração da sociedade ou de sociedades participadas, no âmbito da execução de um novo *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e da “Série 2005” do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções*, dirigido a administradores e quadros do Grupo, regulamentado em 2002 (com a introdução de ligeiras alterações em Março de 2004) pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Tal como nos anos anteriores, esta aprovação pela Assembleia Geral fez expressa referência à justificação para a adopção dos planos, estando contida na deliberação tomada uma síntese das características essenciais dos planos aprovados, entre as quais as condições de atribuição, os critérios relativos aos preços das acções ou de exercício das opções, definidos em relação às cotações de bolsa em momentos determinados, os períodos durante os quais as opções poderão ser exercidas e a atribuição de competências ao órgão de administração para a respectiva execução ou modificação.

PLANO DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PELOS COLABORADORES PARA O ANO DE 2005

Destinado aos administradores e à generalidade dos colaboradores com vínculo estável à CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ou às sociedades, com sede em qualquer dos países da Península Ibérica, dominadas, directa ou indirectamente, por aquela, a administradores e quadros dirigentes das restantes sociedades do Grupo (propostos, para tal, pelos gestores das áreas respectivas) e a outros colaboradores, (designados, para o efeito, pela Comissão Executiva) vinculados a sociedades em que a *holding* ou alguma sociedade dominada por esta participe no respectivo capital, o *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* (Ano de 2005) consistiu na atribuição a cada beneficiário – conforme deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações, no respeitante aos administradores da *holding*, e da Comissão Executiva, nos restantes casos – do direito a adquirir, a um preço correspondente a 75% do valor da cotação de fecho do dia da transacção (com arredondamento por excesso), um determinado número de acções da própria CIMPOR, definido de acordo com a seguinte regra:

$$\text{Quantidade máxima de acções a adquirir} = \frac{\text{Remuneração base mensal ilíquida} / 2}{75\% \text{ da cotação de fecho do dia da transacção}}$$

com arredondamento, por defeito, para um múltiplo de cinco ou de dez acções, consoante a aplicação da referida fórmula resultasse num valor inferior ou superior a 100, respectivamente.

De um conjunto de 2.414 colaboradores a quem, de acordo com aquela regra, foi dada a possibilidade de adquirirem acções CIMPOR, responderam afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (de 11 a 29 de Abril), um total de 368 colaboradores (315 em Portugal e 53 em Espanha), os quais viriam a adquirir, globalmente, 163.500 acções ao preço unitário de 3,21 euros.

PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES PARA ADMINISTRADORES E QUADROS DO GRUPO – SÉRIE 2005

Quanto ao *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções – Série 2005*, teve como destinatários os administradores da *holding* que a Comissão de Fixação de Remunerações entendeu designar como beneficiários, bem como os membros dos Conselhos de Administração das sociedades participadas e outros quadros do Grupo que, para o mesmo efeito, foram designados pela Comissão Executiva.

Tal como referido na deliberação da Assembleia Geral de 27 de Abril de 2005, as características essenciais deste Plano (com as alterações que lhe foram introduzidas pela Comissão de Fixação de Remunerações em Março de 2004) são as seguintes:

- Anualmente, é atribuída a cada beneficiário a faculdade de adquirir um determinado número de acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço pré-definido pela Comissão de Fixação de Remunerações (dentro dos trinta dias seguintes à data da reunião da Assembleia Geral Anual

- de aprovação das contas), o qual não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média dia da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data;
- Por cada opção inicial efectivamente exercida, é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir, ao mesmo preço unitário, e em cada um dos três anos subsequentes, uma nova acção (opções derivadas); o conjunto formado pelas acções adquiridas no exercício das opções iniciais e pelas correspondentes opções derivadas constitui uma “série”;
 - O número de opções iniciais atribuídas a cada beneficiário é definido pela Comissão de Fixação de Remunerações, no caso dos membros do Conselho de Administração da *holding*, e pela Comissão Executiva, nos restantes casos;
 - O número de opções derivadas a exercer anualmente por cada beneficiário não poderá exceder, no seu conjunto, o número de acções por ele detidas em 28 de Fevereiro do ano em causa, independentemente de as mesmas terem sido ou não adquiridas ao abrigo do Plano;
 - O período durante o qual podem ser exercidas as opções iniciais é fixado pela Comissão Executiva, enquanto o período para o exercício das opções derivadas é, sempre, o mês de Março de cada ano;
 - As acções assim adquiridas não estão sujeitas a qualquer cláusula de inalienabilidade, ao contrário das opções, as quais não podem ser transmitidas por negócio entre vivos (em caso de morte do beneficiário, apenas é transmitido aos herdeiros o direito de liberação das respectivas opções, o qual se traduz no direito ao recebimento do valor da diferença entre o preço de exercício das mesmas e o preço de mercado das acções à data do óbito);
 - O Plano e respectivo Regulamento podem ser revogados ou alterados, a qualquer momento, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, sem prejuízo da manutenção das opções já atribuídas.

Em 2005, no âmbito deste Plano, com um período de exercício que decorreu entre os dias 6 e 13 de Maio, foram atribuídas 313.700 opções iniciais, contemplando 198 administradores e quadros do Grupo. Destes, 161 exerceram parte ou a totalidade dos seus direitos de opção, ao preço unitário de 3,30 euros, adquirindo um total de 288.200 acções. Assim, deduzidas já as opções entretanto extintas (em número de 1.200, por força da cessação do contrato de trabalho, por iniciativa própria, de um destes colaboradores), nos anos de 2006 a 2008, inclusive, e relativamente a esta série, poderão vir a ser exercidas, àquele mesmo preço, um máximo de 863.400 opções derivadas.

OPÇÕES ATRIBUÍDAS, EXERCITÁVEIS E EXTINTAS

Relativamente à Série 2002, das 21.725 opções derivadas exercitáveis em 2005 (último ano desta série), ao preço de 3,70 euros/acção, apenas foram exercidas 4.750 opções, extinguindo-se as restantes 16.975.

No respeitante à Série 2003, das 191.610 opções derivadas exercitáveis em 2005, ao preço de 2,84 euros/acção, foram exercidas um total de 184.330, extinguindo-se, por conseguinte, as restantes 7.280. Ainda em relação a esta série, e por força da cessação do contrato de trabalho, por iniciativa própria, de dois colaboradores, foram extintas 600 opções derivadas exercitáveis no corrente ano. Assim, da Série 2003, remanescem, exercitáveis em 2006 (àquele mesmo preço unitário), 191.010 opções.

Quanto à Série 2004, com 266.000 opções derivadas exercitáveis igualmente em 2005, ao preço de 3,20 euros/acção, o número de opções exercidas e extintas foi de 243.880 e 22.120, respectivamente. Por outro lado, e por motivos idênticos aos já assinalados, extinguiram-se ainda mais 800 opções derivadas, exercitáveis em 2006 e 2007. Consequentemente, remanescem, desta série, com o mesmo preço de exercício, um conjunto de opções derivadas, passíveis de serem exercidas naqueles dois anos, equivalente a um total de 531.200 acções.

Em resumo, e com referência ao ano de 2005:

	Série				Total
	2002	2003	2004	2005	
Opções Atribuídas					
Opções Iniciais				313.700	313.700
Opções Derivadas				941.100	941.100
Opções Exercitáveis	21.725	191.610	266.000	313.700	793.035
Opções Exercidas	4.750	184.330	243.880	288.200	721.160
Opções Extintas					
Exercitáveis em 2005					
Por n/exercício das Opções Iniciais				25.500	25.500
Por n/exercício das Opções Derivadas	16.975	7.280	22.120		46.375
Exercitáveis de 2006 a 2008, inclusive					
Por n/exercício das Opções Iniciais				76.500	76.500
Por outros motivos		600	800	1.200	2.600

Assim, enquanto o número total de acções necessárias, no início do ano, para fazer face ao exercício das opções atribuídas até 2004, inclusive, ascendia a 1.202.945 (das quais 479.335 exercitáveis em 2005), o número de acções necessárias, no final do ano, para fazer face ao exercício de todas as opções entretanto atribuídas, era de 1.585.610, assim distribuídas:

Série	Opções Exercitáveis em:			Total
	2006	2007	2008	
2003	191.010	-	-	191.010
2004	265.600	265.600	-	531.200
2005	287.800	287.800	287.800	863.400
Total	744.410	553.400	287.800	1.585.610

1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se Encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo

A CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ou qualquer das empresas por si controladas, não realizou qualquer negócio ou operação com membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que, com estes, se encontrem em relação de domínio ou de grupo, à excepção de algumas transacções sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da actividade corrente do Grupo.

1.8. Gabinete de Relações com Investidores

Procurando assegurar um relacionamento estreito com o mercado de capitais, a CIMPOR dispõe, desde o primeiro ano da sua admissão à cotação (1994), de um Gabinete de Relações com Investidores, ao qual compete manter a comunidade financeira informada sobre a evolução da actividade do Grupo e apoiar os accionistas da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tanto actuais como potenciais, na sua relação com a Empresa.

Para além da informação susceptível de influenciar a cotação do título, disponibilizada através do *site* da CMVM (www.cmvm.pt), o contacto deste Gabinete com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais é mantido através de apresentações (ao vivo ou na *Internet*), reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, *e-mail* ou correio tradicional. Paralelamente, os comunicados de factos relevantes e outras informações de interesse relacionadas com a actividade do Grupo, as convocatórias para as assembleias gerais, os Relatórios e Contas e a evolução da cotação das acções CIMPOR na Euronext são também divulgados através do *site* www.cimpor.pt.

Este último, para além dos referidos conteúdos e da informação obrigatória prevista no artigo 3.º- A do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, inclui ainda, entre outros elementos:

- Um relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário;
- O Código de Ética do Grupo;
- O Relatório de Sustentabilidade da CIMPOR; e
- Informação sobre as políticas do Grupo em matéria ambiental e de I&D.

Vias de acesso ao Gabinete de Relações com Investidores:

Morada: Gabinete de Relações com Investidores CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa PORTUGAL	Contactos Pessoais: Dra. Filipa S. Mendes	E-Mail gri@cimpor.pt	Telefones 21 311 81 00 21 311 88 89
		Internet www.cimpor.pt	Fax 21 311 88 67

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários, é, desde 1 de Outubro de 2004, a Dra. Filipa Saraiva Mendes.

1.9. Comissão de Fixação de Remunerações

A Assembleia Geral realizada em 27 de Abril de 2005 elegeu, por unanimidade, para o quadriénio de 2005 a 2008, uma Comissão de Fixação de Remunerações constituída pelos seguintes elementos:

- Eng. Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte
- Banco Comercial Português, S.A., representado pelo seu administrador Dr. Filipe de Jesus Pinhal
- Eng. António Carlos Caláinho de Azevedo Teixeira Duarte.

Destes, e à luz do n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, apenas o primeiro é tido como não independente, dado ser parente em 1º grau do administrador Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte.

Também em relação a esta Comissão, a sociedade proporciona, a expensas suas, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

1.10. Remuneração do Auditor

Em 2005, o custo global dos serviços prestados ao Grupo CIMPOR pelo seu auditor externo (Deloitte & Touche), incluindo todas as pessoas singulares ou colectivas pertencentes à respectiva “rede”, foi de 1.501.457,73 euros, com a seguinte distribuição percentual:

a)	serviços de revisão legal de contas	83,40 %
b)	outros serviços de garantia de fiabilidade	3,25 %
c)	serviços de consultoria fiscal	10,23 %
d)	outros serviços que não de revisão legal de contas	3,12 %

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços susceptível de pôr em causa tal independência. Designadamente:

- Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilísticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;
- A concepção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
- Serviços de avaliação de elementos activos ou passivos que possam vir a ser inscritos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;
- Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas do Grupo na resolução de litígios e diferendos com terceiros;
- Serviços de recrutamento e selecção de quadros técnicos superiores.

Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respectiva “rede”, tanto em Portugal como nos diferentes países em que o Grupo opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da *holding* e comunicadas a todas as empresas do Grupo. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços *supra* referidos, importa realçar que:

- As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
- As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subseqüentemente, dependendo do valor da proposta, pelo administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respectiva adjudicação.

2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

A CIMPOR tem seguido uma política continuada de incentivo ao exercício activo dos direitos de voto, quer facilitando o voto por correspondência por parte dos seus accionistas, quer estimulando a sua participação nas reuniões da Assembleia Geral.

No que se refere ao voto por correspondência, a CIMPOR tem vindo a disponibilizar, através da *Internet*, um modelo para o exercício dos referidos direitos, aceitando, no entanto, qualquer declaração de voto que manifeste clara e inequivocamente a vontade do accionista. Para este efeito, os procedimentos a adoptar e os prazos a respeitar – a declaração de voto deverá chegar ao Presidente da Mesa até ao segundo dia útil anterior à data da Assembleia Geral – têm sido claramente definidos em todas as convocatórias de Assembleias Gerais.

Com vista a estimular a participação dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, são igualmente inseridas no texto das respectivas convocatórias as diversas regras, constantes da lei ou do contrato de sociedade, relativas a tal participação e ao exercício do direito de voto. Designadamente, e na sequência das alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2005:

- Podem assistir à reunião da Assembleia Geral os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada quinhentas acções (os titulares de participações inferiores a este mínimo têm a possibilidade de se agrupar).
- Os accionistas podem fazer-se representar, devendo, para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa, até às 17 horas do terceiro dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral, os necessários instrumentos de representação.
- Podem fazer parte da Assembleia Geral, e podem votar por correspondência, os accionistas que detenham pelo menos quinhentas acções, as quais devem estar inscritas em seu nome até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral e manter-se inscritas nesse mesmo nome até ao seu encerramento; para este efeito, os accionistas deverão fazer chegar ao Presidente da Mesa, até três dias úteis antes daquela data, a declaração emitida pelo respectivo intermediário financeiro.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral, são colocadas à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e durante as horas de expediente, as informações referidas no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, facto que tem sido igualmente mencionado na respectiva convocatória.

Dado a actual situação de concentração da estrutura accionista da CIMPOR, não se tem mostrado necessário o recurso à utilização de outros meios electrónicos, para além dos mecanismos disponibilizados via *Internet*, para votação nas Assembleias Gerais.

3. Regras Societárias

3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade

Além das disposições legais aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, existe uma cultura e prática da Empresa que dá ênfase às regras de boa conduta nas situações de conflitos de interesses entre os membros dos órgãos de administração e a sociedade e às principais obrigações resultantes dos deveres de diligência, lealdade e confidencialidade dos membros do órgão de administração, nomeadamente no que toca à prevenção da utilização indevida de bens societários e de oportunidades de negócio.

Muito embora o Conselho de Administração sempre tenha velado pela aplicação destes princípios em todas as sociedades do Grupo, entendeu ser conveniente codificar um conjunto de regras relativas

a estas matérias e a outras que, pela sua natureza, dizem particularmente respeito às actividades desenvolvidas pelo Grupo. Assim, já em 2006, foi aprovado e divulgado internamente um Código de Ética (disponível, para consulta, no *site* www.cimpor.pt), com o objectivo de, tornando explícita a disciplina de tais matérias, formalizar a adesão de todos os colaboradores do Grupo a elevados padrões de conduta no exercício das respectivas funções.

3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade

Ao nível da *holding*, e para além do Centro Corporativo – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira e patrimonial (descritos no ponto 6.2. do capítulo II do presente Relatório) – o Grupo dispõe igualmente de um Gabinete de Auditoria Interna incumbido de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas do Grupo como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São funções deste Gabinete, designadamente:

- Realizar os trabalhos de auditoria financeira, administrativa e patrimonial,
 - certificando os resultados em função da estratégia e dos objectivos fixados;
 - examinando e assegurando o cumprimento das políticas definidas, dos planos estabelecidos e dos procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
 - verificando os poderes e responsabilidades estabelecidos no Grupo e o respectivo grau de formalização;
 - acompanhando o desenvolvimento ou alteração de operações, programas, sistemas e controlos; e
 - verificando a custódia, existência física e valorimetria dos activos;
- Executar as tarefas de auditoria operacional (em particular nas áreas de comercialização, produção, investimentos, conservação e pessoal),
 - avaliando o nível do respectivo controlo de gestão;
 - recomendando as medidas de correcção julgadas convenientes; e
 - verificando se as deficiências reportadas foram devidamente corrigidas;
- Efectuar os trabalhos de auditoria informática,
 - avaliando a fiabilidade e integridade da informação e os diversos meios utilizados para a identificar, tratar e divulgar; e
 - analisando os sistemas de informação existentes, designadamente nos aspectos de segurança, controlos básicos programados e actualidade dos manuais dos utilizadores.

3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição

Com a supressão, aprovada na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2005, de todas as disposições estatutárias que estabeleciam limitações ao exercício do direito de voto pelos accionistas, designadamente do antigo n.º 5 do artigo 7.º do Contrato de Sociedade – o qual (impedindo qualquer accionista, à excepção do Estado, de votar, em nome próprio ou como representante de outro, com mais de dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social) era passível de ser considerado como uma disposição tendente a dificultar o lançamento de uma eventual Oferta Pública de Aquisição – deixaram, indubitavelmente, de existir quaisquer medidas susceptíveis de interferir no êxito de uma tal operação.

Com efeito, além de as referidas limitações já não serem aplicáveis, nenhum accionista detém direitos especiais, todas as acções representativas do capital social da CIMPOR são livremente transmissíveis em bolsa e não se conhecem quaisquer acordos parassociais.

4. Órgão de Administração

4.1. Caracterização do Órgão de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze administradores, sendo um presidente e os restantes vogais. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que designa também o seu presidente. À semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de quatro anos, podendo ser reeleito.

Até ao dia 27 de Abril de 2005, o Conselho de Administração foi composto pelos seguintes elementos, que, apesar de terem terminado o seu mandato em 31 de Dezembro de 2004, se mantiveram em funções, ao abrigo do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais, até àquela data:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
- Dr. João Salvador dos Santos Matias
- Dr. Vicente Árias Mosquera
- Manuel Roseta Fino

Este último havia substituído, por cooptação, deliberada em Conselho de Administração de 24 de Novembro de 2004, o Dr. Manuel Ferreira (na sequência do seu pedido de renúncia ao cargo de admi-

nistrador), o que veio a ser ratificado, por unanimidade, na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2005.

No âmbito deste Conselho de Administração, havia sido criada, em 2001, uma Comissão Executiva assim constituída:

- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte – Presidente
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

De entre os administradores não executivos, e à luz do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, não poderiam ser considerados como independentes os administradores Dr. Jacques Lefèvre, Dr. João Salvador dos Santos Matias e Sr. Manuel Roseta Fino.

O actual Conselho de Administração, eleito por unanimidade na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2005, para o quadriénio de 2005 a 2008, é integrado pelos seguintes elementos:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
- Dr. Vicente Árias Mosquera
- José Manuel Baptista Fino
- Dr. José Enrique Freire Arteta

Tal como recomendado pelas modernas orientações internacionais sobre *corporate governance*, a maioria dos actuais membros do Conselho de Administração (seis num total de onze), incluindo o respectivo Presidente, é composta por administradores não executivos. São eles:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Dr. Vicente Árias Mosquera
- José Manuel Baptista Fino
- Dr. José Enrique Freire Arteta

Constituem a Comissão Executiva os restantes cinco administradores, a saber:

- Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte – Presidente
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

Tendo em conta o estabelecido no n.º 2 do artigo 1º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, os administradores Dr. Jacques Lefèvre e Sr. José Manuel Baptista Fino, apesar de haverem sido propostos e eleitos em assembleia geral a título individual, não exercendo os respectivos cargos em representação de qualquer accionista particular, não são considerados “administradores não executivos independentes” – em ambos os casos por exercerem funções de administração em sociedades titulares de uma participação superior a 10% no capital social da CIMPOR (Lafarge e Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A., respectivamente).

Todos os restantes administradores não executivos – Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Dr. Vicente Árias Mosquera e Dr. José Enrique Freire Arteta – são, por qualquer critério, independentes, pelo que, no conjunto dos seis administradores não executivos, verifica-se uma maioria de membros qualificados como tal.

Membros do Conselho de Administração

(Termo do mandato: 2008)

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Presidente do Conselho de Administração (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 19 de Novembro de 1936. Engenheiro Químico Industrial, pelo Instituto Superior Técnico – IST (1959), Master of Science (1966) e Philosophy Doctor (1968), pela Universidade de Birmingham, Doutor em Engenharia (1973), pelo IST e Professor Catedrático (1979) do IST.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos: as seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.

- Presidente do Conselho Fiscal
 - Banco Comercial Português, S.A.
 - BCP Investimento – Banco Comercial Português de Investimento, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração
 - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas (CIRES), S.A.
 - Atlansider, SGPS, S.A.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 25.240.

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Vogal do Conselho de Administração (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 7 de Julho de 1933. Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador
 - Parque EXPO 98, S.A.
 - Parque EXPO Serviços, S.A.
 - Parque EXPO, SGPS, S.A.
 - Expodomus – Promoção Imobiliária, S.A.
- Consultor do Banco BNP Paribas
- Mandatário Geral da agência, em Portugal, da Abeille Vie – Société Anonyme d’Assurances Vie et Capitalisation
- Membro da Direcção da APA – Associação Parque Atlântico
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral
 - Bayer Portugal, S.A.
 - APA – Associação Parque Atlântico
- Presidente do Conselho de Administração
 - Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
 - ADI – Administração de Investimentos, S.A.
- Presidente do Instituto Humanismo e Desenvolvimento
- Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa

- Administrador
 - Fundação Oliveira Martins
 - Fundação Portugal-África
- Gerente da Silva & Barbosa – Consultores Internacionais de Gestão, Lda.
- Director da Fundação Amélia da Silva de Mello
- Consultor do Grupo Somelos – Indústrias Têxteis
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal
- Representante dos Detentores de Títulos de Participação do Banco Português de Investimentos

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 2.690.

Dr. Jacques Lefèvre

Vogal do Conselho de Administração (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Paris, França, em 15 de Abril de 1938. Diplomado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (1958) e Licenciado em Direito (1959). Diploma de Estudos Superiores em Direito Público (1961). Escola Nacional de Administração (1962-64).

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Presidente da Lafarge Ciments
- Administrador
 - Lafarge North America
 - Cementia Holding, A.G.
 - Cimentos Molins, S.A.
 - Hurricane Hydro Carbons, Ltd.
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Supervisão da Compagnie de Fives-Lille
- Vice-Presidente não executivo do Grupo Lafarge
- Co-Presidente
 - France – Philippines Business Council
 - France – Morocco Business Council
- Administrador
 - Lafarge Asland, S.A.
 - Société Nationale d'Investissements (Maroc)
 - Petrokazakhstan Inc.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 2.190.

Eng. Jean Carlos Angulo

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Bayonne, França, em 13 de Abril de 1949. Licenciado pela Escola de Engenharia Civil de Minas (Nancy). *International Executive Program* do INSEAD (Fontainebleau).

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Diversos cargos de Direcção e Administração no Grupo Lafarge, em empresas sedeadas em França, Inglaterra, Espanha, Itália e Marrocos.
- Presidente das organizações profissionais *Syndicat Français de l'Industrie Cimentière, ATILH e Cimbéton*.
- Administrador da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento.

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Director Geral Adjunto do Grupo Lafarge
- Presidente do Centro Técnico Lafarge (CTEO)
- Vice-Presidente
 - Lafarge Ciments
 - Lafarge Maroc
- Administrador
 - Lafarge Asland, S.A.
 - Lafarge Adriasebina
 - CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 9.310.

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 4 de Dezembro de 1950. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Assessor do Conselho de Administração da CIMPOR na área dos Betões e Agregados (até

31 de Julho de 2001) e, desde essa data, Administrador Executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional.

- Presidente do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Administração
 - CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.
 - CIMPOR Inversiones, S.A. (Espanha)
 - CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.
 - CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.
 - CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.
 - CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A.
 - Cimpship – Transportes Marítimos, S.A.
 - Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.
 - CIMPOR Imobiliária, S.A.
 - Estabelecimentos Scial do Norte, S.A.
 - Sacopor – Sociedade de Embalagens de Sacos de Papel, S.A.
 - Prediana – Sociedade de Pré-Esforçados, S.A.
 - CTA – Comércio Internacional, S.A.
 - Asment de Témara, S.A. (Marrocos)
 - Betocim, S.A. (Marrocos)
- Administrador
 - CJO – Soci  t   des Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunísia)
 - Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egipto)
 - Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egipto)
 - Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egipto)
 - Cement Services Company, S.A.E. (Egipto)
 - Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egipto)
 - Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (África do Sul)
- Gerente
 - Kandmad, SGPS, Lda.
 - Vilaje – Vigas e Lajes Pr  -Esfor  adas, Lda.
 - Mekan – Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.
 - Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda.
 - Nordicave Trading Industrial, Sociedade Unipessoal, Lda. (Cabo Verde)

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR

- Presidente do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento
- Gerente da Caxalp, SGPS, Lda

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 94.300.

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Janeiro de 1997). Foi ainda, entre Fevereiro de 1987 e aquela data, administrador das sociedades que, por transformações sucessivas, deram origem à actual CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 4 de Junho de 1947. Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador Executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional
- Vice-Presidente do *Comité de Liaison* da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Administração
 - Betão Liz, S.A.
 - CIMPOR Betão, SGPS, S.A.
 - CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.
 - Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egipto)
 - Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egipto)
 - Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egipto)
 - Cement Services Company, S.A.E. (Egipto)
 - Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egipto)
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.A. (Espanha)
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da Corporación Noroeste, S.A. (Espanha)
- Administrador
 - CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.
 - CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.
 - CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.
 - CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.
 - Asment de Témara, S.A. (Marrocos)
 - CJO – Société des Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunísia)
 - Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (África do Sul)
- Gerente
 - Kandmad, SGPS, Lda.
 - Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda.
 - Nordicave Trading Industrial, Sociedade Unipessoal, Lda. (Cabo Verde).

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

- Vice-Presidente do *Comité de Liaison* da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 80.000.

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 24 de Fevereiro de 1955. Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Director Geral do Banco Comercial Português, S.A.
- Administrador Executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional.

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Administração
 - CJO – Société des Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunísia)
 - CEC – Cimpor Egypt for Cement, S.A.E. (Egipto)
 - Cimentos de Moçambique, S.A.R.L. (Moçambique)
 - Imopar – Imobiliária de Moçambique, S.A.R.L. (Moçambique)
 - Natal Portland Cement Company (Pty) Limited ( frica do Sul)
 - CIMPOR Reinsurance, S.A. (Luxemburgo)
- Vice-Presidente do Conselho de Administra o da CIMPOR Inversiones, S.A. (Espanha)
- Administrador
 - CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.
 - CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.
 - CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.
 - CIMPOR – Serviços de Apoio   Gestão de Empresas, S.A.
 - Corporación Noroeste, S.A. (Espanha)
 - Asment de Témara, S.A. (Marrocos)
 - Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egipto)
 - Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egipto)
 - Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egipto)
 - Cement Services Company, S.A.E. (Egipto)

- Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egipto)
- CIMPOR Finance, Ltd. (Irlanda)
- Gerente
 - Kandmad, SGPS, Lda.
 - Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda.
 - Nordicave Trading Industrial, Sociedade Unipessoal, Lda. (Cabo Verde).

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 137.400.

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001).

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 6 de Maio de 1954. Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador-Delegado da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e membro dos Conselhos de Administração e de Gerência de diversas empresas familiares e do Grupo Teixeira Duarte.
- Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.
- Membro do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Administrador
 - Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.
 - Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Macau), Lda.
- Gerente da Hipus – Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 231.940.

Dr. Vicente Árias Mosquera

Vogal do Conselho de Administração (desde Agosto de 2003).

Nasceu em Santiago de Compostela, Espanha, em 11 de Fevereiro de 1947. Licenciado em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador do Patronato da Fundación Camilo José Cela
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Administração
 - Inversiones Ibersuizas, S.A.
 - Centro Galego de Arte Contemporânea
 - Patronato da Escuela de Enseñanza Social de Galicia
- Vice-Presidente do Conselho de Administração
 - Banco Pastor, S.A.
 - Fundación Galicia-Europa
- Administrador
 - Soluzona, S.A.
 - Patronato da Fundación Juana de Veja
- Secretário-Geral da Fundación Pedro Barrie de la Maza, Conde de Fenosa.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2005: 1.070.

José Manuel Baptista Fino

Vogal do Conselho de Administração (desde Abril de 2005).

Nasceu em Portalegre, em 10 de Janeiro de 1954. Curso Complementar dos Liceus (1971) e Frequência do North East London Polytechnic (Business Studies), em Londres (1972-74).

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Presidente do Conselho de Administração da Mothercare (Portugal) Confecções, S.A.
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Administração
 - Área Infinitas – Design de Interiores, S.A.
 - SGFI – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
 - J.M. Fino, S.A.
 - Ramada Holdings, SGPS, S.A.
- Administrador
 - Speciality Minerals Portugal – Especialidades Minerais, S.A.
 - Manuel Fino, SGPS, S.A.
 - Investifino – Investimento e Participações, SGPS, S.A.
 - Carfino, SGPS, S.A.
 - Ethnica, SGPS, S.A.
 - Block – Imobiliária, S.A.
- Gerente da Dorfino – Imobiliária, Lda.

Em 31 de Dezembro de 2005, não era titular de quaisquer acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..

Dr. José Enrique Freire Arteta

Vogal do Conselho de Administração (desde Abril de 2005).

Nasceu em La Coruña, Espanha, em 17 de Julho de 1948. Licenciado em Ciências Económicas pela Faculdade de Barcelona.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Presidente Executivo do Grupo Megasa (Bipadosa), com actividade nos sectores siderúrgico (Portugal e Espanha), imobiliário e dos transportes e energia eléctrica.

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2005:

- Presidente do Conselho de Administração
 - Bipadosa, S.A.
 - Bipadosa Distribución y Transformación, S.L.
 - Metalúrgica Galaica, S.A.
 - Megasider, S.L.
 - Siderurgia Nacional, Empresa de Produtos Longos, S.A.
 - Hidroeléctrica del Forcadas, S.A.
 - Megamalla, S.L.
 - LAF 98, S.L.

- SN Maia, Siderurgia Nacional, S.A.
- SN Seixal, Siderurgia Nacional, S.A.
- Frepon, S.A.
- Administrador Delegado
 - Transportes Almacenes Transitários, S.A.
 - Multimodal de Transportes Agrupados, S.L.
 - LAF 2000, S.L.
- Administrador
 - Freire Hermanos, S.A.
 - Freire, Productos Siderúrgicos, S.A.
 - Atlansider, SGPS, S.A.
 - Megaço, Productos Siderúrgicos, S.A.
 - Feragueda, Productos Siderúrgicos, S.A.
 - Atlanport – Sociedade de Exploração Portuária, S.A.
 - Comercial Galaica de Metales, S.A.
 - Lesir, S.A.
- Gerente da Megasa, Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.

Em 31 de Dezembro de 2005, não era titular de quaisquer acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..

4.2. Comissão Executiva

Na sua reunião de 27 de Abril de 2005, o Conselho de Administração recém eleito deliberou, à semelhança de mandatos anteriores, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos, a criação de uma Comissão Executiva, composta por cinco dos seus membros, na qual foram delegados todos os poderes relativos à gestão corrente da sociedade, com excepção apenas das matérias legalmente definidas como não passíveis de delegação, enumeradas no ponto 4.3. *infra*.

A referida Comissão Executiva manteve a mesma composição do mandato anterior, a saber:

- Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

Presidida pelo Dr. Pedro Teixeira Duarte, substituído quando necessário pelo Eng. Jorge Salavessa Moura, a Comissão Executiva delibera pela maioria dos votos presentes ou representados, não poden-

do deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2005, a Comissão Executiva reuniu por 41 vezes.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas Funcionais, conforme indicado no ponto 1.1.1. *supra*. No que respeita à ligação às entidades externas abaixo indicadas, foi definida a seguinte distribuição:

- Associação Técnica da Indústria do Cimento (ATIC) e outras Associações Sectoriais – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- CEMBUREAU, “World Business Council for Sustainable Development” (WBCSD) e Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto (APEB) – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Euronext Lisboa e Conselho Fiscal – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, sem prejuízo, quando necessário, da realização de outras reuniões intercalares. Não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo, para esse efeito, permitido que um administrador represente mais do que um membro do Conselho de Administração. Durante o ano de 2005, o Conselho reuniu por 10 vezes.

Conforme anteriormente referido, à Comissão Executiva encontram-se vedadas todas as matérias qualificadas por lei como não delegáveis. A saber, nos termos do artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais:

- Escolha do Presidente do Conselho de Administração, quando aplicável;
- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de assembleias gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Mudança de sede e aumentos de capital;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Além destas matérias, que, nos termos da lei, constituem competências não delegáveis pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva entendeu, ainda no início do anterior mandato, e por sua iniciativa, reservar também para o plenário do Conselho de Administração as deliberações finais sobre quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar com accionistas detentores de 2% ou mais do capital social da CIMPOR, sempre que, pela sua natureza ou montantes

envolvidos, os mesmos sejam considerados de especial relevância.

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva, encontram-se criados os seguintes procedimentos:

- Distribuição aos membros do Conselho de Administração das actas das reuniões da Comissão Executiva;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz regularmente um sumário dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida desde a última reunião, facultando aos administradores os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados;
- Encontra-se ainda regulamentada a possibilidade de solicitação, por parte dos administradores, de elementos ou informações à Comissão Executiva, fora das reuniões do Conselho.

4.4. Remunerações

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da sociedade, bem como as modalidades e prestações do respectivo esquema complementar de reforma ou de invalidez, são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações, composta por accionistas eleitos em Assembleia Geral, podendo tal remuneração incluir uma componente variável, estabelecida em função dos lucros do exercício, que, nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade, não poderá, globalmente, exceder 5% dos referidos lucros.

O estabelecimento, pela referida Comissão, da remuneração fixa anual dos membros do Conselho de Administração obedece aos seguintes princípios:

- a) Adequação das remunerações às exigências do mercado;
- b) Valorização da relevância dos serviços prestados, do grau de responsabilidades assumido e do nível de dedicação esperado;
- c) Atribuição aos administradores com funções executivas de um esquema complementar de reforma (PPR), para o qual são efectuadas dotações mensais correspondentes a 12,5% da respectiva remuneração fixa.

Por outro lado, todos os administradores, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, beneficiam do “Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores” descrito no ponto 1.6. *supra*, nos termos aí enunciados.

A remuneração variável (incluindo a atribuição de opções de compra de acções) está reservada aos membros da Comissão Executiva, sendo determinada anualmente, e a nível individual, pela Comissão de Fixação de Remunerações, em função dos resultados do Grupo (no respeito pelas limitações

estatutárias *supra* referidas), do grau de prossecução dos objectivos estratégicos definidos e da avaliação do desempenho de cada administrador, nas suas áreas específicas de actuação.

A atribuição de opções de compra de acções é efectuada no âmbito do programa global descrito no ponto 1.6. *supra*, pelo que obedece exactamente às mesmas regras. Em relação ao conjunto dos administradores executivos, e com referência ao ano de 2005, o número de opções atribuídas, exercitáveis, exercidas e extintas foi o seguinte:

	Série				Total
	2002	2003	2004	2005	
Opções Atribuídas					
Opções Iniciais	-	-	-	150.000	150.000
Opções Derivadas	-	-	-	450.000	450.000
Opções Exercitáveis	3.000	66.500	128.000	150.000	347.500
Opções Exercidas	0	66.500	128.000	146.000	340.500
Opções Extintas *					
Exercitáveis em 2005	-	-	-	4.000	4.000
Exercitáveis de 2006 a 2008, inclusive	-	-	-	12.000	12.000

* Por não exercício das Opções Iniciais

De acordo com o n.º 3 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade, poderá ainda ser atribuída uma pensão de reforma vitalícia aos administradores que cessarem funções, sempre que esteja preenchido um dos seguintes requisitos:

- Terem exercido o cargo de administrador com funções executivas por período superior a dez anos, seguidos ou interpolados;
- Terem mantido vínculo laboral com, ou exercido funções de administração na, sociedade ou sociedades dependentes por período total superior a vinte e cinco anos, seguidos ou interpolados.

O quantitativo desta pensão será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, podendo ser anualmente revisto. A fixação, de acordo com estes critérios, do referido quantitativo (que nunca poderá ultrapassar o valor da mais elevada das remunerações fixas auferidas, em cada momento, pelos administradores em exercício), bem como a definição dos demais termos e condições da sua atribuição (a qual poderá ser titulada por contrato), competem à Assembleia Geral (ou à Comissão de Fixação de Remunerações, a existir).

O montante total de remunerações, prestações para o esquema complementar de reforma ou de invalidez e outros incentivos auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi o seguinte:

(valores em euros)	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Remunerações Totais
Administradores Executivos	1.139.075,00	1.853.953,71	2.993.028,71
Administradores Não Executivos	526.600,00	-	526.600,00
Total	1.665.675,00	1.853.953,71	3.519.628,71

4.5. Política de Comunicações de Irregularidades

O Conselho de Administração aprovou e divulgou, já em 2006, um conjunto de regras e procedimentos internos destinados à recepção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades alegadamente ocorridas no âmbito das sociedades do Grupo CIMPOR, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, as recomendações aplicáveis em cada momento e os princípios e regras constantes do Código de Ética adoptado pelo Grupo.

O novo Regulamento veio dotar as referidas comunicações de um sistema que se pretende eficaz, célere e idóneo quanto à detecção, investigação e resolução das mesmas, no respeito dos mais elevados princípios éticos – em particular, dos princípios de integridade e responsabilidade – e, bem assim, das regras de confidencialidade e não retaliação, a salvaguardar nas relações com os declarantes.

Nos termos e para os efeitos deste Regulamento, entende-se por “irregularidade”, de acordo com o n.º 2 do seu artigo 2.º, “qualquer acto ou omissão, doloso ou negligente, contrário às disposições legais ou regulamentares, às disposições estatutárias ou às regras ou princípios éticos da Sociedade, imputável a um membro de um órgão social” ou a qualquer outro colaborador do Grupo.

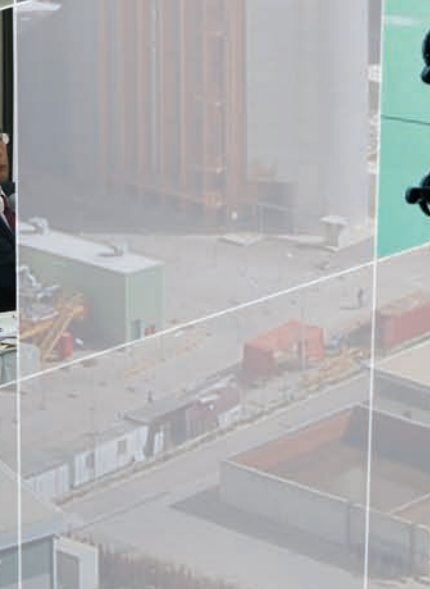
Havendo uma suspeita fundada e razoável da prática de uma irregularidade, a mesma deverá ser comunicada: (i) ao superior hierárquico mais elevado do departamento, área ou serviço a que pertence o “declarante”; ou (ii) ao Conselho de Administração da *holding*, caso o “declarante” seja membro de um órgão social de uma empresa do Grupo, não esteja sujeito a qualquer vínculo hierárquico ou entenda, de forma devidamente fundamentada, que o referido superior hierárquico não é a pessoa mais indicada para receber e/ou tratar a irregularidade em causa.

Tal comunicação deverá ser efectuada por carta dirigida à pessoa/órgão competente e remetida para um endereço postal específico (destinado exclusivamente à recepção destas comunicações), com a referência expressa “Privado e Confidencial – Comunicação ao abrigo do Regulamento sobre a Comunicação de Irregularidades”. O destinatário, depois de efectuar o correspondente registo, toma a decisão, nos termos previstos no Regulamento, de admissão ou rejeição preliminar da comunicação, após o que, no primeiro caso, procede à determinação do objecto da irregularidade e à avaliação da respectiva gravidade. Consoante estes últimos, assim as investigações e a decisão final (de arquivamento ou resolução da irregularidade) caberão ao próprio destinatário da comunicação ou ao Conselho de Administração da *holding*.

Sem prejuízo das competências da Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social, é ao Gabinete de Auditoria Interna que compete a vigilância e supervisão de todo o Sistema de Comunicação de Irregularidades, em particular dos respectivos níveis de adequação e eficácia.

Refira-se ainda a garantia, explícita no Regulamento, de que toda e qualquer comunicação efectuada por um colaborador, nos termos e condições aí previstos, será tratada com carácter confidencial e anónimo, designadamente no que respeita à identidade do “declarante” (salvo a solicitação, expressa e

inequívoca, deste último). Ao “declarante”, desde que agindo de boa fé e com veracidade, é ainda assegurado que não poderá ser sujeito a qualquer forma de tratamento prejudicial, de retaliação, discriminação, ameaça ou sanção, por parte da CIMPOR. No entanto, se a sua conduta desrespeitar tais princípios, a mesma poderá constituir uma infracção susceptível de ser objecto de sanção disciplinar adequada e proporcional à infracção, sem prejuízo da responsabilidade civil e/ou criminal que possa advir de tal comportamento.



2

Relatório e Contas Consolidados Actividade do Grupo



1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Evolução da Economia Mundial

A economia mundial registou, em 2005, uma taxa de crescimento significativa (4,3%), ainda que um pouco abaixo da alcançada no ano anterior (5,1%). Em termos regionais, o destaque vai para a recuperação económica do Japão e para o ritmo de expansão de algumas economias emergentes, particularmente da China e da Índia, bem como dos EUA e dos novos países da União Europeia. No entanto, alguns desequilíbrios globais, susceptíveis de pôr em causa a sustentabilidade do crescimento económico mundial (casos dos défices da balança de transacções correntes dos EUA, do Reino Unido e de determinados países da Zona Euro e dos saldos orçamentais, altamente negativos, do Japão e de algumas economias europeias), agravaram-se em 2005.

O PIB norte-americano, apesar da subida do preço do petróleo e dos fenómenos naturais que afectaram os Estados do Sul, registou um crescimento vigoroso (3,5%), assente na expansão do consumo e do investimento, num contexto de aumento da produtividade e de melhoria das condições no mercado de trabalho.

Já o crescimento das economias europeias foi bastante mais modesto, com o PIB do conjunto dos países da Zona Euro a aumentar apenas 1,3%. Nesta última, a inflação média anual, fruto, essencialmente, da subida dos preços dos produtos energéticos, registou um incremento de 0,2 p.p., fixando-se em 2,3%.

1.2. Envolve Económica dos Países em que o Grupo Opera

1.2.1. Portugal

A taxa de crescimento do PIB português, em 2005, não terá ido além de 0,3%, situando-se, pelo quarto ano consecutivo, claramente abaixo da taxa média da Zona Euro. O forte abrandamento do ritmo de progressão da procura interna (de 2,1%, em 2004, para somente 0,6%, em 2005), provocado pela contenção das despesas públicas e pela quebra do investimento em mais de 3%, explica o essencial deste clima de estagnação.

Apesar da recuperação verificada ao longo do segundo semestre, muito por efeito da desvalorização do euro, o aumento das exportações não terá atingido os 2%, confirmando as dificuldades das empresas portuguesas em actuarem num mercado internacional cada vez mais competitivo. Contrariando a tendência dos últimos anos, o défice da balança corrente e de capital, em percentagem do PIB, aumentou para 8,5%, devido não só àquele factor mas também à subida dos preços das importações dos bens energéticos e ao menor volume de entradas de fundos estruturais no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

A taxa de inflação baixou, em termos de média anual, dos 2,5% registados em 2004, para apenas 2,1% e a taxa de desemprego subiu, no final do ano, para perto de 8% (o nível mais elevado desde, pelo menos, meados dos anos 90).

1.2.2. Espanha

Numa Europa em período de fraco crescimento, a Espanha voltou a destacar-se pela positiva, com o PIB a aumentar em perto de 3,4% (mais 0,3 p.p. que no ano anterior e cerca do dobro da média da Zona Euro). Os níveis de investimento no sector da construção e o elevado dinamismo do consumo privado – impulsionado pelo aumento da população activa, a diminuição da taxa de desemprego e a expansão do crédito – mantiveram-se como os principais factores explicativos do referido crescimento.

Em contrapartida, a taxa de inflação voltou a situar-se bem acima da média europeia, tendo mesmo aumentado cerca de 0,8 p.p., para perto de 3,7%. Outra importante fonte de preocupação, para além dos receios existentes quanto a um eventual rebentamento da actual “bolha” imobiliária, reside no sector externo: enquanto as importações mantêm um elevado ritmo de crescimento, alimentado pela expansão do consumo privado, as exportações continuam a perder competitividade e quota de mercado, em grande parte devido à persistência do referido diferencial de inflação e ao aumento considerável dos custos salariais.

1.2.3. Marrocos

Em Marrocos, a situação de seca vivida em 2005, provocando uma redução da ordem dos 12,5% no produto do sector agrícola, conduziu, dado o peso deste último na economia do país, a um aumento do PIB que não terá atingido os 2% (em contraste com os 4,2% alcançados em 2004). Os restantes sectores, com um crescimento global estimado em 4,4%, registaram, pelo contrário, um bom desempenho, com especial destaque para as indústrias da construção e da hotelaria e restauração.

O consumo privado foi fortemente afectado pela redução do poder de compra da população rural (apesar da taxa de inflação continuar abaixo dos 2%), tendo aumentado cerca de 4,3% (menos de metade da taxa registada no ano anterior). Já o consumo público manteve um crescimento assinalável (14,6%), tal como, de resto, a FBCF (7,9%), estimulada pelo volume de obras públicas e pelas medidas de incentivo ao investimento privado (designadamente, pela redução dos direitos de importação sobre bens de equipamento).

A subida do preço do petróleo fez aumentar as importações em mais de 13%, enquanto as exportações – fruto do mau ano agrícola e do aumento da concorrência dos países asiáticos (consequência do desmantelamento do acordo multi-fibras) na indústria têxtil – cresceram apenas 1,3%. Assim, a balança de pagamentos, excedentária desde 2001, passou a apresentar um défice equivalente a cerca de 1,2% do PIB.

1.2.4. Tunísia

Em resultado de uma clara desaceleração do ritmo de crescimento da produção industrial em praticamente todos os sectores (excepção ao da energia), o aumento do PIB da Tunísia passou de 5,8%, em 2004, para 4,2%, em 2005. Entre os sectores com pior desempenho contaram-se as indústrias agrícola-

la e agro-alimentar (com quebras na produção de 2,2%, quando, no ano anterior, haviam registado uma subida de 8%) e, à semelhança de Marrocos, e por motivos idênticos, a indústria têxtil.

No entanto, os grandes equilíbrios que têm caracterizado, nos últimos anos, a economia do país mantiveram-se sólidos: os défices orçamental e da balança de pagamentos situaram-se em 2,3% e 2,0% do PIB, respectivamente, e a taxa de inflação não terá sido superior a 2%.

1.2.5. Egipto

Apoiada por um amplo programa de privatizações, um importante conjunto de medidas de reestruturação do sector financeiro e diversas reformas operadas em matéria aduaneira, fiscal e cambial, a economia egípcia registou, em 2005, um desempenho globalmente positivo, com a taxa de crescimento do PIB a atingir os 4,9% (máximo dos últimos cinco anos).

Neste contexto de forte expansão da actividade económica, o principal índice da Bolsa de Valores do Cairo e Alexandria subiu, em apenas um ano, cerca de 150%, estimulado pelo aumento do investimento directo estrangeiro e pelo êxito do programa de privatizações (cujas receitas, totalizando o equivalente a perto de 950 milhões USD, corresponderam a mais do dobro do valor obtido em todo o período 2000-04).

Entretanto, e apesar da subida da taxa de inflação para níveis próximos dos 9%, a libra egípcia apreciou-se cerca de 6% face ao dólar norte-americano e mais de 20% em relação ao euro, corrigindo assim a acentuada desvalorização sofrida em 2003.

1.2.6. Brasil

Em 2005, a economia brasileira, ao crescer apenas em perto de 2,5%, não conseguiu sustentar o ritmo de expansão alcançado no ano anterior (quase 5%), devido, em grande parte, à manutenção, deliberada, e por um largo período de tempo, de um nível de taxas de juro excepcionalmente elevado.

As indústrias transformadora e da construção civil – responsáveis, em conjunto, por quase um terço do PIB – foram as que mais sofreram com as restrições da política monetária: a primeira, depois de haver aumentado 7,7%, em 2004, registou, em 2005, um crescimento de somente 2%; a segunda, neste último ano, não deverá ter crescido mais de 1,5%.

Em resultado desta política restritiva, a taxa de inflação, beneficiando também da forte valorização da moeda brasileira (superior a 20%, em termos de câmbio médio anual face ao dólar norte-americano), ter-se-á situado, pela primeira vez nos últimos quatro anos, abaixo dos 7%.

1.2.7. Moçambique

A escalada do preço do petróleo e a evolução da taxa de câmbio (com o metical a depreciar-se mais de 20% entre o início e o final do ano), provocando uma subida do preço dos combustíveis na ordem

dos 70%, impediram a economia moçambicana, em 2005, de atingir os níveis de crescimento dos anos anteriores. Ainda assim, fruto do aumento do volume de investimentos, tanto públicos como privados, encorajados pela descida das taxas de juro em perto de 6 p.p., a taxa de crescimento do PIB ter-se-á aproximado dos 7%.

A taxa média de inflação, beneficiando da moderação do aumento dos preços na África do Sul (de onde provêm grande parte das importações dos produtos alimentares transaccionados em Moçambique), baixou para cerca de 8%, embora no final do ano, e em termos homólogos, tenha disparado para níveis próximos dos 14%.

1.2.8. África do Sul

A relativa estabilidade da moeda sul-africana, conjugada com a manutenção da taxa de inflação abaixo dos 4% e a descida da taxa directora do Banco Central para 10,5%, deram um importante contributo para a continuação do bom ambiente macroeconómico que se tem vivido na África do Sul, com o PIB a aumentar em perto de 5%, beneficiando, sobretudo, do desempenho dos sectores agrícola (10,2%), da construção (9,5%), das vendas a retalho (6,3%) e dos transportes e comunicações (6,1%).

A principal fonte de preocupação é ainda o desemprego (com uma taxa da ordem dos 27%), apesar de, em 2005, se haverem criado quase 660 mil novos postos de trabalho.

1.2.9. Cabo Verde

O PIB cabo-verdiano terá crescido, em 2005, cerca de 6,5%, fruto, principalmente, da expansão da actividade turística (a qual representa já, aproximadamente, 10% daquele indicador) e do aumento do investimento público em perto de 11%.

Quanto à inflação, não terá atingido, em termos médios, mais de 1%.

1.3. Evolução do Sector Cimenteiro

De acordo com as estimativas mais recentes, o consumo mundial de cimento, em 2005, terá sido superior a 2.000 milhões de toneladas, registando um aumento de cerca de 3,5% relativamente a 2004, o que evidencia um claro abrandamento da forte tendência de crescimento que se vinha verificando nos últimos anos.

Esta evolução foi particularmente notória na China, cujo mercado (responsável por perto de metade do consumo mundial) não terá aumentado mais de 4%, em contraste com as taxas de crescimento, sempre acima dos 10%, verificadas nos anos anteriores. Já os mercados da Índia e dos Estados Unidos, segundo e terceiro maiores consumidores mundiais de cimento, respectivamente, registaram subidas superiores a 5%.

Na Europa Ocidental, onde o crescimento global do mercado não terá ido além de 1%, a evolução do consumo, ao nível nacional, manteve-se bastante díspar: enquanto em países como a Bélgica, Espanha, Suécia e Suíça, o mesmo terá aumentado acima dos 3%, noutros, as restrições impostas pelo controlo dos respectivos défices públicos e o reduzido nível de investimento em novas obras determinaram a estagnação ou mesmo a redução do consumo (casos da Alemanha, Grécia e Portugal).

Nos países do Leste da Europa, o mercado continuou a registar taxas de crescimento significativas, embora inferiores às dos últimos anos. A Ucrânia, Polónia, Bulgária e Sérvia, com subidas da ordem dos 7% a 15%, estiveram em particular destaque, contrastando com a Rússia, onde, depois de um período de aumento acentuado do consumo de cimento (sempre acima dos 8%/ano), o mercado praticamente estabilizou.

Na América do Norte, a evolução do mercado foi também fortemente positiva, fruto do crescimento da economia, do desenvolvimento de importantes programas de obras públicas e da necessidade de reconstrução de habitações e infraestruturas, após as graves intempéries que assolaram as costas leste e sul dos Estados Unidos.

No conjunto da América Latina, o consumo de cimento terá aumentado perto de 4%, continuando a Colômbia e a Argentina – com incrementos, em 2005, da ordem dos 10% e 15%, respectivamente – a registar, em termos relativos, as subidas mais acentuadas.

Na zona asiática, em nítida desaceleração, por força não só do abrandamento do consumo na China como também das quebras verificadas no Japão (3%) e na Coreia do Sul (13%), a taxa de crescimento do mercado ter-se-á situado aproximadamente ao mesmo nível (4%).

Em África e no Médio Oriente, pelo contrário, o aumento, em 2005, do consumo de cimento foi, de uma forma geral, idêntico ou até claramente superior ao do ano anterior (em especial em países como o Egipto, Marrocos e Nigéria), atingindo, em termos globais, e em ambos os casos, cerca de 5 a 6%.

Quanto à actividade de *trading*, não registou grandes alterações, devido, sobretudo, aos aumentos de capacidade instalada que vêm sendo efectuados em diversos países tradicionalmente importadores. A principal excepção foram os Estados Unidos, país com maior volume de importação de cimento (32 milhões de toneladas), onde o crescimento deste último foi da ordem dos 17%.

Os preços de venda evoluíram segundo as condições específicas de cada mercado, com tendência para uma ligeira subida. Em países onde as capacidades instaladas são ainda insuficientes para abastecer o mercado e/ou a procura foi particularmente forte (casos, por exemplo, do Egipto, África do Sul e Estados Unidos), verificaram-se aumentos de preços significativos. Já na generalidade dos países da Europa e América Latina, os preços mantiveram-se bastante estáveis, com as importantes excepções da

Colômbia e do Brasil, onde o acentuar das pressões concorrenciais conduziu a uma degradação assinalável dos preços de venda.

Na China, fruto das limitações impostas ao crescimento da economia, da entrada em funcionamento de um elevado número de novas linhas de produção e da não desactivação de unidades antigas e obsoletas, o aumento da concorrência provocou igualmente uma forte descida dos preços do cimento no mercado interno, os quais atingiram valores próximos dos 30 USD/tonelada.

No que se refere aos movimentos de fusões e aquisições verificados no sector, o ano de 2005 não foi, tanto em número como em valor das transacções efectuadas (não considerando as ofertas públicas de aquisição lançadas, ainda em 2004, pelos grupos Holcim e Cemex sobre as empresas Aggregate Industries e RMC, respectivamente), muito diferente do ano anterior. Por outro lado, acentuou-se a tendência de participação nestes movimentos de um conjunto de novos intervenientes (fundos de *private equity* e empresas de outros ramos), sem qualquer tradição no sector cimenteiro, o que, a par da crescente escassez de oportunidades de aquisição, tem vindo a limitar fortemente as possibilidades de crescimento por esta via.

As operações mais significativas efectuadas em 2005 foram as aquisições da empresa argentina Loma Negra pelo grupo brasileiro Camargo Corrêa e das empresas egípcias Suez e Helwan pelo grupo Italcementi, para além das tomadas de importantes participações minoritárias na empresa indiana ACC, por parte da Holcim, e na empresa espanhola Uniland, pelo grupo CRH.

2. Análise dos Resultados do Grupo

2.1. Síntese da Actividade Global

Em 2005, os Resultados Líquidos Consolidados do Grupo CIMPOR (após Interesses Minoritários) cifraram-se em 266,2 milhões de euros (mais 3,9% que no ano anterior), o que, excluído o impacto dos ganhos financeiros não recorrentes obtidos nestes dois exercícios, representou um aumento de perto de 30 milhões de euros (cerca de 13%) relativamente aos resultados alcançados, em base comparável, em 2004.

Apesar de um conjunto de factores adversos – de entre os quais se destacam a continuada descida dos preços de venda do cimento no mercado brasileiro, a persistência do clima de recessão que vem caracterizando o mercado português e o aumento substancial dos custos energéticos – o *Cash Flow* Operacional (*EBITDA*) do Grupo registou um incremento de aproximadamente 44 milhões de euros (9,7%), com a respectiva margem, ainda assim, e em consequência daqueles factores, a acusar uma ligeira queda (de 33,1%, em 2004, para 32,3%, em 2005).

Demonstração de Resultados do Grupo

(milhões de euros)

	2005 (IFRS)	2004 (IFRS)	Varição	2004 (PGAAP)
Volume de Negócios	1.534,9	1.365,6	12,4 %	1.365,6
Cash Costs Operacionais	1.039,0	913,7	13,7 %	906,9
Cash Flow Operacional (EBITDA)	495,8	451,9	9,7 %	458,7
Amortizações e Provisões	140,4	128,5	9,2 %	210,5
Resultados Operacionais (EBIT)	355,4	323,4	9,9 %	248,2
Resultados Financeiros	- 3,3	- 6,7	s.s.	- 6,5
Resultados Extraordinários	0,0	0,0	--	- 5,8
Resultados antes de Impostos	352,2	316,7	11,2 %	235,9
Impostos sobre o Rendimento	75,7	52,9	43,1 %	45,5
Resultado Líquido	276,5	263,8	4,8 %	190,4
Atribuível a:				
Detentores do Capital	266,2	256,1	3,9 %	185,9
Sócios Minoritários	10,3	7,7	34,8 %	4,5
Resultado Líquido / Acção (euros)	0,40	0,38	3,8 %	0,28

Egipto e Espanha – com aumentos, naquele indicador, de 18,5 milhões de euros e 16,1 milhões de euros, respectivamente – foram as Áreas de Negócios que mais contribuíram para esta melhoria significativa da rentabilidade operacional da CIMPOR. A subida do preço de venda do cimento naqueles mercados, conjugada, no primeiro caso, com um crescimento assinalável das quantidades vendidas e o efeito da apreciação da moeda local (em quase 7%) relativamente ao euro, justificam o essencial das referidas variações.

São igualmente de destacar, pela importância dos respectivos contributos para a melhoria do EBITDA do Grupo, os incrementos deste indicador nas actividades de *Trading / Shipping* e na Área de Negócios de Portugal (ambos na ordem dos 7 milhões de euros), bem como as poupanças alcançadas ao nível dos custos dos serviços centrais (cerca de 3,5 milhões de euros).

As únicas excepções a esta subida, praticamente generalizada, do Cash Flow de Exploração foram as Áreas de Negócios da Tunísia – por força da queda do mercado, agravada ainda por alguns problemas de ordem operacional – e, sobretudo, do Brasil – onde os preços de venda do cimento baixaram, em moeda local, perto de 17%. Neste caso, a variação negativa registada por aquele indicador – ainda que atenuada pelo aumento das vendas e pelo impacto da valorização do real (quase 20%, em termos de câmbio médio anual) – ultrapassou mesmo os 15 milhões de euros, o que, ao nível da margem EBITDA, se traduziu num decréscimo de mais de 11 p.p..

Para além destas duas Áreas de Negócios, também Marrocos e a África do Sul sofreram alguma redução das respectivas margens, facilmente explicada pelo agravamento dos custos com transportes e combustíveis e, no caso particular da África do Sul, pelo maior peso que, na mesma, vem sendo assumido pela actividade de produção e comercialização de betões e agregados e pela venda de cimento importado ou produzido com clínquer adquirido a terceiros.

Cash Flow Operacional (EBITDA)

(valores em milhões de euros)

Áreas de Negócios	2005 (IFRS)		2004 (IFRS)		Variação	
	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	183,0	31,7 %	176,3	31,5 %	6,7	3,8
Espanha	102,9	27,6 %	86,8	25,0 %	16,1	18,6
Marrocos	26,2	43,3 %	25,6	46,9 %	0,6	2,5
Tunísia	14,6	27,3 %	16,1	30,0 %	- 1,5	- 9,1
Egipto	48,5	46,7 %	30,0	44,9 %	18,5	61,6
Brasil	62,9	27,7 %	78,3	39,3 %	- 15,4	- 19,7
Moçambique	6,8	13,4 %	6,0	12,6 %	0,8	13,3
África do Sul	41,9	39,8 %	39,9	45,6 %	2,0	5,0
Cabo Verde	1,2	9,5 %	-	-	1,2	s.s.
Trading / Shipping	8,1	6,8 %	0,9	1,5 %	7,2	836,5
Outras Actividades	- 0,3	-	- 7,8	-	7,6	s.s.
Total	495,8	32,3 %	451,9	33,1 %	43,9	9,7

Ainda que as Amortizações tenham aumentado cerca de 19%, o referido incremento do *EBITDA* e a diminuição das Provisões em mais de 10 milhões de euros permitiram o crescimento dos Resultados Operacionais (*EBIT*) do Grupo em cerca de 32 milhões de euros (9,9%).

Por outro lado, os Resultados Financeiros, mesmo com uma redução dos ganhos não recorrentes da ordem dos 18 milhões de euros, registaram uma melhoria superior a 50%, apresentando, em 2005, um valor negativo de apenas 3,3 milhões de euros.

O conseqüente aumento dos Resultados antes de Impostos não viria, no entanto, a traduzir-se num aumento equivalente do Resultado Líquido (após Interesses Minoritários), já que o Imposto sobre o Rendimento sofreu um agravamento de quase 23 milhões de euros, motivado não só pelo incremento da matéria colectável, como também pelo facto de, por razões de prudência quanto à respectiva recuperabilidade, não se haver reconhecido a totalidade dos activos por impostos diferidos.

Em 2005, as vendas de cimento e clínquer do Grupo CIMPOR totalizaram 19,8 milhões de toneladas, registando uma taxa de crescimento de 6,2%. Com as excepções de Espanha (devido à diminuição das vendas nos mercados da Andaluzia e Extremadura e a um menor volume de exportações de cimento) e da Tunísia (pelas razões já assinaladas), todas as restantes Áreas de Negócios evoluíram positivamente. Mesmo em Portugal, onde o consumo de cimento caiu pelo quarto ano consecutivo, a CIMPOR logrou aumentar (em 2,7%) o respectivo volume de vendas, com as exportações de clínquer (num total de quase 1 milhão de toneladas) a mais do que compensarem a retracção do mercado.

Vendas de Cimento e Clínquer

(em milhares de toneladas)

Áreas de Negócios	2005	2004	Variação
Portugal	6.106	5.946	2,7 %
Espanha	4.157	4.209	- 1,2 %
Marrocos	959	852	12,6 %
Tunísia	1.385	1.477	- 6,2 %
Egipto	2.898	2.275	27,4 %
Brasil	3.796	3.442	10,3 %
Moçambique	583	567	2,8 %
África do Sul	1.160	1.100	5,4 %
Cabo Verde	119	-	s.s.
Subtotal	21.162	19.868	6,5 %
(Vendas Intra-Grupo)	(1.356)	(1.227)	
Total Consolidado	19.806	18.641	6,2 %

A evolução deste indicador foi particularmente significativa nas Áreas de Negócios do Brasil (+10,3%), Marrocos (+12,6%) e Egipto (+27,4%), onde, para além de um maior volume de vendas de cimento nos respectivos mercados, se verificou um importante incremento das quantidades exportadas.

Vendas de Betão, Agregados e Argamassas

Produto / Área de Negócios	2005	2004	Variação
Betão (1.000 m³)			
Portugal	3.725	3.646	2,2 %
Espanha	2.616	2.516	3,9 %
Outras Áreas de Negócio	718	511	40,7 %
Total	7.059	6.673	5,8 %
Agregados (1.000 ton)			
Portugal	8.806	7.610	15,7 %
Espanha	3.770	3.867	- 2,5 %
Outras Áreas de Negócio	652	421	55,0 %
Total	13.228	11.897	11,2 %
Argamassas (1.000 ton)	477	490	- 2,6 %

Quanto às vendas de betão pronto, registaram, no seu conjunto, um aumento de 5,8%, impulsionado, em grande parte, pela aquisição de novas centrais, ao longo dos dois últimos anos, no Brasil e na África do Sul. O crescimento das vendas de agregados (11,2%) foi ainda mais expressivo, devido não só a um forte incremento da produção na Área de Negócios de Portugal (15,7%), como também ao facto de 2005 ter constituído o primeiro ano completo de exploração desta actividade na África do Sul. Já as vendas de argamassas, prejudicadas pela retracção dos mercados de Portugal e da Galiza (Espanha) e pelo aparecimento de novos operadores, registaram uma queda de cerca de 2,6%.

Em 2005, o Volume de Negócios do Grupo cifrou-se, em termos consolidados, em 1.535 milhões de euros, claramente acima (12,4%) do valor obtido no ano anterior. Excluindo as transacções intra-Grupo, há a salientar o aumento significativo dos contributos, para este indicador, das Áreas de Negócios do Egipto, Brasil, Espanha e África do Sul, todas elas com variações positivas superiores a 25 milhões de euros, a par da evolução, igualmente favorável, das actividades de *Trading / Shipping* (cujo *turnover* mais do que triplicou) e do volume de facturação já atingido (em menos de um ano) pela nova Área de Negócios de Cabo Verde (12,5 milhões de euros).

Contributos para o Volume de Negócios *

(valores em milhões de euros)

Áreas de Negócios	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	515,5	33,6	507,4	37,2	8,1	1,6
Espanha	370,9	24,2	344,5	25,2	26,4	7,7
Marrocos	58,8	3,8	54,5	4,0	4,3	7,8
Tunísia	53,4	3,5	53,6	3,9	- 0,2	- 0,3
Egipto	93,4	6,1	60,1	4,4	33,3	55,4
Brasil	227,1	14,8	199,1	14,6	28,0	14,1
Moçambique	50,5	3,3	47,3	3,5	3,3	7,0
África do Sul	113,1	7,4	87,5	6,4	25,6	29,3
Cabo Verde	12,5	0,8	-	-	12,5	s.s.
<i>Trading / Shipping</i>	39,3	2,6	11,6	0,8	27,7	239,8
Outras Actividades	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	s.s.
Total Consolidado	1.534,9	100,0	1.365,6	100,0	169,2	12,4

* Excluindo as transacções intra-Grupo

Em relação ao final de 2004, o total dos Capitais Empregues aumentou, em base IFRS, cerca de 266 milhões de euros, não só por força dos investimentos entretanto concluídos, como também pelo impacto da apreciação das moedas egípcia e brasileira relativamente ao euro. Apesar dos resultados da Área de Negócios do Brasil não terem acompanhado esta apreciação – registando, pelo contrário, uma quebra significativa – a rentabilidade (líquida de *cash taxes*) dos referidos capitais manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior (acima dos 12%).

A Dívida Financeira Líquida, que, incluindo *items* equivalentes, ascendia a 1.318 milhões de euros em Dezembro de 2004, baixou, no final de 2005, para 1.083 milhões de euros – um decréscimo de quase 18%, explicado não apenas pelo *cash flow* gerado neste ano, como também pelo desinvestimento em participações financeiras minoritárias. Consequentemente, o peso da mesma no total do Capital Investido diminuiu, entre aquelas duas datas, de perto de 50% para pouco mais de 38%.

Em contrapartida, e apesar do elevado montante de dividendos distribuídos (cerca de 120 milhões de euros), os Capitais Próprios atribuíveis aos Accionistas, beneficiando dos referidos movimentos cambiais, aumentaram 31%, cifrando-se, no final do ano, em 1.519 milhões de euros. Dado o impacto

daqueles movimentos, aliado à diminuição dos resultados da Área de Negócios do Brasil, a rentabilidade dos referidos capitais (*ROE*) acabou por situar-se em 19,9%, baixando perto de 3,7 p.p..

Capital Investido

(milhões de euros)

	2005 (IFRS)	2004 (IFRS)	Varição	2004 (PGAAP)
Fundo de Maneio da Exploração	246,6	216,8	13,8 %	220,5
Activos Fixos Tangíveis	1.471,4	1.334,5	10,3 %	1.093,6
<i>Goodwill</i>	940,6	821,0	14,6 %	781,4
Out. Activos (líq. Out. Passivos)	(57,8)	(37,0)	s.s.	(35,7)
Capitais Empregues	2.600,9	2.335,3	11,4 %	2.059,9
Investimentos em Curso	96,2	129,3	- 25,6 %	130,9
Investimentos Financeiros	215,8	274,0	- 21,2 %	284,6
Out. Activos (líq.) não Operacionais	(89,9)	(78,4)	s.s.	(78,4)
Capital Investido	2.823,0	2.660,2	6,1 %	2.396,9
Dívida Financeira Líquida	1.079,4	1.312,3	- 17,7 %	1.316,8
(Activos Financ. Disponíveis p/Venda)	(69,2)	(52,3)	s.s.	(52,3)
Provisões	73,2	58,4	25,3 %	27,8
Dívida Financeira e Equivalentes	1.083,3	1.318,3	- 17,8 %	1.292,3
Capital Próprio Atribuível a:				
Accionistas	1.519,1	1.159,2	31,0 %	970,4
Sócios Minoritários	65,5	63,7	2,9 %	76,3
Impostos Diferidos	44,5	8,7	411,0 %	(52,2)
Provisões p/Impostos e Outros	110,6	110,2	0,3 %	110,2
Capital Próprio e Equivalentes	1.739,7	1.341,8	29,6 %	1.104,7
Capital Investido	2.823,0	2.660,2	6,1 %	2.396,9
Rentabilidade dos Capitais Empregues	12,1 %	12,2 %		12,3 %
Rentabilidade dos Capitais Próprios *	19,9 %	23,6 %		19,3 %

* Atribuíveis aos Accionistas

Por força do incremento do *Cash Flow* gerado pela actividade operacional corrente em cerca de 53 milhões de euros (13,3%) e da diminuição, relativamente ao ano anterior, do investimento total realizado em 2005, o *Free Cash Flow* da Exploração aumentou mais de 130 milhões de euros (86,3%).

Entre os investimentos concluídos neste ano, destacam-se a montagem de uma nova linha de fabrico de sacos de papel (Portugal), a ampliação da capacidade de produção de clínquer da fábrica da Asment de Témara (Marrocos) e a aquisição de novas centrais de betão no Brasil, bem como de uma empresa de importação, armazenagem, ensacagem e distribuição de cimento, em Cabo Verde.

Em consequência do investimento realizado em Marrocos e das intervenções efectuadas em algumas fábricas do Brasil, a capacidade total de produção de cimento (com clínquer próprio) do Grupo CIMPOR aumentou para cerca de 23,9 milhões de toneladas/ano, o que, previsivelmente, o mantém no grupo das dez maiores empresas internacionais, a nível mundial, deste sector.

Ao referido incremento do *Free Cash Flow* originado pela exploração corrente, juntou-se ainda um importante desinvestimento em participações financeiras minoritárias, o que fez aumentar o volume dos fundos libertos – disponíveis para fazer face ao serviço da dívida e à correcta remuneração dos accionistas – para um total de quase 400 milhões de euros.

Free Cash Flow

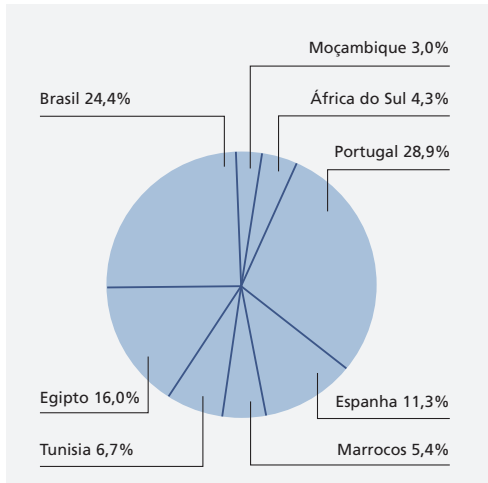
(milhões de euros)

	2005	2004
Resultados Operacionais Ajustados	350,9	318,1
(Impostos s/Resultados Operacionais Ajustados)	(53,0)	(42,6)
Result. Operacionais Ajustados líq. Impostos	297,9	275,5
Amortizações e Depreciações	137,6	115,3
Variação de Provisões	16,7	8,2
<i>Cash Flow Bruto</i>	452,1	399,0
Aum./Dim.) Fundo de Maneio da Exploração	29,8	27,0
Investimento (líq.) em <i>Goodwill</i>	11,2	20,0
Investimento (líq.) em Activos Fixos Tangíveis		
Via Aquisições	4,5	44,6
Outros	144,5	128,7
Aum./Dim.) Out. Activos (líq. Out. Passivos)	(20,2)	(27,2)
Investimento Total	169,9	247,5
<i>Free Cash Flow</i> da Exploração	282,3	151,5
Outros Fundos Libertos (líq. Impostos)	115,4	(45,1)
<i>Free Cash Flow</i>	397,7	106,4
Custos Financeiros Líquidos (líq. Impostos)	21,4	32,8
(Aum.)Dim. Dívida Financeira e Equivalentes	245,7	(40,5)
Resultados Atribuíveis a Sócios Minoritários	10,3	7,7
Resultados Distribuídos	120,3	113,5
Aum./Dim.) Acções Próprias	(2,8)	(1,9)
Out. Variações Capital Próprio e Equivalentes	2,8	(5,0)
<i>Free Cash Flow</i>	397,7	106,4

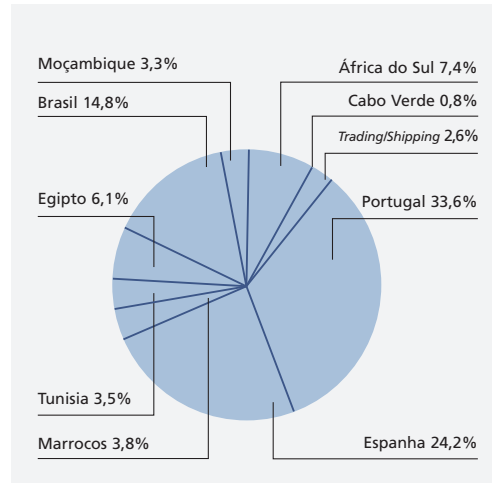
A redução da Dívida Financeira Líquida (incluindo *items* equivalentes) em cerca de 246 milhões de euros absorveu a maior parte daqueles fundos, dos quais perto de 120 milhões foram afectos ao pagamento de dividendos.

Contribuições e Posição Relativa das Diferentes Áreas de Negócios (2005)

Repartição da Capacidade Instalada de Cimento

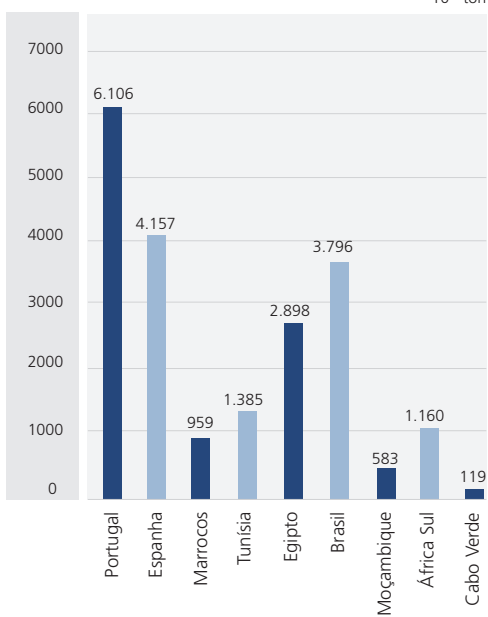


Contribuições para o Volume de Negócios *

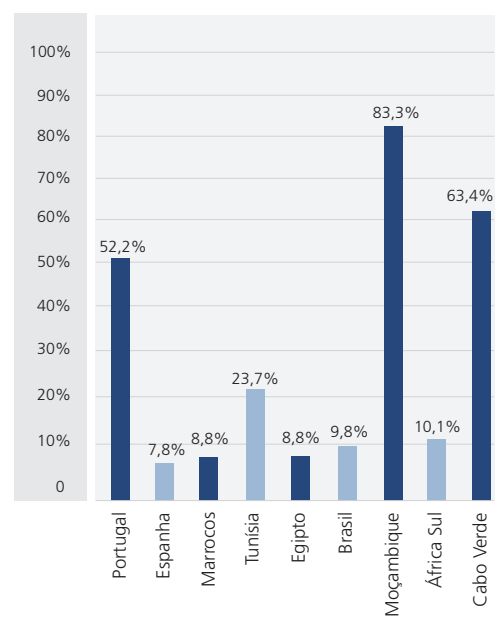


*Excluindo transacções intra-Grupo

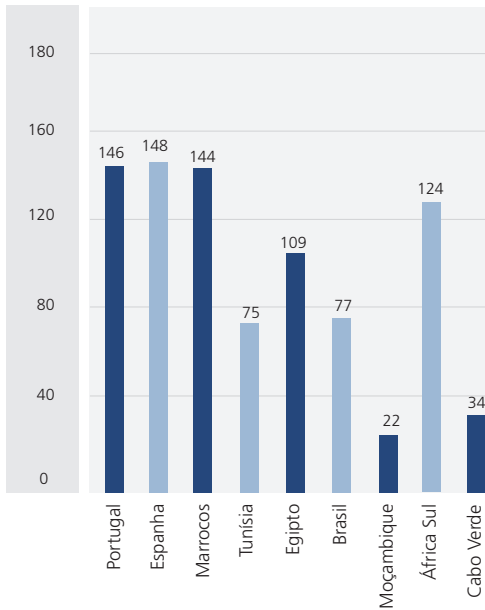
Vendas de Cimento e Clínquer



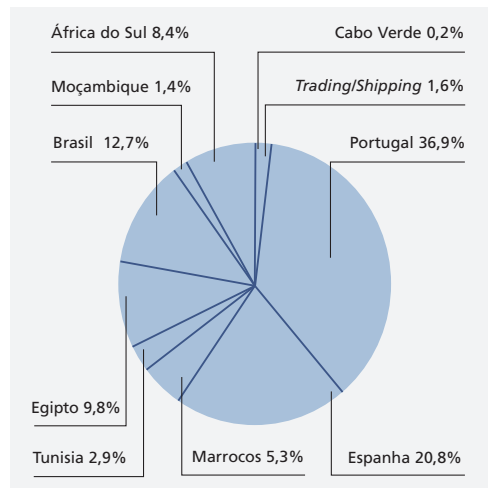
Quota de Mercado de Cimento



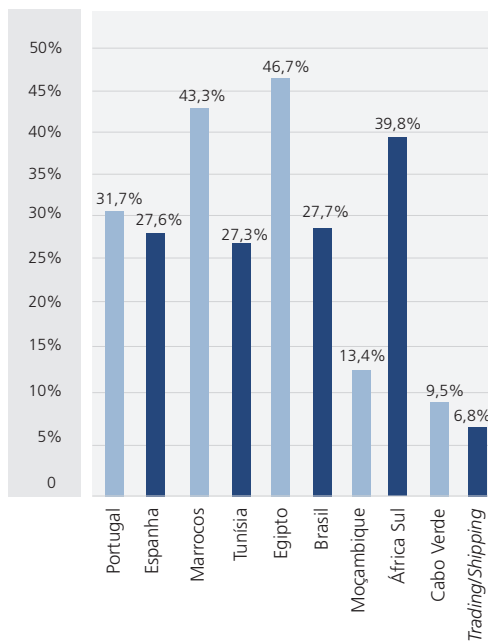
Valor Acrescentado / Colaborador 10³ euros



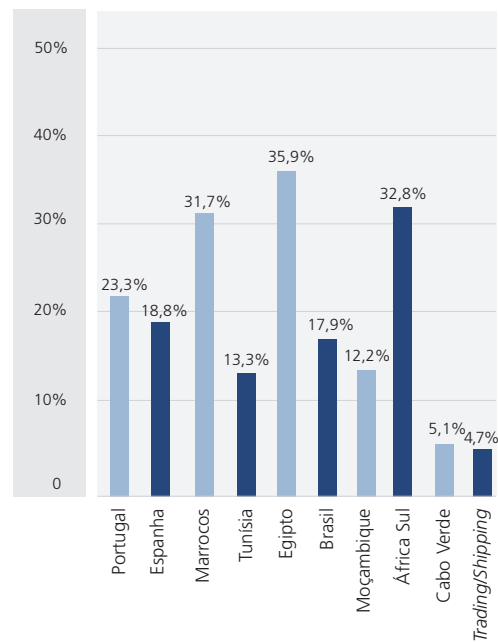
Contribuições para o Cash Flow Operacional



Margem EBITDA



Margem EBIT



2.2. Portugal

Em Portugal, a produção global do sector da construção e obras públicas deverá ter registado, em 2005, uma redução da ordem dos 5%, elevando para um nível próximo dos 22% a quebra, em termos acumulados, da actividade deste sector nos últimos quatro anos. O consumo de cimento acompanhou, naturalmente, esta evolução, acusando uma diminuição de cerca de 5,7%. No entanto, e apesar de, relativamente a 2001, a quebra do consumo ultrapassar já os 20%, o mercado mantém uma dimensão (um pouco acima das 8,8 milhões de toneladas/ano) correspondente a um dos maiores consumos *per capita* da Europa (840 kg/habitante), inferior, apenas, aos que se registam no Luxemburgo, Espanha, Irlanda e Grécia.

As vendas da CIMPOR no mercado interno (sem consideração do cimento produzido em Espanha e vendido em Portugal) passaram de 4,8 milhões de toneladas, em 2004, para pouco mais de 4,6 milhões de toneladas, em 2005, registando uma redução de 3,5%, inferior à média do mercado. A quebra significativa das importações (da ordem dos 27%), motivada pela dificuldade de fretamento de navios e pelos elevados custos de transporte, explica o essencial deste melhor desempenho relativo por parte do Grupo, em consequência do qual a sua quota de mercado subiu cerca de 1,1 p.p., para aproximadamente 52,2%.

Área de Negócios de Portugal

	Unidade	2005	2004	Varição
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	6.900	7.000	- 1,4%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		91,7%	87,1%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	6.106	5.946	2,7%
Quota de Mercado		52,2%	51,1%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	3.725	3.646	2,2%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	8.806	7.610	15,7%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	173	184	- 5,9%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	576,5	560,0	3,0%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	61,6	63,3	- 2,6%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	183,0	176,3	3,8%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	134,1	131,1	2,2%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	126,3	126,8	- 0,4%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	639,1	572,7	11,6%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	53,4	70,5	- 24,3%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	1.662	1.666	- 0,2%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	345	332	4,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	146	142	3,2%
Margem EBITDA		31,7%	31,5%	
Margem EBIT		23,3%	23,4%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

(3) Antes de Interesses Minoritários

Obrigada a procurar mercados alternativos onde colocar os seus excedentes de produção, a CIMPOR aumentou consideravelmente a sua actividade de *trading*, tanto de cimento como de clínquer, atingindo, em 2005, um total de quase 1,5 milhões de toneladas exportadas (mais 27% que no ano anterior). Destas, cerca de 800 mil toneladas destinaram-se às unidades de produção e comercialização do Grupo na região espanhola da Andaluzia e perto de 300 mil toneladas à Nova Cimangola (onde a CIMPOR detém uma participação accionista de 49%). Assim, as vendas totais de cimento e clínquer fabricados em Portugal (6,1 milhões de toneladas), acabaram por registar, apesar da retracção do mercado interno, uma subida de perto de 2,7%.

No sector dos betões, pese embora o aumento da taxa de penetração do fabrico de betão pronto industrial no consumo total de cimento, o crescimento da produção não deverá ter ido além dos 2%. As vendas do Grupo, ultrapassando os 3,7 milhões de metros cúbicos, correspondentes a um incremento anual de 2,2%, evoluíram a um ritmo sensivelmente idêntico.

Já no sector dos agregados, as vendas da CIMPOR registaram um crescimento assinalável (15,7%), atingindo as 8,8 milhões de toneladas. Nas argamassas, pelo contrário, o volume de vendas do Grupo, fruto da retracção do mercado e do aparecimento de novos operadores, caiu 6,2%, quedando-se pelas 173 mil toneladas.

No Grupo CIMPOR, Portugal continua a ser o país com maior importância relativa, muito embora, tal como já acontecera nos anos anteriores, a mesma tenha diminuído significativamente de 2004 para 2005: em termos de Volume de Negócios (excluindo as transacções intra-Grupo), de 37,2% para 33,6%; ao nível do *Cash Flow* Operacional, de 39,0% para 36,9%; e em contributo para o Resultado Operacional do Grupo, de 40,5% para 37,7%.

Em 2005, o Volume de Negócios gerado em Portugal cifrou-se em aproximadamente 577 milhões de euros, aumentando, em relação ao ano anterior (e pela primeira vez nos últimos três anos) cerca de 3%. Também pela primeira vez, desde 2002, quer o *Cash Flow* Operacional quer a respectiva margem evoluíram positivamente: o primeiro, crescendo 3,8%, para 183 milhões de euros; a segunda, sofrendo um ligeiro incremento de 0,2 p.p., para 31,7%.

Entre os diversos investimentos realizados em 2005, num total, excluindo a aquisição de participações financeiras em empresas do sector, de mais de 50 milhões de euros, salientam-se a instalação de uma nova linha de produção de sacos de papel e a construção de um parque de carvão na fábrica de Alhandra.

De destacar, também, que, na sequência da certificação, em 2003, dos Sistemas de Gestão do Ambiente dos três Centros de Produção da CIMPOR, em Portugal, bem como da verificação das respectivas Declarações Ambientais, todos eles (Loulé e Alhandra, em 2005, e Souselas, já no início de 2006) obtiveram entretanto o correspondente registo em EMAS (*Ecomanagement and Audit Scheme*) – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria.

2.3. Espanha

O consumo de cimento, em Espanha, voltou a registar, em 2005, um novo máximo absoluto, atingindo um total de perto de 51,5 milhões de toneladas (7,3% acima do valor do ano anterior e cerca do dobro do valor de há dez anos atrás). Tal como nos anos anteriores, o referido crescimento apresentou um perfil geográfico bastante heterogéneo, dependente, em grande parte, do maior ou menor esforço de investimento realizado pelas diferentes Comunidades Autónomas. Porém, enquanto no passado recente era nas regiões costeiras que se registavam maiores taxas de crescimento, em 2005 – devido a algum abrandamento do investimento estrangeiro no sector imobiliário (incidente, sobretudo, naquelas regiões) e ao dinamismo revelado pela Comunidade de Madrid em termos de obras públicas e de construção de habitação – as zonas do interior centro foram as que mais sobressaíram.

Os mercados onde o Grupo está presente – à excepção da Extremadura, que se estima ter crescido cerca de 22,4% – tiveram um comportamento claramente mais modesto do que a média nacional: na Andaluzia, o consumo de cimento não foi além das 10,4 milhões de toneladas (mais 0,6% que em 2004), enquanto na Galiza, com o consumo a recuar para menos de 2,8 milhões de toneladas, se registou um decréscimo, face ao ano anterior, de cerca de 3,1%.

Área de Negócios de Espanha

	Unidade	2005	2004	Variação
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	2.700	2.680	0,7%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		96,4%	99,6%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	4.157	4.209	- 1,2%
Quota de Mercado		7,8%	8,5%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	2.616	2.516	3,9%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	3.770	3.867	- 2,5%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	163	169	- 3,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	373,1	347,0	7,5%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	44,1	43,4	1,6%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	102,9	86,8	18,6%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	70,0	58,3	20,0%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	45,6	35,6	28,0%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	459,0	460,3	- 0,3%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	19,2	29,1	- 33,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	987	1.003	- 1,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	377	358	5,1%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	148	134	10,5%
Margem EBITDA		27,6%	25,0%	
Margem EBIT		18,8%	16,8%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

(3) Antes de Interesses Minoritários

No seu conjunto, as vendas de cimento e clínquer do Grupo CIMPOR, incluindo perto de 100 mil toneladas exportadas, diminuíram para aproximadamente 4,16 milhões de toneladas (menos 1,2% que no ano anterior), em consequência de uma importante quebra de vendas (da ordem dos 7%) na região sul, explicada, em grande parte, pelo aparecimento de um novo concorrente na zona de Badajoz.

As vendas de betão ultrapassaram os 2,6 milhões de metros cúbicos (mais 3,9% que no ano anterior), enquanto as vendas de agregados, por efeito, ainda, de um acidente ocorrido, em 2004, numa pedreira da Andaluzia, caíram cerca de 2,5%, para menos de 3,8 milhões de toneladas. Quanto às vendas de argamassas, registaram também uma ligeira quebra (3,7%).

Esta evolução, globalmente pouco favorável em termos de quantidades vendidas, foi no entanto compensada por uma melhoria quase generalizada dos preços de venda, particularmente dos preços do cimento na região sul, o que permitiu o aumento do Volume de Negócios gerado em Espanha em perto de 7,5% e o incremento do correspondente *Cash Flow* Operacional em mais de 16 milhões de euros (18,6%). Consequentemente, a margem *EBITDA* registou uma subida de cerca de 2,6 p.p., passando de 25,0%, em 2004, para 27,6%, em 2005.

Entre os principais investimentos realizados, destacam-se a conclusão da construção, próximo de Santiago de Compostela, de uma segunda fábrica de argamassas secas e autonivelantes, o início da instalação de uma nova exploração de agregados, em Lugo, e a aquisição dos terrenos onde se encontra implantada a moagem de Narón.

2.4. Marrocos

Em Marrocos, o consumo de cimento – beneficiando do prosseguimento do programa nacional de edificação de infraestruturas de base, do reforço da rede rodoviária, dos trabalhos de construção do novo porto de Tânger, do relançamento do programa de luta contra as habitações insalubres e da edificação de novas zonas turísticas – aumentou, em 2005, cerca de 5,3%, atingindo um total de quase 10,3 milhões de toneladas.

Área de Negócios de Marrocos

	Unidade	2005	2004	Variação
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.245	925	6,3%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		73,7%	94,0%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	959	852	12,6%
Quota de Mercado		8,8%	8,7%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	101,2	91,8	10,3%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	209,2	221,1	- 5,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	60,5	54,5	11,0%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	4,5	4,1	7,8%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	26,2	25,6	2,5%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	19,2	21,5	- 10,8%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	13,6	13,1	3,3%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	69,9	41,1	69,9%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	12,1	18,9	- 35,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	210	215	- 2,3%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	284	251	13,3%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	144	136	5,4%
Margem <i>EBITDA</i>		43,3%	46,9%	
Margem <i>EBIT</i>		31,7%	39,4%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

(3) Antes de Interesses Minoritários

Tirando partido do aumento de capacidade entretanto concluído, a Asment de Témara alcançou um volume de vendas de 959 mil toneladas (mais 12,6% que no ano anterior), incluindo-se neste montante perto de 52,5 mil toneladas de clínquer exportado. A Betocim, por seu turno, aumentou em 10,3% as suas vendas de betão, ultrapassando os 100 mil metros cúbicos, ao mesmo tempo que reduzia em 5,4% a produção e venda de agregados.

Em termos consolidados, o Volume de Negócios de Marrocos cresceu cerca de 11%, cifrando-se em mais de 60 milhões de euros. O aumento significativo dos custos de transporte, os tempos de paragem exigidos pela modificação do forno e os problemas surgidos até à estabilização do mesmo impediram, no entanto, que o *Cash Flow* Operacional registasse uma evolução idêntica. Assim, o crescimento deste último não foi além de 600 mil euros (2,5%), com a respectiva margem a baixar de 46,9%, em 2004, para 43,3%, em 2005.

Já ao nível dos Resultados Operacionais, e em consequência do forte aumento das amortizações, verificou-se mesmo uma redução (em quase 11%) no respectivo valor.

Em matéria de investimentos, destaca-se a modificação da linha de produção da Asment de Témara, o que permitiu aumentar a respectiva capacidade de produção de clínquer de 2.000 para 2.900 toneladas/dia, assim como o lançamento das obras de instalação de duas novas centrais de betão, em Casablanca e Témara.

2.5. Tunísia

Na Tunísia, o consumo de ligantes (cimento e cal hidráulica) totalizou, em 2005, cerca de 5,8 milhões de toneladas, baixando perto de 1,6% relativamente ao valor registado no ano anterior.

Área de Negócios da Tunísia

	Unidade	2005	2004	Varição
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.600	1.600	0,0%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		80,0%	89,2%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.385	1.477	-6,2%
Quota de Mercado		23,7%	24,1%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	53,4	53,6	- 0,3%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,4	2,9	15,2%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	14,6	16,1	- 9,1%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	7,1	11,1	- 36,2%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	7,0	9,8	- 29,0%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	141,8	126,5	12,2%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	3,8	8,3	- 53,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	240	241	- 0,4%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	222	221	0,7%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	75	78	- 4,4%
Margem <i>EBITDA</i>		27,3%	30,0%	
Margem <i>EBIT</i>		13,3%	20,8%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Esta queda do mercado, aliada à ausência de exportações e de vendas de clínquer (45 mil toneladas, em 2004), bem como a alguns problemas de ordem operacional vividos pela Ciments de Jbel Oust (CJO), conduziram a uma redução das respectivas vendas em 6,2%, correspondentes a um decréscimo de mais de 90 mil toneladas.

Em matéria de preços de venda, há a registar, uma vez mais, o adiamento da respectiva liberalização, com o governo a optar, tal como nos dois anos anteriores, pela sua actualização administrativa em 6%. Assim, e não se tendo verificado grande alteração na taxa de câmbio do dinar relativamente ao euro, o Volume de Negócios da CJO acabou por fixar-se aproximadamente ao mesmo nível do ano anterior (um pouco acima dos 53 milhões de euros).

No entanto, a necessidade de compra de quase 100 mil toneladas de clínquer (devido a problemas de funcionamento do forno) e a subida significativa dos preços do fuelóleo e da energia eléctrica, mais do que anulando os benefícios decorrentes do início da utilização de coque de petróleo como combustível, conduziram a uma redução do *Cash Flow* Operacional em cerca de 1,5 milhões de euros (9,1%), com a respectiva margem a baixar 2,7 p.p., de 30,0%, em 2004, para 27,3%, em 2005.

Por tal motivo, conjugado com o aumento das amortizações (fruto dos investimentos entretanto concluídos), os Resultados Operacionais caíram perto de 4 milhões de euros (36,2%) e os Resultados Líquidos diminuíram 2,8 milhões de euros (29,0%).

2.6. Egipto

Depois de dois anos consecutivos de queda, o mercado cimenteiro egípcio iniciou, em 2005, uma recuperação notável, com o consumo a aumentar para mais de 28 milhões de toneladas, correspondentes a uma taxa de crescimento de cerca de 20%. Do lado da oferta, e pela primeira vez nos últimos cinco anos, não se verificou qualquer entrada de novos operadores no mercado (ou o arranque de novas linhas de produção), assistindo-se antes a alguma concentração do sector, com a aquisição, por parte do Grupo Italcementi, da maioria do capital das empresas Suez Cement Co. e ASEC Helwan.

Em resultado do referido crescimento da procura interna, as exportações de cimento e clínquer baixaram, em 2005, perto de 23,5% (ultrapassando, ainda assim, as 9 milhões de toneladas) e o preço do cimento no mercado local – pressionado, igualmente, pelas dificuldades de algumas empresas, com elevados compromissos de exportação assumidos em anos anteriores, em o abastecer atempadamente – subiu cerca de 12,5%, aproximando-se do nível de preços praticado no resto da região.

Neste contexto, as vendas do Grupo CIMPOR aumentaram em mais de 27% (29,7% no mercado interno), atingindo, praticamente, um total de 2,9 milhões de toneladas. Em consequência, e também pelo efeito conjunto da referida subida dos preços de venda e da apreciação da libra egípcia relativamente ao euro, o Volume de Negócios registou um crescimento da ordem dos 55%, ultrapassando os 100 milhões de euros.

O *Cash Flow* Operacional, passando de 30,0 para 48,5 milhões de euros, aumentou mais de 60%, com a margem *EBITDA* a subir de 44,9%, em 2004, para 46,7%, em 2005. Esta melhoria de desem-

penho, aliada à redução das provisões e dos encargos financeiros suportados pela Área de Negócios do Egipto, conduziu, por seu turno, a um incremento significativo dos respectivos Resultados Líquidos (antes de Interesses Minoritários), os quais se cifraram em perto de 34 milhões de euros (em contraste com o valor de apenas 7,7 milhões de euros obtido no ano anterior).

Em 2005, o Grupo CIMPOR constituiu, no Egipto, uma nova sociedade, sediada no Porto de Dekheila (ao abrigo do regime especial das "Free Zones"), designada por Amreyah Dekheila Terminal Company, cuja actividade irá consistir na realização das operações de logística, tanto de importação como de exportação, de diversos produtos e materiais (vg. cimento, clínquer e papel), incluindo o respectivo armazenamento.

Área de Negócios do Egipto

	Unidade	2005	2004	Varição
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	3.810	3.660	4,1%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		78,6%	62,5%	
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	2.898	2.275	27,4%
Quota de Mercado		8,8%	8,2%	
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	103,9	66,8	55,5%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	2,6	2,2	19,3%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	48,5	30,0	61,6%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	37,3	11,9	214,5%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	33,8	7,7	336,5%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	255,8	209,0	22,4%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	2,2	7,7	- 71,2%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	483	471	2,5%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	222	135	64,7%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	109	65	68,1%
Margem EBITDA		46,7%	44,9%	
Margem EBIT		35,9%	17,8%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

(3) Antes de Interesses Minoritários

Para além deste investimento, há ainda a destacar: a conclusão da reabilitação do stock polar de clínquer da Amreyah Cement Company (AMCC); a remodelação das instalações do Laboratório (com aquisição de novos equipamentos), bem como dos edifícios do Comando Central e dos Gabinetes de Investimentos e de Apoio Técnico à Manutenção; a reabilitação das máquinas de ensacar da AMCC; a finalização das obras de adaptação dos novos escritórios, localizados em Alexandria; e o lançamento do projecto de construção de uma fábrica de sacos de papel (com uma capacidade de produção anual de 45 milhões de sacos), a operar, a partir de 2007, pela Cimpors Sacs Manufacture Company (Cimpsac).

2.7. Brasil

Depois de, em 2004, haver crescido cerca de 5,4%, o sector brasileiro da construção civil e obras públicas, afectado pela subida das taxas de juro e pelo adiamento de importantes projectos estaduais,

apresentou, em 2005, uma taxa de crescimento de apenas 1,5%. No entanto, e apesar de alguma retracção verificada na região Sul, o consumo total de cimento terá aumentado mais de 6%, com as regiões Norte e Centro Oeste a registarem incrementos na ordem dos 9%.

A tendência de descida dos preços de venda do cimento, iniciada no ano anterior, acentuou-se ainda mais em 2005, especialmente nas regiões Sudeste e Centro Oeste, atingindo, no caso específico do Grupo CIMPOR, em termos de média anual e em moeda local, perto de 17% (quase 30%, no acumulado dos últimos dois anos).

As vendas do Grupo no mercado interno (3,6 milhões de toneladas) cresceram um pouco acima deste último, o que, em conjunto com o aumento das exportações em cerca de 116 mil toneladas, conduziu a um incremento global de 10,3% no total das vendas de cimento. A actividade de produção e comercialização de betão pronto, com o contributo das três centrais adquiridas no final de 2004 e de mais quatro centrais integradas no decorrer de 2005, registou também um crescimento assinalável (45,9%), ultrapassando os 500 mil metros cúbicos.

Área de Negócios do Brasil

	Unidade	2005	2004	Variação
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	5.745	5.625	2,1%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		63,9%	57,6%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	3.796	3.442	10,3%
Quota de Mercado		9,8%	9,7%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	502	344	45,9%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	140	136	3,2%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	227,1	199,1	14,1%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	24,0	17,0	41,5%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	62,9	78,3	- 19,7%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	40,7	63,9	- 36,3%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	56,1	65,6	- 14,5%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	827,4	668,3	23,8%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	13,6	7,8	74,9%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	1.180	1.128	4,6%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	201	185	8,5%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	77	89	- 13,3%
Margem EBITDA		27,7%	39,3%	
Margem EBIT		17,9%	32,1%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Este aumento do nível de actividade, aliado à apreciação da moeda local relativamente ao euro, mais do que anulou o efeito da referida redução de preços (igualmente patente, embora em menor medida, no sector dos betões), conduzindo a um incremento de cerca de 14% no Volume de Negócios. No entanto, o impacto desses mesmos factores no total dos custos de exploração acabou por provocar – apesar da diminuição do *ratio* de incorporação de clínquer e das economias alcançadas ao nível dos consumos de energia e combustíveis – uma redução de quase 20% no Cash Flow Operacional – limitando-o a 63 milhões de euros, quando, no ano anterior, havia ultrapassado os 78 milhões – e de mais

de 36% nos Resultados Operacionais. O efeito da descida dos preços de venda foi também particularmente visível na queda das margens *EBITDA* (de 39,3%, em 2004, para apenas 27,7%, em 2005) e *EBIT* (superior a 14 p.p.).

Ainda assim, os Resultados Líquidos gerados por esta Área de Negócios não caíram mais de 9,5 milhões de euros, fruto do aumento dos Resultados Financeiros e de uma redução significativa dos Impostos sobre o Rendimento (consequência das operações de optimização fiscal realizadas nos últimos dois anos).

Para além dos investimentos efectuados na compra de novas centrais de betão e na renovação de diverso equipamento móvel afecto a esta actividade, são igualmente de salientar os trabalhos realizados na fábrica de Cajati, os quais, em conjunto com uma importante redução do *ratio* de incorporação de clínquer na fábrica de Goiás, permitiram o aumento da capacidade de produção de cimento (com clínquer próprio) desta Área de Negócios em cerca de 200 mil toneladas/ano.

2.8. Moçambique

O consumo de cimento, em todo o território moçambicano, deverá ter registado um crescimento da ordem dos 6%, ultrapassando, pela primeira vez, as 700 mil toneladas. Com o início das operações de uma moagem concorrente na região da Nacala, as vendas da Cimentos de Moçambique não aumentaram, no entanto, mais do que 2,8%, quedando-se pelas 583 mil toneladas.

O crescimento das vendas de betão pronto (para menos de 55 mil metros cúbicos) foi igualmente modesto, não indo além de 3%.

Área de Negócios de Moçambique

	Unidade	2005	2004	Varição
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	730	725	0,7%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		35,5%	41,1%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	583	567	2,8%
Quota de Mercado		83,3%	85,8%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	54,7	53,2	3,0%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	50,5	47,3	6,9%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	3,7	3,8	- 2,5%
Cash Flow Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	6,8	6,0	13,3%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	6,2	4,3	42,2%
Resultados Líquidos ⁽³⁾	10 ⁶ euros	4,4	- 0,2	s.s.
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	21,2	21,8	- 2,6%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	2,4	1,9	26,1%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	470	487	- 3,5%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	106	94	12,7%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	22	19	13,0%
Margem <i>EBITDA</i>		13,4%	12,6%	
Margem <i>EBIT</i>		12,2%	9,2%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

(3) Antes de Interesses Minoritários

A subida dos preços de venda (excepto na região de Nacala) permitiu, no entanto, que, apesar da desvalorização do metical, o Volume de Negócios aumentasse para 50,5 milhões de euros (mais 6,9% que em 2004) e o *Cash Flow* Operacional registasse um incremento de 13,3%, para 6,8 milhões de euros. Este último, aliás, só não foi mais expressivo devido à necessidade de importação de 100 mil toneladas de clínquer para a fábrica da Matola, dados os problemas de ordem operacional com que esta unidade se continua a debater. Ainda assim, a margem *EBITDA* subiu cerca de 0,8 p.p., fixando-se em 13,4%.

Os trabalhos efectuados na fábrica da Matola no sentido da resolução dos referidos problemas, o arranque do projecto de remodelação de todo o sistema de extracção, transporte, embalagem e expedição de cimento desta unidade, a instalação da nova sede social do Grupo e o *upgrade* da moagem de Nacala constituíram os principais investimentos realizados em 2005. Entretanto, iniciaram-se também os estudos técnicos relativos à possível reactivação da linha de produção de clínquer da unidade do Dondo (em alternativa à construção de uma nova linha).

2.9. África do Sul

Na África do Sul, o sector da construção civil e obras públicas continuou a revelar um dinamismo assinalável, impulsionado pelo crescimento do mercado habitacional, a edificação de pontes, hospitais, escolas e novos aeroportos, a reabilitação de estradas e ferrovias, a construção de barragens e o melhoramento de diversas instalações portuárias. Nesta conjuntura, o consumo de cimento registou, em 2005, um aumento superior a 11%, atingindo perto de 11,5 milhões de toneladas. Na província de KwaZulu-Natal – onde, através da Natal Portland Cement (NPC), se concentra a actividade do Grupo – a evolução do mercado foi ainda mais favorável, com o consumo a aumentar cerca de 15%, para 1,8 milhões de toneladas.

Área de Negócios da África do Sul

	Unidade	2005	2004	Variação
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.020	1.025	- 0,5%
Utilização da Capacidade Instalada ⁽²⁾		91,4%	96,6%	
Vendas de Cimento	10 ³ ton	1.160	1.100	5,4%
Quota de Mercado		10,1%	10,7%	
Vendas de Betão	10 ³ m ³	60,5	21,7	179,0%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	442,9	199,6	121,9%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	105,4	87,5	20,4%
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	9,3	7,5	24,1%
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	41,9	39,9	5,0%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	34,6	33,4	3,6%
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	23,8	23,3	1,9%
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	196,2	166,9	17,5%
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	11,6	2,3	404,1%
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	416	406	2,5%
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	254	244	4,2%
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	124	132	- 6,5%
Margem <i>EBITDA</i>		39,8%	45,6%	
Margem <i>EBIT</i>		32,8%	38,2%	

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Limitadas pela capacidade de produção da empresa, as vendas da NPC, apesar de haverem alcançado um novo máximo histórico, não puderam ir além de 1,16 milhões de toneladas (mais 5,4% que no ano anterior), provocando, tal como em 2004, uma ligeira baixa na respectiva quota de mercado.

No sector dos betões e agregados, sendo este o primeiro ano completo de actividade, o crescimento das vendas foi particularmente notório: as vendas de betão ultrapassaram os 60 mil metros cúbicos (mais 179%) e as vendas de agregados atingiram perto de 443 mil toneladas (mais 122%).

Em termos consolidados, o Volume de Negócios gerado na África do Sul totalizou 105,4 milhões de euros, aumentando 20,4% relativamente ao ano anterior. Já o *Cash Flow* Operacional, devido ao incremento das necessidades de importação de clínquer e cimento, de forma a dar resposta ao crescimento do mercado, registou um aumento de apenas 5,0%, cifrando-se em cerca de 42 milhões de euros. Consequentemente, a respectiva margem baixou de 45,6%, em 2004, para 39,8%, em 2005.

Entretanto, arrancaram, neste ano, os investimentos correspondentes à instalação de uma moagem na fábrica de Simuma e à construção de uma segunda linha de produção de clínquer, o que irá aumentar a respectiva capacidade em mais de 50%.

2.10. Cabo Verde

A actividade do Grupo no arquipélago de Cabo Verde iniciou-se em Abril de 2005, com a aquisição da quase totalidade do capital da sociedade Cimentos de Cabo Verde, S.A. (CCV) – uma empresa de importação, armazenagem, ensacagem e distribuição de cimento.

Nestes primeiros nove meses, a CCV vendeu um total de quase 120 mil toneladas de cimento – correspondentes a uma quota de mercado que se estima em mais de 60% – realizando um Volume de Negócios de 12,5 milhões de euros e um *Cash Flow* Operacional de perto de 1,2 milhões (com uma margem da ordem dos 9,5%).

Área de Negócios de Cabo Verde

	Unidade	2005 ⁽¹⁾
Vendas de Cimento	10 ³ ton	119
Quota de Mercado		63,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	12,5
Custos com Pessoal	10 ⁶ euros	0,5
<i>Cash Flow</i> Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	1,2
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	0,6
Resultados Líquidos	10 ⁶ euros	0,4
Capitais Empregues	10 ⁶ euros	10,8
Investimentos Industriais	10 ⁶ euros	0,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	64
Volume de Negócios / Colaborador	10 ³ euros	194
Valor Acrescentado / Colaborador	10 ³ euros	26
Margem <i>EBITDA</i>		9,5%
Margem <i>EBIT</i>		5,1%

(1) Abril a Dezembro

3. Actividade da CIMPOR TEC

A CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio à Gestão, S.A., iniciou formalmente a sua actividade em 1 de Janeiro de 2005, cumprindo inteiramente, neste seu primeiro ano de existência, os objectivos a que se havia proposto.

De entre estes, salienta-se, desde logo, a elaboração de um “Programa Anual de *Benchmarking*” – desenvolvido pela área de “*Performances Industriais e Melhores Práticas*” – no âmbito do qual são sistematicamente comparados cerca de duas centenas de indicadores-chave, destinados a medir o nível de desempenho de cada Unidade Operacional, nas diferentes Áreas de Negócio do Grupo CIMPOR.

Estes diferentes indicadores começam por ser objecto de análise, tratamento e validação, com vista à sua integração numa vasta base de dados que irá possibilitar a sua comparação entre fábricas com características semelhantes, em termos de dimensão, processo de produção, tipo de equipamento e localização geoeconómica. Na sequência deste processo de comparação e da consequente constatação de que alguns daqueles indicadores poderão ser melhorados, os responsáveis das diversas unidades operacionais, com o apoio da CIMPOR TEC e em colaboração com as respectivas Direcções Industriais, procedem à identificação dos seus vectores prioritários de actuação, definindo, para cada um deles, um conjunto de medidas a adoptar nos três anos subsequentes – o chamado “Plano de Melhoria de *Performance*”.

Quanto à área de “Investimentos, Engenharia, Equipamentos e Segurança”, concentrou a sua actividade nos seguintes projectos:

- Doseamento de produtos, de forma a reduzir significativamente a incidência da presença de Crómio⁶⁺, em obediência às directivas comunitárias entretanto transpostas para a legislação portuguesa e espanhola;
- Assistência técnica aos investimentos em curso na unidade de Simuma (África do Sul), correspondentes à construção de uma moagem, um silo e instalações de ensacagem e expedição de cimento (num total de cerca de 30 milhões de euros);
- Apoio às negociações do contrato de fornecimento e construção de uma nova linha de produção de clínquer, também em Simuma, com uma capacidade de 1.500 ton/dia (duplicável, se a evolução do mercado assim o justificar) e um custo total de aproximadamente 65 milhões de euros;
- Assistência técnica aos trabalhos de automação e de reabilitação mecânica e eléctrica de uma das linhas de produção da Amreyah (Egipto), estimados em perto de 17 milhões de euros;
- Coordenação integral do projecto de instalação de um parque de recepção e armazenagem de combustíveis sólidos, na fábrica de Alhandra (Portugal);
- Elaboração do projecto e adjudicação dos equipamentos necessários à recepção e queima de combustíveis alternativos – nomeadamente de biomassas animais e vegetais, pneus, “packaging derived fuels” e “fluff” de automóveis em fim de vida – nas unidades operacionais de Alhandra e Loulé;

- Elaboração de estudos sobre a viabilidade, do ponto de vista técnico, de aumento da capacidade de produção das fábricas de Córdoba e Niebla (Espanha) e de reabilitação da linha de produção de clínquer da unidade do Dondo (Moçambique).

No âmbito da actividade do Laboratório Central, uma vez consolidada a extensão do programa de controlo de qualidade dos cimentos produzidos às unidades de Espanha, deu-se início ao processo de alargamento do mesmo às fábricas de Marrocos e do Egipto. Ainda nesta área – “Produtos & Qualidade/Formação Técnica” – é de salientar o lançamento de um ambicioso programa de formação, destinado aos quadros mais jovens das diferentes unidades operacionais do Grupo, abrangendo diversas matérias relacionadas com a actividade cimenteira.

Refira-se, também, o incentivo à inovação que a CIMPOR TEC tem procurado transmitir, através da publicação mensal de um Boletim Técnico, onde, entre outros, se abordam temas da actualidade relativos à tecnologia do cimento e às preocupações do Grupo em matéria de Desenvolvimento Sustentável. O referido Boletim apresenta ainda uma série de “estudos de casos”, visando a partilha e disseminação internas daquilo que são consideradas as melhores práticas no seio do Grupo.

4. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Conforme sublinhado em Relatórios de anos anteriores, a CIMPOR apoia firmemente o conceito de Desenvolvimento Sustentável – como forma de atender, em pé de igualdade, a preocupações de âmbito económico, ambiental e social no exercício da sua actividade – tendo aderido, já em 1997, ao *WBCSD – World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável).

Em 1999, a CIMPOR fez parte do grupo das dez, de entre as principais empresas cimenteiras mundiais, que lançou o projecto designado por *CSI – Cement Sustainability Initiative* (Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento), tendo vindo a participar activamente, desde então, no desenvolvimento do mesmo. Designadamente, no lançamento, em Julho de 2002, de um plano de acção – “*Our Agenda for Action*” – a cinco anos, onde se identificam, para este sector de actividade, seis áreas-chave no progresso rumo a uma sociedade mais sustentável:

- Protecção climática e gestão das emissões de CO₂;
- Utilização responsável de matérias-primas e combustíveis;
- Segurança e saúde dos trabalhadores;
- Monitorização e divulgação das emissões;
- Impactos em termos do uso da terra e ao nível das comunidades locais;
- *Reporting* e comunicação.

O 2º Relatório de Sustentabilidade do Grupo CIMPOR, recentemente publicado, faz ampla referência a estas matérias, nomeadamente ao desempenho ambiental e social do Grupo, pelo que, sobre

as mesmas, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do referido Relatório (disponível no *site* www.cimpor.pt).

O tema da gestão das emissões de CO₂ merece, no entanto, pela sua importância, uma particular menção e actualização.

Na sequência da aprovação, pelas autoridades competentes de Portugal e Espanha, do quantitativo de Direitos de Emissão de dióxido de carbono atribuído a cada uma das fábricas do Grupo, a CIMPOR desenvolveu, em 2005, um importante trabalho de preparação dos sistemas de informação e reporte das emissões de CO₂ registadas nas suas unidades industriais, tendo em vista a verificação das mesmas, por parte de auditores externos, no início de 2006 (conforme previsto no regime de comércio intra-comunitário de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa, criado pela Directiva 2003/87/CE, de 13 de Outubro de 2003).

O quadro anexo mostra os valores das licenças anuais de emissão de CO₂ atribuídas às unidades do Grupo abrangidas pela referida Directiva, bem como os valores das emissões efectivamente verificadas e as diferenças entre uns e outros.

Perante um défice global, evidenciado naquele quadro, de cerca de 19 mil direitos de emissão e atentas as diferentes situações verificadas nos dois países, foi decidido adquirir no mercado um total de 25 mil direitos, destinados ao Centro de Produção de Alhandra, bem como celebrar um contrato promessa de compra e venda de mais 60 mil direitos entre as empresas do Grupo Cimentos Cosmos, S.A. (Espanha) e CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal).

Direitos de Emissão de CO₂ (2005)

Fábrica	Direitos Atribuídos	Emissões Registadas	Diferença
Portugal			
Souselas	1.719.333	1.702.804	16.529
Alhandra	1.736.995	1.841.897	- 104.902
Loulé	509.112	510.379	- 1.267
Cabo Mondego	49.839	51.312	- 1.473
Total Portugal	4.015.279	4.106.392	- 91.113
Espanha			
Toral de los Vados	722.824	672.477	50.347
Oural	380.866	334.341	46.525
Córdoba	411.749	415.652	-3.903
Niebla	258.451	279.530	- 21.079
Total Espanha	1.773.890	1.702.000	71.890
Total Geral	5.789.169	5.808.392	- 19.223

Em relação com esta problemática, registaram-se entretanto alguns desenvolvimentos paralelos, designadamente a concessão, por parte das autoridades portuguesas, de Licenças de Instalação para a valorização energética de alguns tipos de resíduos – incluindo biomassa vegetal e biomassa animal

(farinhas animais) – nos Centros de Produção de Alhandra e Loulé. A sua próxima utilização como combustível alternativo, previsivelmente já em 2006, irá permitir a redução das quantidades de CO₂ a reportar, já que, de acordo com a Decisão da Comissão Europeia de 29 de Janeiro de 2004 – que estabelece as orientações para a monitorização e comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa – as emissões de dióxido de carbono com origem em biomassa não são contabilizadas.

5. Recursos Humanos

Tendo presentes a responsabilidade social da CIMPOR e as exigências do meio envolvente nos diferentes países onde opera, a gestão dos Recursos Humanos do Grupo assenta, essencialmente, na definição e desenvolvimento de linhas de orientação estratégica coerentes com a sua política global e no esforço de adequação das práticas daí decorrentes à especificidade e cultura locais. Identificar e desenvolver o potencial dos colaboradores, incentivar a melhoria do respectivo desempenho, integrar e partilhar saberes e experiências acumulados e garantir a empregabilidade de todos os que hoje fazem parte do Grupo constituem os principais objectivos prosseguidos nesta área.

O cuidado posto na gestão dos Recursos Humanos tem-se revelado fundamental para o sucesso, sustentado, da estratégia de internacionalização da CIMPOR. Com efeito, o aumento da dimensão do Grupo, com as consequentes dispersão geográfica e diversidade linguística, tem tido um impacto assinalável no número, composição e nacionalidade dos seus efectivos, exigindo da organização e, em particular, da gestão dos Recursos Humanos, a aplicação de uma política de movimentação de pessoal entre os diferentes países que promova a divulgação e partilha dos valores e da cultura CIMPOR e, em simultâneo, proporcione novas oportunidades de carreira internacional. Em consequência desta crescente mobilidade dos quadros do Grupo, a experiência internacional passou a constituir um dos principais factores incentivadores da sua evolução profissional e um eficiente meio de aproveitamento das competências e talentos individuais dos colaboradores de maior potencial.

Número de Colaboradores por Áreas de Negócios (31 Dez) ⁽¹⁾

	2005	2004	Variação
Serviços Centrais ⁽²⁾	113	86	31,4 %
<i>Trading</i>	2	3	- 33,3 %
Portugal	1.662	1.666	- 0,2 %
Espanha	987	1.003	- 1,6 %
Marrocos	210	215	- 2,3 %
Tunísia	240	241	- 0,4 %
Egipto	483	471	2,5 %
Brasil	1.180	1.128	4,6 %
Moçambique	470	487	- 3,5 %
África do Sul	416	406	2,5 %
Cabo Verde	64	-	s.s.
Total	5.827	5.706	2,1 %

(1) De empresas incluídas na consolidação (incluindo eventuais / contratados a prazo)

(2) *Holding*, CIMPOR Inversiones, CIMPOR Internacional e CIMPORTec

Em consequência, sobretudo, do alargamento da actividade do Grupo a Cabo Verde e da compra de novas centrais de betão na Área de Negócios do Brasil, o número de colaboradores da CIMPOR aumentou, em 2005, cerca de 2,1%, para um total, no final do ano (incluindo eventuais e contratados a prazo), de 5.827 (mais 121 que em 31 de Dezembro de 2004).

A continuação do esforço de centralização de algumas funções de apoio ao Grupo, integrando colaboradores que, de um ponto de vista organizacional, se encontravam afectos às diversas áreas operacionais, determinou o aumento dos efectivos incluídos nos chamados “Serviços Comuns”, o que, tendo por base um trabalho exaustivo de recolha e análise das melhores práticas no seio do Grupo, veio facilitar a réplica das mesmas ao nível de cada processo, possibilitando a obtenção de ganhos de produtividade significativos.

Simultaneamente, intensificou-se o esforço de rejuvenescimento do quadro de pessoal, assente num levantamento das necessidades do Grupo, a médio prazo, tanto ao nível da gestão como da execução operacional. A definição de perfis de competência para as diferentes áreas, o aperfeiçoamento das técnicas de avaliação do potencial dos candidatos e o estabelecimento de um programa de integração adequado mereceram, neste domínio, particular atenção.

Evolução do Número de Colaboradores por Actividade (31 Dez)

	2005		2004		Variação
	Número	%	Número	%	
Actividades Operacionais					
Cimento	3.665	62,9	3.708	65,0	- 1,2 %
Betões e Agregados	1.493	25,6	1.404	24,6	6,3 %
Argamassas	63	1,1	56	1,0	12,5 %
Outras Actividades Operacionais	208	3,6	217	3,8	- 4,1 %
Serviços Comuns	398	6,8	321	5,6	24,0 %
Total	5.827	100,0	5.706	100,0	2,1 %

O referido esforço de rejuvenescimento surge em complemento da metodologia que, em Portugal, vem sendo seguida há vários anos – a Bolsa de Técnicos – e que, em 2005, foi alargada à área financeira. Trata-se de um programa com uma duração de cerca de dois anos, ao abrigo do qual, em 2005, foram integrados 25 novos jovens licenciados (19 em Engenharia, 2 em Geologia e 4 em Gestão), oriundos, para além de Portugal, de Espanha, Brasil, Egipto, Tunísia e Moçambique.

Outra importante componente da gestão de Recursos Humanos que, no ano transacto, continuou a merecer especial atenção foi a relativa ao desenvolvimento de um “Plano de Sucessões e Gestão de Carreiras”, com o objectivo não apenas de satisfazer as necessidades do Grupo mas também de proporcionar à generalidade dos colaboradores da CIMPOR uma carreira atraente e estimulante.

Quanto à área da formação, foi alvo de um reforço de investimento substancial, com o lançamento do chamado “Plano de Formação das Forças Técnicas”, incidente na actividade de produção de

cimento e abrangendo todos os países onde o Grupo está presente. Procurando dar resposta às necessidades concretas das diferentes Áreas de Negócio, o referido Plano tem por objectivo essencial a organização e sistematização do *know-how* técnico do Grupo nesta actividade, visando a sua posterior difusão e, como importante factor crítico de sucesso, a partilha interna dos conhecimentos adquiridos. Por outro lado, e na sequência da prioridade atribuída aos temas da “Segurança e Saúde Ocupacional”, intensificaram-se as acções desenvolvidas nesta área, com a duplicação tanto do número de horas de formação como do número de participantes.

Dotar o Grupo de colaboradores motivados, alinhados e comprometidos com os objectivos organizacionais, a missão e a visão estratégica da CIMPOR, assim como desenvolver as suas competências individuais, continuam, pois, a constituir uma preocupação permanente.

6. Política Financeira e de Gestão de Riscos

6.1. Gestão da Dívida Financeira

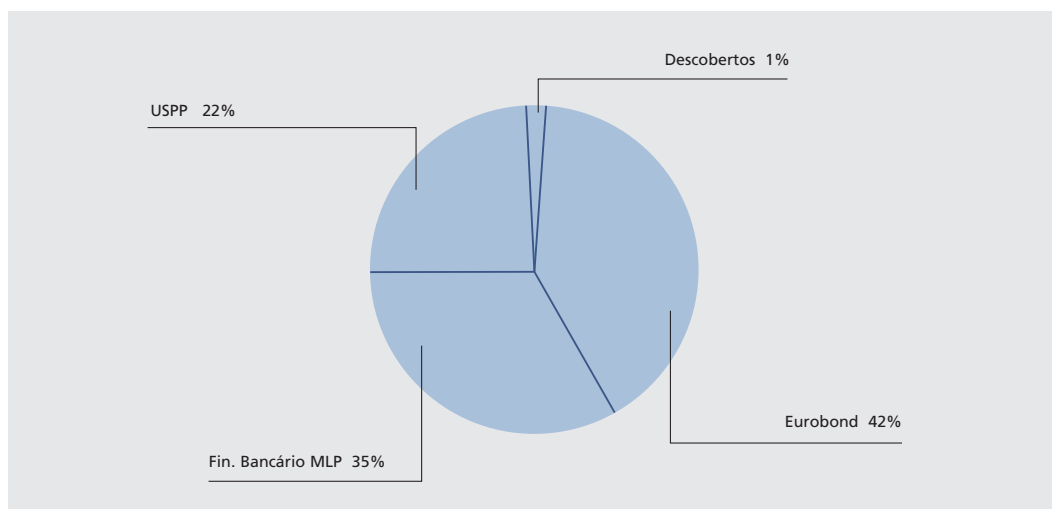
Na ausência de novas aquisições de valor significativo, a gestão da dívida financeira do Grupo, em 2005, privilegiou, essencialmente, a reestruturação de algumas operações anteriormente contratadas, procurando tirar partido da evolução favorável dos *spreads* de crédito.

Neste sentido, foi negociado um *Credit Agreement* com o Banco Santander Totta, no montante de 400 milhões de euros, visando o refinanciamento, em condições vantajosas, de algumas dívidas de curto prazo e a amortização antecipada, e pela sua totalidade, do *Syndicated Loan* de 300 milhões de euros contraído em 2003.

Por outro lado, a renegociação das diversas linhas de financiamento de curto prazo de que são titulares a CIMPOR Inversiones e a Corporación Noroeste, em Espanha, permitiu não só a melhoria das respectivas condições financeiras como também o aumento do correspondente *plafond* (para um total de cerca de 180 milhões de euros). A relevância destas linhas decorre, essencialmente, do facto de constituírem uma importante fonte de recursos, quer para a satisfação de compromissos financeiros de curto prazo, quer para o financiamento de outras empresas do Grupo.

Ainda no âmbito da gestão da dívida de curto prazo, refira-se a manutenção dos Programas de Papel Comercial da *holding* e da CIMPOR Indústria (num montante global de 300 milhões de euros), cujo risco passou a estar indexado à notação de *rating* internacional atribuída pela Standard&Poor's, em substituição da habitual notação obtida junto da Companhia Portuguesa de *Rating*. Estes Programas, conjuntamente com o sistema de *cash-pooling*, continuam a funcionar como instrumentos fundamentais no financiamento de curto prazo de todas as empresas do Grupo sedeadas em Portugal.

No final do ano, o montante da dívida financeira líquida, consolidada, era de cerca de 1.079 milhões de euros, inferior em quase 233 milhões de euros ao registado no final de 2004. Em termos brutos, o valor da dívida ascendia a 1.496 milhões de euros, com a seguinte repartição por mercados:



A gestão dos veículos financeiros do Grupo no exterior – a CIMPOR Financial Operations, B.V. (Holanda) e a CIMPOR Finance Limited (Irlanda) – prosseguiu nos moldes habituais, continuando a primeira a desempenhar um importante papel na captação de fundos no mercado internacional e a segunda a contribuir para uma eficiente alocação dos mesmos às empresas que deles necessitam para prosseguir as suas actividades correntes ou de investimento.

As condições de crédito subjacentes às operações de refinanciamento efectuadas durante o ano permitiram a manutenção dos encargos financeiros em níveis adequados, o que, conjugado com o bom desempenho operacional do Grupo, possibilitou o cumprimento de todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos em vigor. No entanto, tal não foi suficiente para, atenta a degradação das margens de exploração verificada em 2004, impedir o *downgrade*, de BBB+ (com *outlook* negativo) para BBB (com *outlook* estável), do *rating* de longo prazo atribuído pela Standard&Poor's.

Segue-se um quadro-resumo com os dados relativos às principais operações financeiras registadas no passivo consolidado do Grupo:

Dívida Financeira em 31 de Dezembro de 2005

Financiamento	Moeda	Valor (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
Holding					
Empréstimo Bilateral	EUR	5.000	Mar 2005	Jun 2008	Euribor + 0,275%
Financiam. Bonificado	EUR	249	Out 2002	Jul 2006	0,000%
Total	EUR	5.249			
CIMPOR Inversiones					
Empréstimo Bilateral	EUR	387.500	Mar 2005	Jun 2008	Euribor + 0,275%
CIMPOR B.V.					
Eurobonds	EUR	600.000	Mai 2004	Mai 2011	4,500%
US PP 10y	USD	150.000	Jun 2003	Jun 2013	4,900%
US PP 12y	USD	254.000	Jun 2003	Jun 2015	4,750%
Efeito IAS 39	EUR	15.194			
Total	EUR	959.904			

Financiamento	Moeda	Valor (10 ³)	Início	Maturidade	Taxa de Juro
Portugal					
CIMPOR Indústria					
Financiamento BEI	EUR	60.000	Set 2003	Set 2015	EIB Basic Rate
Financ. Bonificado	EUR	6.968	Out 2001	Out 2007	0,000%
Subtotal	EUR	66.968			
Outras Empresas					
Empréstimo Bilateral	EUR	625	Abr 2001	Abr 2006	Euribor + 0,575%
Financiam. Diversos	EUR	2.519	-	-	-
Subtotal	EUR	3.144			
Total	EUR	70.112			
Espanha					
Financiam. Diversos	EUR	3.597	-	-	-
Descobertos	EUR	6.875	-	-	-
Total	EUR	10.472			
Brasil					
Financiam. Diversos	BRL	36.802	-	-	-
Financiam. Bonificado	BRL	3.773	-	-	2,400%
Total	EUR	14.787			
Marrocos					
Descobertos	MAD	82.132	-	-	-
Total	EUR	7.538			
Egipto					
Amreyah					
Empréstimo Bilateral	EGP	128.042	Dez 2002	Dez 2009	Caibor + 1,125%
Empréstimo Bilateral	EGP	512	Jan 1980	Jun 2006	11,700%
Subtotal	EUR	18.989			
Amreyah Cimpor					
Empréstimo Bilateral	EUR	15.625	Set 2003	Jan 2008	Euribor + 1,500%
Total	EUR	34.614			
Moçambique					
Financiam. Diversos	USD	70	-	-	-
Empr. Obrigacionista	MZM	118.999.980	Dez 2004	Jun 2007	TAM + 5,250%
Total	EUR	4.305			
África do Sul					
Descobertos	ZAR	2.024	-	-	-
Loações Financeiras	ZAR	560	-	-	-
Total	EUR	346			
Cabo Verde					
Empréstimo Bilateral	EUR	561	Nov 2003	Dez 2013	Euribor + 2,500%
Descobertos	CVE	14.164	-	-	-
Total	EUR	689			
Total Grupo	EUR	1.495.516			

6.2. Política de Gestão de Riscos

6.2.1. Gestão dos Riscos Financeiros

No decurso da sua actividade, o Grupo CIMPOR é confrontado com diversos riscos de carácter financeiro, em consequência da exposição do respectivo balanço à evolução das taxas de câmbio das moedas dos países onde o Grupo está presente, bem como às variações das taxas de juro do euro e do dólar norte-americano, principais moedas em que se encontra denominada a sua dívida financeira.

Na gestão deste tipo de riscos, a política do Grupo continua a orientar-se pelos seguintes princípios:

- Contratação de produtos derivados apenas para cobertura dos riscos financeiros inerentes a determinados activos e/ou passivos, ou em antecipação a operações futuras, e nunca com o mero objectivo de *trading*, sem a existência de activos ou passivos subjacentes;
- Escolha dos instrumentos de cobertura com base numa análise e avaliação cuidadas do binómio risco/retorno das diferentes alternativas disponíveis no mercado para o tipo de risco em questão;
- Procura de situações de *hedging* natural, através da contratação, nos diversos países onde o Grupo desenvolve a sua actividade, de financiamentos em moeda local;
- Centralização, ao nível da *holding*, de toda a actividade de gestão de riscos, tanto no que respeita à análise e aprovação das operações (Comissão Executiva) como à sua execução e acompanhamento (Área de Operações Financeiras do Centro Corporativo);
- Monitorização contínua dos riscos, e respectivos custos, associados às diferentes operações contratadas, através, designadamente, do cálculo do seu valor de mercado e de análises de sensibilidade do referido valor face a alterações das variáveis principais.

Desde 2003 que o Grupo vinha tomando diversas iniciativas no sentido de aperfeiçoar a gestão da sua carteira de derivados e de se preparar para a adopção plena das novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros (IAS 39), obrigatória a partir de Janeiro de 2005. Assim, uma vez compreendidos os diferentes impactos contabilísticos decorrentes da aplicação das novas regras, procedeu-se a uma avaliação rigorosa dos mesmos ao nível dos resultados e da situação líquida do Grupo e desenvolveram-se algumas ferramentas adicionais de gestão da carteira de derivados de taxa de juro, aperfeiçoadas e postas em prática ao longo do ano transacto.

Entre estas, foi dada primazia a uma medida estatística suficientemente relevante – os *Earnings-at-Risk* – que, indicando, com 95% de probabilidade e para um horizonte temporal de três meses, qual o impacto negativo máximo, em termos de resultados, induzido pela referida carteira, permite não só uma análise contínua da mesma como também avaliar em que medida esse impacto pode ou não ser minorado com a contratação de determinadas operações.

De entre as operações de cobertura do risco cambial já existentes no início do ano ou realizadas durante o mesmo, destacam-se as seguintes:

- Manutenção dos dois *cross-currency swaps* (USD/EUR) associados aos *Private Placements* emitidos, em Junho de 2003, no mercado norte-americano, num total de 404 milhões de dólares;
- Cobertura, *off-shore*, de cerca de um terço (150 milhões de dólares) do valor do capital investido no Brasil e de aproximadamente 50% (9,5 milhões de dólares) do resultado líquido esperado para a Área de Negócios da África do Sul.

No âmbito do risco de taxa de juro, deu-se continuidade à gestão dinâmica da carteira de derivados, visando a manutenção de um nível confortável de repartição da dívida entre taxa fixa e taxa variável, a minimização do respectivo custo global e o equilíbrio do binómio *cash flow / market value*. Neste sentido, e com o objectivo de reduzir a volatilidade implícita dos respectivos valores de mercado, procedeu-se, tal como já acontecera no ano anterior, à reestruturação de duas operações de cobertura, num total de 466 milhões de euros (valor *notional*).

6.2.2. Gestão dos Riscos Patrimoniais

Em 2005, apesar de as principais companhias envolvidas no processo de renegociação das apólices de seguro que integram os programas globais do Grupo CIMPOR continuarem a apresentar condições bastante exigentes para se manterem nos referidos programas, foi possível obter reduções significativas dos prémios correspondentes às apólices de danos materiais e de responsabilidade civil.

A política de gestão dos riscos operacionais não sofreu, entretanto, alteração, mantendo-se o mesmo nível de auto-seguro de anos anteriores, com a colocação dos “grandes riscos” junto de seguradoras internacionais.

A “cativa” de resseguro do Grupo – a CIMPOR Reinsurance, com sede no Luxemburgo – continuou a assumir, directamente, os riscos de danos materiais e de avaria de máquinas, com limites de indemnização até dois milhões de euros, bem como os riscos de responsabilidade civil geral e de produtos, com limites de indemnização até duzentos e cinquenta mil euros. Acima destes montantes, as coberturas respectivas mantiveram-se colocadas no mercado internacional de resseguro.

A existência desta “cativa” tem permitido ao Grupo CIMPOR não só racionalizar a gestão dos riscos operacionais e patrimoniais, minimizando os respectivos encargos, como também gerar alguns benefícios financeiros, em resultado da aplicação dos prémios que recebe das diferentes Áreas de Negócios, designadamente através da afectação dos fundos disponíveis ao financiamento das empresas do Grupo.

Em 2005, procedeu-se igualmente à renegociação do seguro global de responsabilidade civil de administradores e directores do Grupo, tendo sido possível, apesar das difíceis condições do mercado, manter as mesmas coberturas de anos anteriores e, simultaneamente, obter uma redução do respectivo prémio.

Os seguros de natureza pessoal, os seguros de viaturas e outros de natureza diversa continuaram a ser colocados pelas diferentes Áreas de Negócios em companhias locais, dada a especificidade da legislação de cada país e das condições contratuais dos respectivos trabalhadores.

No âmbito do Centro Corporativo, prosseguiram entretanto as iniciativas tendentes a melhorar o nível de gestão e controlo dos riscos de carácter operacional e patrimonial do Grupo, nomeadamente em termos da identificação dos recursos materiais, técnicos e humanos sujeitos a risco, da análise e avaliação do grau de exposição a que esses recursos estão sujeitos, da valorização das perdas previsíveis em

caso de sinistro e da ponderação das diferentes alternativas que, em cada momento, sejam consideradas as mais indicadas à cobertura dos riscos.

7. Tecnologias de Informação

Em matéria de Sistemas de Informação, as acções desenvolvidas em 2005 integraram-se na estratégia, de há muito definida pela CIMPOR, de uniformização, sempre que possível, das soluções adoptadas, neste domínio, pelas diversas empresas do Grupo. Assim, e após o arranque, em 2004, dos projectos de instalação da solução SAP R/3 na NPC (África do Sul) e em toda a Área de Negócios do Brasil, procedeu-se, no ano transacto, ao alargamento da mesma às empresas sul-africanas de betões e agregados e à Área de Negócios de Marrocos.

De entre os restantes projectos e actividades desenvolvidos, em 2005, para as diversas empresas do Grupo, são ainda de salientar os seguintes:

- Implementação do SIQUAL (Sistema de Informação da Qualidade) em todas as fábricas e moagens da Península Ibérica onde o mesmo não estava ainda disponível (Córdoba, Niebla, Huelva e Narón), bem como na fábrica da Asment de Témara (Marrocos);
- Lançamento, na CIMPOR Indústria, de um projecto de automatização total das vendas a granel e da entrada de matérias primas;
- Desenvolvimento e implementação, na actividade “agregados”, de um novo *interface* para expedições em SAP (com ligação às básculas de todas as pedreiras) e reformulação total dos respectivos processos de logística;
- Desenvolvimento e implementação de *interfaces* nas expedições das fábricas da Matola (Cimentos de Moçambique) e da Asment de Témara (Marrocos), com ligação directa às básculas;
- Implementação, em SAP, para as actividades “betões” e “agregados”, dos processos de auto-facturação dos serviços de transporte subcontratados, com a consequente automatização de todas as tarefas relacionadas com a recepção, registo, conferência e contabilização das facturas dos transportadores;
- Reformulação dos processos SAP de gestão de materiais na Ecoresíduos e implementação dos mesmos na CIMPORTec e Cimpsac;
- Arranque do projecto de implementação de um novo sistema de consolidação legal de contas (SAP/SEM-BCS);
- Reformulação dos processos de requisição de material de economato e consumíveis informáticos pelas empresas do Grupo com sede em Portugal, com total automatização do respectivo tratamento contabilístico;

- Parametização de novos processos de *Intercompany*.

O trabalho desenvolvido pela Área de Tecnologias e Administração de Sistemas foi igualmente significativo, destacando-se os seguintes projectos e actividades:

- Instalação de meios de comunicação entre Lisboa e a Área de Negócios de Marrocos;
- Implementação, nesta última, de uma estrutura de *Active Directory*, a par da renovação do respectivo serviço de correio electrónico e da criação, na mesma, do *landscape* de SAP R/3;
- Instalação de acessos SAP nas pedreiras da Área de Negócios de Portugal;
- *Upgrade* da solução de *HelpDesk* e instalação da mesma nas Áreas de Negócios do Brasil e Marrocos;
- *Upgrade* do sistema de correio electrónico (para *Exchange 2003*) nas Áreas de Negócios de Espanha, Egipto, Brasil e África do Sul, bem como do ambiente de *Data Warehouse (BW)* para *Netweaver* (incluindo Portal e *Content Manager*);
- Implementação de um *cluster* para o SAP R/3 dos países do norte de África.

A execução destes projectos, a par dos desenvolvidos em anos anteriores, tem vindo a encaminhar todo o Grupo para um aproveitamento assinalável de sinergias e uma uniformidade de soluções que garante cada vez mais a optimização dos custos de infraestrutura e de gestão da informação, tanto em termos de investimentos como da respectiva exploração corrente.

8. Perspectivas para 2006

Em 2006, a economia mundial deverá manter um forte nível de crescimento, embora seja de esperar alguma desaceleração do nível de actividade, em resultado do impacto da subida dos custos energéticos nos orçamentos familiares e nos lucros das empresas. Será, principalmente, o caso dos Estados Unidos, onde a persistência de alguns desequilíbrios significativos limita o potencial de crescimento da economia. O elevado grau de endividamento dos particulares e o baixo nível das taxas de poupança, num contexto de alta das taxas de juro e de alguma estagnação do mercado imobiliário, deverão conduzir, apesar do carácter expansionista da política fiscal, a um menor dinamismo da procura interna e, em especial, do consumo privado.

As economias asiáticas, particularmente a China, parecem reunir as condições necessárias a um período sustentado de forte crescimento, não sendo de estranhar que as autoridades daquele país, a par de outras reformas, venham a dar passos adicionais no sentido de uma maior liberalização da respectiva taxa de câmbio. Por outro lado, o ambiente macroeconómico do Japão tem vindo gradualmente a melhorar, com sinais encorajadores do lado do emprego e dos custos salariais, tudo apontando para a sustentabilidade, a longo prazo, da recuperação entretanto iniciada.

Neste contexto, o crescimento da Zona Euro, beneficiando de um nível de taxas de juro ainda favorável e de um sector empresarial financeiramente sólido, deverá superar claramente o registado em 2005. Os maiores factores de risco residem numa queda significativa do dólar norte-americano, com consequências negativas nos países que mais dependem da procura externa, na evolução do preço do petróleo e na manutenção da confiança dos consumidores em níveis excessivamente baixos. A recuperação destes últimos, estimulada pela melhoria do mercado de trabalho, será fundamental para assegurar o aumento da procura interna, o qual, pelas dificuldades inerentes à referida recuperação, deverá ocorrer de forma bastante lenta. Neste cenário, e por força da crescente concorrência dos países emergentes, a taxa de inflação poderá baixar para níveis próximos do objectivo do BCE.

No tocante à evolução do consumo de cimento, prevê-se, para 2006, um ritmo de crescimento global muito semelhante ao observado em 2005, impulsionado, tal como nos últimos anos, pelo desenvolvimento dos mercados emergentes.

PORTUGAL

Em 2006, o crescimento da economia portuguesa deverá acelerar ligeiramente, ainda que para níveis claramente insatisfatórios (pouco mais de 1%). A procura externa dará, provavelmente, o principal contributo para essa melhoria de desempenho, já que, a nível interno, a expansão do consumo privado continuará fortemente limitada pela estabilização da taxa de desemprego em valores historicamente elevados e o peso relativo do défice orçamental não permite o desejável aumento do investimento público.

A taxa de inflação, beneficiando de um crescimento moderado dos salários e de alguma melhoria da produtividade, deverá manter-se estável (pouco acima dos 2%), muito embora uma eventual subida do preço do petróleo possa, pelos seus efeitos, vir a alterar este cenário.

No sector da construção, e depois de quatro anos consecutivos de queda, não será ainda em 2006, provavelmente, que se assistirá a alguma recuperação. No segmento das obras públicas, o número de concursos adjudicados e abertos não perspectiva qualquer melhoria, enquanto no segmento residencial o ajustamento, em baixa, da oferta à procura não terá ainda terminado. É, por isso, de esperar um novo abaixamento do consumo de cimento (da ordem dos 3 a 4%), eventualmente compensado, do ponto de vista dos produtores nacionais, pelo decréscimo das importações por via marítima.

No caso específico da CIMPOR, esta conjuntura continuará a obrigar à colocação de cimento e clínquer noutros mercados, o que, estando em grande parte já assegurado, permitirá manter o respectivo volume de vendas a um nível idêntico ao dos dois anos anteriores (em torno das 6 milhões de toneladas).

ESPANHA

Em 2006, o crescimento da economia espanhola deverá manter-se acima da média da Zona Euro, assente, essencialmente, no aumento da procura interna e, em particular, do investimento. Por outro

lado, e ainda que a taxa de desemprego continue a baixar, a subida das taxas de juro, o alto grau de endividamento das famílias e a manutenção da inflação a níveis relativamente elevados deverão provocar alguma desaceleração no ritmo de crescimento do consumo privado.

Na actividade da construção, é também expectável um certo abrandamento, apontando-se para um aumento do consumo de cimento, a nível nacional, de cerca de 1%. Já nas regiões onde o Grupo opera, é provável que o mercado mantenha níveis de actividade sensivelmente idênticos (Extremadura e Andaluzia) ou mesmo ligeiramente inferiores (Galiza) aos verificados em 2005.

NORTE DE ÁFRICA

Nos países do norte de África onde o Grupo está presente, é previsível que as taxas de crescimento do PIB se mantenham a níveis elevados (acima dos 5%), com o consumo de cimento a aumentar entre um mínimo de 2,5% (na Tunísia) e um máximo de 7 a 8% (no Egipto).

Em Marrocos, por uma questão de disparidade nos ritmos de crescimento de cada região, é provável que a quota de mercado da Asment de Témara registe uma pequena quebra, mais do que compensada, no entanto, pelo aumento das exportações de clínquer e pela venda de uma quantidade significativa deste produto no mercado interno. De tal forma que, globalmente, tanto o Volume de Negócios como o *Cash Flow* Operacional deverão registar incrementos percentuais na ordem dos dois dígitos.

Na Tunísia, pelo contrário, perspectiva-se um crescimento das vendas, no mercado interno, superior à média nacional, o que, complementado com alguma exportação de cimento, poderá conduzir a um aumento do nível de actividade próximo dos 10%. Por outro lado, a utilização (pelo primeiro ano completo) de coque de petróleo e a resolução dos problemas de ordem operacional que, em 2005, afectaram esta Área de Negócios irão certamente concorrer para uma melhoria acentuada dos respectivos resultados. Assim – e desde que os preços de venda do cimento, fixados administrativamente, venham a ser actualizados de forma a, pelo menos, compensar a recente subida verificada no custo dos principais factores de produção – é de esperar um aumento significativo, tanto em valor absoluto como em termos relativos, da margem *EBITDA*.

Quanto à Área de Negócios do Egipto, deverá apresentar um crescimento das vendas mais moderado do que em 2005, mas ainda assim suficiente para assegurar um aumento percentual, quer do Volume de Negócios quer dos Resultados Operacionais, na casa, também, dos dois dígitos.

BRASIL

O aumento da procura interna – favorecido pela expansão do consumo privado, o incremento das despesas públicas (em ano de eleições presidenciais) e um maior nível de investimento (encorajado pela descida das taxas de juro) – poderá conduzir o Brasil a uma taxa de crescimento do PIB, em 2006, clara-

mente acima dos 3%. Por outro lado, e embora as previsões mais recentes apontem para uma redução da taxa de inflação para níveis próximos dos 5%, não é de afastar, naquele cenário, o risco de um eventual ressurgimento de pressões inflacionistas.

A actividade da construção e, por conseguinte, o consumo de cimento deverão registar um ritmo de expansão que, segundo as últimas estimativas, rondará os 3%. Mesmo não aumentando a respectiva quota de mercado, as vendas do Grupo, com o previsível crescimento das exportações, poderão subir perto de 8%, em volume, e entre 10 a 15%, em valor (na moeda europeia), fruto sobretudo da apreciação do real relativamente ao euro, já que não é ainda expectável uma recuperação significativa dos preços de venda.

SUL DE ÁFRICA

Em 2006, as economias de Moçambique e da África do Sul deverão registar taxas de crescimento do PIB em torno dos 7,7% e 4,9%, respectivamente (impulsionadas, em ambos os casos, pela componente investimento), mantendo-se as taxas de inflação sensivelmente aos mesmos níveis do ano anterior.

No caso específico da África do Sul, espera-se, de novo, um ano de forte crescimento do sector da construção, com a NPC – sem capacidade de produção adicional até que estejam concluídos os projectos de expansão em curso – a revelar algumas dificuldades em acompanhar o previsível incremento do consumo de cimento. Tal, aliás, só será possível mediante o recurso à importação de quantidades significativas de cimento e clínquer, com um impacto nos resultados apenas marginalmente positivo. Já na actividade de produção e comercialização de betões e agregados, é expectável um aumento acentuado da respectiva rentabilidade, impulsionado, além do mais, pela aquisição de novas capacidades.

Em Moçambique, uma vez ultrapassados os problemas de natureza operacional que vêm impedindo as unidades da CIMPOR de satisfazer convenientemente o mercado, o consumo de cimento deverá retomar a sua anterior tendência de crescimento, aproximando-se das 800 mil toneladas/ano. Consequentemente, e beneficiando, também, de alguns investimentos entretanto efectuados, os resultados desta Área de Negócios poderão registar um aumento significativo.

CABO VERDE

Em termos macroeconómicos, o ano de 2006 não deverá diferir substancialmente do ano anterior, continuando a registar-se uma elevada taxa de crescimento do PIB (com, inclusive, alguma aceleração) e um nível de inflação relativamente baixo (embora com uma certa tendência de subida).

As boas perspectivas de desenvolvimento turístico e o início das obras de ampliação de alguns portos importantes apontam para uma subida de cerca de 3% no consumo de cimento, mas, também, para uma concorrência crescente por parte de outros importadores. Assim, é provável que os preços de venda

não sofram grande alteração e que os resultados desta Área de Negócios se situem aproximadamente ao mesmo nível dos obtidos, em base anualizada, em 2005.

9. Eventos Posteriores

Merecem relevo os seguintes factos ocorridos após o termo do exercício de 2005:

- Notificação de uma providência cautelar, movida no Tribunal Provincial de Luanda pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) da República Popular de Angola, contra as sociedades Scancem International ANS (Grupo Heidelberg) e Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda. (adquirida pela CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., em Novembro de 2004, aos Grupos Holcim e Heidelberg). Anteriormente a esta aquisição, a primeira das referidas sociedades havia transmitido à segunda (à data integrada no Grupo Holcim) uma participação accionista de 24,5% no capital social da empresa cimenteira angolana Nova Cimangola, S.A. (na qual passou a deter uma participação de 49%), transacção esta que a ANIP considera não ter sido efectuada em conformidade com a lei Angolana, pretendendo, por isso, a suspensão dos efeitos do negócio posteriormente celebrado entre a CIMPOR e aqueles dois grupos internacionais (dos quais a CIMPOR recebeu garantias e evidências que lhe permitem estar confiante da legalidade dos actos por eles praticados).
- Celebração, com o Estado Angolano, de um Protocolo que tem por objectivo a resolução do litígio *supra* referido e nos termos do qual a CIMPOR manifestou disponibilidade para alienar a totalidade da participação que indirectamente detém no capital social da Nova Cimangola, S.A., a favor do próprio Estado Angolano ou de investidores designados por este. Para esse efeito, foi aberto um período de negociação de 180 dias, durante o qual são suspensos todos os procedimentos judiciais intentados pelas partes.
- Obtenção do registo *EMAS (Ecomanagement and Audit Scheme)* – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – pelo Centro de Produção de Souselas.
- Aquisição, através da Corporación Noroeste de Hormigones y Áridos, S.L., e pelo valor de cerca de 7,7 milhões de euros, da totalidade das acções representativas do capital social da empresa Áridos del Cantábrico S.A..
- Alienação, pela Corporación Noroeste, S.A., e pelo valor de aproximadamente 69 milhões de euros, da participação (19,3%) detida pela mesma no capital social da empresa espanhola Cementos Lemona, S.A., no âmbito da Oferta Pública de Aquisição lançada pela Cementos Portland Valderrivas, S.A., sobre a totalidade do capital da referida sociedade.
- Aumento do capital social da Cimpors Sacs Manufacture Company (Cimpsac), S.A.E., em 60 milhões de libras egípcias, visando o financiamento da construção de uma fábrica de sacos de papel a operar por esta empresa.

- Formalização da aquisição, através da Nordicave Trading Industrial, Lda., de um lote adicional de acções correspondente a 12% do capital social da Cimentos de Cabo Verde, S.A. (cujo preço já havia sido pago em 2005), o que elevou a participação do Grupo nesta última para 98,65%.
- Aquisição, através da Natal Portland Cement Company (Proprietary) Limited, e pelo valor de cerca de 7,1 milhões de euros, da totalidade do capital das sociedades sul-africanas Sterkspruit Aggregates e Sterkspruit Readymix.
- Aquisição, pela Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., de um lote adicional de acções representativas do capital social da Premap – Prefabricados de Maputo, S.A.R.L., o que elevou a respectiva participação nesta última de 81,20% para 86,61%.

Lisboa, 17 de Abril de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Árias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta





3

Relatório e Contas Consolidados

Documentos de Prestação
das Contas Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Proveitos operacionais:			
Vendas	7	1.467.299	1.316.000
Prestações de serviços	7	67.552	49.612
Outros proveitos operacionais	8	24.369	23.557
Total de proveitos operacionais		1.559.220	1.389.169
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(366.757)	(319.378)
Variação da produção		545	(3.651)
Fornecimentos e serviços externos		(506.638)	(438.028)
Custos com o pessoal	10	(168.975)	(159.608)
Amortizações e depreciações	7, 17 e 18	(137.602)	(115.356)
Provisões e perdas por imparidade	39	(2.766)	(13.159)
Outros custos operacionais	11	(21.583)	(16.562)
Total de custos operacionais		(1.203.776)	(1.065.742)
Resultado operacional	7	355.444	323.427
Custos e perdas financeiros	12	(152.972)	(138.597)
Proveitos e ganhos financeiros	12	112.749	91.778
Resultados relativos a empresas associadas	12 e 19	35.211	39.039
Resultados relativos a investimentos	12	1.756	1.049
Resultado antes de impostos		352.188	316.696
Impostos sobre o rendimento	13	(75.695)	(52.881)
Resultado líquido do exercício		276.493	263.815
Atribuível a:			
Detentores do capital		266.159	256.150
Interesses minoritários	7 e 33	10.334	7.665
		276.493	263.815
Resultado por acção:			
Básico	15	0,40	0,38
Diluído	15	0,40	0,38

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Vicente Arias Mosquera

Dr. José Enrique Freire Arteta

Balanços Consolidados

em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activos não correntes:			
<i>Goodwill</i>			
Activos intangíveis	16	940.648	821.042
Activos fixos tangíveis	17	12.169	14.222
Investimentos em associadas	18	1.567.539	1.456.755
Outros investimentos	19	204.955	266.405
Activos financeiros disponíveis para venda	20	10.859	7.578
Activos por impostos diferidos	20	69.220	52.334
Outras dívidas de terceiros	21	91.138	102.924
Estado e outros entes públicos	22	2.348	1.535
Outros activos não correntes	23	2.594	2.677
	24	1.220	-
Total de activos não correntes		2.902.690	2.725.472
Activos correntes:			
Existências	25	173.618	151.793
Clientes e adiantamentos a fornecedores	26	258.654	232.533
Outras dívidas de terceiros	22	16.968	20.363
Estado e outros entes públicos	23	34.319	32.669
Caixa e equivalentes de caixa	42	416.124	239.455
Outros activos correntes	24	3.011	9.182
Total de activos correntes		902.694	685.995
Total do activo		3.805.384	3.411.467
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Acções próprias	29	(12.796)	(15.535)
Ajustamentos de conversão cambial	30	212.486	8.648
Reservas	31	262.855	240.210
Resultados transitados	32	118.392	(2.228)
Resultado líquido do exercício	15	266.159	256.150
Capital próprio atribuível a accionistas		1.519.097	1.159.246
Interesses minoritários	33	65.488	63.672
Total de capital próprio		1.584.585	1.222.918
Passivos não correntes:			
Empréstimos	34	1.417.015	1.308.273
Locações financeiras	27	687	2.299
Passivos por impostos diferidos	21	135.650	111.635
Benefícios aos empregados	39 e 40	27.377	22.223
Provisões	39	147.606	141.250
Outras dívidas a terceiros	35	19.849	13.550
Estado e outros entes públicos	23	4.095	3.912
Outros passivos não correntes	36	123.865	155.021
Total de passivos não correntes		1.876.144	1.758.163
Passivo corrente:			
Fornecedores e adiantamentos a clientes	37	145.298	146.176
Estado e outros entes públicos	23	45.354	29.723
Locações financeiras	27	1.632	1.574
Empréstimos	34	36.541	156.287
Benefícios aos empregados	39 e 40	6.027	674
Provisões	39	2.017	2.196
Outras dívidas a terceiros	35	57.354	45.803
Outros passivos correntes	36	50.432	47.953
Total de passivos correntes		344.655	430.386
Total do passivo		2.220.799	2.188.549
Total do passivo e capital próprio		3.805.384	3.411.467

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Vicente Arias Mosquera

Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.793.515	1.628.777
Pagamentos a fornecedores		(1.001.992)	(868.948)
Pagamentos ao pessoal		(164.205)	(150.622)
Fluxos gerados pelas operações		627.318	609.206
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		(27.439)	(32.355)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(162.287)	(170.504)
Fluxos das actividades operacionais (1)		437.592	406.347
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Variações de perímetro	5	146.212	-
Investimentos financeiros		805	5.272
Activos fixos tangíveis		4.251	2.937
Subsídios de investimento		2.957	280
Juros e proveitos similares		27.701	24.140
Dividendos		5.211	4.703
Outros		1.887	4.063
		189.024	41.395
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro	5	(16.220)	(102.010)
Investimentos financeiros	42	(51.696)	(27.803)
Activos fixos tangíveis		(145.160)	(167.206)
Activos intangíveis		(476)	(14.399)
Outros		(3.687)	(1.161)
		(217.239)	(312.579)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(28.215)	(271.184)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	42	556.153	812.027
Subsídios e doações		298	-
Venda de acções próprias		2.797	1.832
Outros		2.879	2.800
		562.127	816.659
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	42	(591.723)	(761.927)
Juros e custos similares		(81.449)	(69.459)
Dividendos	14	(120.299)	(113.465)
Outros		(9.903)	(13.794)
		(803.374)	(958.646)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(241.247)	(141.987)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		168.130	(6.824)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transacções não monetárias		34.932	821
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	42	205.134	211.137
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	42	408.196	205.134

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
 Eng. Jean Carlos Angulo
 Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
 Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
 José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre
 Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
 Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
 Dr. Vicente Arias Mosquera
 Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações Consolidadas de Rendimentos e Gastos Reconhecidos

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Instrumentos financeiros de cobertura:			
Ganhos / (perdas) de valorização incluídos no capital próprio	31	746	(744)
Activos financeiros disponíveis para venda:			
Ganhos / (perdas) de valorização incluídos no capital próprio	31	14.442	(1.535)
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios a empregados	31	(11.185)	(3.207)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	30 e 33	206.231	8.007
Ajustamentos de partes de capital em associadas e outros	31 e 32	2.112	(1.739)
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em capital próprio		212.346	782
Resultado consolidado líquido do exercício		276.493	263.815
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos do exercício		488.839	264.597
Atribuível a:			
Detentores do capital		476.111	257.573
Interesses minoritários		12.728	7.024
		488.839	264.597

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Vicente Arias Mosquera

Dr. José Enrique Freire Arteta

Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

Índice

104	1.	NOTA INTRODUTÓRIA
104	2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
104	2.1.	Bases de apresentação
104	2.2.	Adopção de Normas Internacionais de Relato Financeiro novas ou revistas
105	2.3.	Julgamentos críticos / estimativas
105	2.4.	Princípios de consolidação
108	2.5.	Activos não correntes detidos para venda
108	2.6.	Activos intangíveis
108	2.7.	Activos fixos tangíveis
109	2.8.	Locações
109	2.9.	Imparidade de activos não correntes, excluindo Goodwill
110	2.10.	Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira
111	2.11.	Custos de financiamentos
111	2.12.	Subsídios
111	2.13.	Existências
111	2.14.	Resultado operacional
111	2.15.	Provisões
112	2.16.	Instrumentos financeiros
115	2.17.	Benefícios com pensões de reforma
115	2.18.	Benefícios de saúde
116	2.19.	Pagamentos baseados em acções
116	2.20.	Activos e passivos contingente
116	2.21.	Rédito e especialização dos exercícios
116	2.22.	Imposto sobre o rendimento
117	2.23.	Resultados por acção
117	2.24.	Eventos subsequentes
117	2.25.	Licenças de emissão de CO ₂ – Mercado de emissões
118	3.	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS
118	4.	EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO
118	4.1.	Empresas consolidadas pelo método integral
126	4.2.	Empresas associadas
128	4.3.	Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional
129	5.	ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO
129	6.	COTAÇÕES
130	7.	SEGMENTOS GEOGRÁFICOS E DE NEGÓCIO
132	8.	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS
132	9.	CUSTO DAS VENDAS
132	10.	CUSTOS COM O PESSOAL
133	11.	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS
134	12.	RESULTADOS FINANCEIROS
134	13.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
135	14.	DIVIDENDOS
135	15.	RESULTADOS POR ACÇÃO
136	16.	GOODWILL
137	17.	ACTIVOS INTANGÍVEIS
138	18.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
139	19.	INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS
142	20.	ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS INVESTIMENTOS
143	21.	IMPOSTOS DIFERIDOS
144	22.	OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS
144	23.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
145	24.	OUTROS ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES
145	25.	EXISTÊNCIAS
145	26.	CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

146	27.	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO
		Locação financeira
		Locação operacional
146	28.	CAPITAL
147	29.	ACÇÕES PRÓPRIAS
147	30.	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL E COBERTURAS
147	31.	RESERVAS
148	32.	RESULTADOS TRANSITADOS
148	33.	INTERESSES MINORITÁRIOS
149	34.	EMPRÉSTIMOS
149		Empréstimos obrigacionistas
150		Empréstimos bancários
151		Notações de <i>rating</i>
151		Controlo de empresas participadas
151		<i>Financial covenants</i>
152		<i>Negative pledge</i>
152		<i>Cross default</i>
152	35.	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS
152	36.	OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES
153	37.	FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES
153	38.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS
154		Justo valor dos instrumentos financeiros
156	39.	PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS
156		Provisões
157		Perdas de imparidade
158	40.	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
160	41.	PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES
161	42.	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADAS
161		Caixa e equivalentes a caixa
162		Pagamentos de investimentos financeiros
162		Recebimentos/pagamentos de empréstimos
162		Linhas de crédito obtidas e não utilizadas
162	43.	PARTES RELACIONADAS
163		Remunerações aos membros do Conselho de Administração
163	44.	PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS
164	45.	EVENTOS SUBSEQUENTES
165	46.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
165	47.	IMPACTOS DA ADOÇÃO DOS IFRS
165		Regras adoptadas na transição
165		Principais diferenças de políticas contabilísticas

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

1. Nota Introdutória

A CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de CIMPOR - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto, África do Sul e Cabo Verde ("Grupo CIMPOR").

O fabrico e comercialização do cimento constitui o *core business* do Grupo CIMPOR. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios.

O Grupo CIMPOR detém as suas participações distribuídas, essencialmente, por duas Sub-Holdings: (i) a CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; e, (ii) a CIMPOR Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

2. Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, ajustados no processo de consolidação de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respectivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

Até 31 de Dezembro de 2004, o Grupo CIMPOR elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e as demonstrações financeiras consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e dos rendimentos e gastos reconhecidos para o exercício findo naquela data, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados por forma a estarem de acordo com os IFRS. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, foram efectuados de acordo com as disposições do IFRS 1 – *Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. As divulgações requeridas pelo IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para os IFRS, são apresentadas na Nota 47. Os efeitos dos ajustamentos relacionados com a adopção dos IFRS, reportados a 1 de Janeiro de 2004, foram registados em resultados transitados, conforme estabelecido pelo IFRS 1 (Nota 47).

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita aos instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas adoptadas são apresentadas a seguir.

2.2. Adopção de Normas Internacionais de Relato Financeiro novas ou revistas

O Grupo aplicou a totalidade das IFRS, adoptadas pela União Europeia, efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Adicionalmente, o Grupo aplicou as alterações introduzidas em Dezembro de 2004 ao IAS 19 – *Benefícios aos empregados*, antecipadamente à data em que as mesmas se tornam efectivas (1 de Janeiro de 2006), tendo adoptado a opção prevista na mesma de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em reservas (Nota 40).

O Grupo adoptou, ainda antecipadamente, as alterações introduzidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 ao IAS 39 – *Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração*, relacionadas com a possibilidade de designação de activos ou passivos a justo valor contra resultados, as quais apenas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2006. De acordo com as disposições transitórias estabelecidas, decorrentes da introdução daquelas alterações, foi permitido às entidades que adoptassem antecipadamente as novas disposições designar qualquer activo ou passivo, anteriormente reconhecido, ao justo valor através de resultados, desde que tal fosse efectuado antes de 1 de Setembro de 2005 (Nota 38).

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração dos IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afectar o valor dos activos e passivos apresentados, em particular depreciações e provisões, as divulgações de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os seus proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados na avaliação de responsabilidades com pensões e assistência médica, impostos diferidos, vidas úteis dos activos tangíveis e investimentos.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efectuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica de “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de integração global.

b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição, é reconhecido como *Goodwill*. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do período.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

c) Concentração de actividades empresariais

A concentração de actividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transacção, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida, adicionado de quaisquer custos directamente atribuíveis ao processo de compra.

Os activos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumprem com os critérios de reconhecimento de acordo com o IFRS 3 – *Concentração de Actividades Empresariais*, são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição, excepto os activos não correntes (ou grupo de activos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com o IFRS 5 – *Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas*, os quais são reconhecidos e mensurados pelo respectivo justo valor deduzido dos custos para vender.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

d) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 19) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas em empresas associadas relativos a investimentos (Nota 12), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de ajustamento de partes de capital em empresas associadas, relevada em Reservas livres, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

e) Goodwill

O *Goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição.

O *Goodwill* é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente no balanço ou na rubrica de investimentos em associadas. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração de resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *Goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo adoptou as disposições do IFRS 3 – *Concentração de Actividades Empresariais* às aquisições ocorridas posteriormente a 31 de Dezembro de 1998. Os valores de *Goodwill* correspondentes a aquisições posteriores a essa data foram reexpressos na moeda da subsidiária, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamento de Conversão Cambial.

As diferenças de câmbio geradas antes de 1 de Janeiro de 2004 foram registadas directamente em Resultados Transitados, de acordo com o disposto pelo IFRS 1.

Os valores de *Goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 1999 foram mantidos de acordo com os valores anteriores, sendo sujeitos a testes de imparidade anuais desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

2.5. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Activos não correntes (ou operações descontinuadas), classificados como detidos para venda, são mensurados ao menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor, deduzido dos custos a suportar na futura venda.

2.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para o Grupo.

Os activos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados activos intangíveis de vida útil indefinida. Estes activos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

2.7. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os activos ligados à actividade cimenteira existentes a 1 de Janeiro de 2004 foram reavaliados conforme permitido pelas disposições transitórias do IFRS 1, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 30
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outros activos fixos tangíveis	2 - 10

A quantia depreciável dos activos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são depreciados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais.

2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.9. Imparidade de activos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera *cash-flows* de forma

independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Provisões e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.10. Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio ("Ajustamentos de conversão cambial"), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado no IAS 21 – *Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio*, e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido no IAS 39.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão, posteriores a 1 de Janeiro de 2004, são registados no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial" para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de "Reservas

livres – Ajustamentos de partes de capital em associadas” para as empresas associadas, sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com o IAS 21, o *Goodwill* e as correcções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

2.11. Custos de financiamentos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

2.12. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

2.13. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.14. Resultado operacional

O resultado das operações inclui custos com reestruturações e exclui o resultado das operações de investimento e de financiamento, bem como os impostos sobre o rendimento.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de

um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

a) Provisões para reestruturação

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

b) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio do Grupo, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do activo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos activos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.16. Instrumentos financeiros

Activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de Outros empréstimos.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas quando reconhecidas inicialmente, pelo respectivo justo valor, e subsequentemente pelo respectivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor actual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efectiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registados ao custo capitalizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas de imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efectiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas de imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância, decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respectivo custo amortizado, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Os activos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Após o reconhecimento inicial, os activos mensurados ao justo valor através de resultados e os activos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são classificados como activos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto nos casos de:

- Empréstimos que constituem parte de uma relação qualificada como de cobertura de justo valor, os quais são mensurados pelo respectivo justo valor, na parcela atribuída ao risco coberto. As variações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do período e com pensadas pela variação no justo

valor do instrumento de cobertura, no que respeita à correspondente componente efectiva;

— Empréstimos designados como passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados, nos termos mencionados na Nota 2.2.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito a aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas em “Reservas de operações de cobertura” na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Reservas de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações são registadas como “Ajustamentos de conversão cambial” na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como “Ajustamentos de conversão cambial”.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em Reservas.

2.17. Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – *Benefícios dos empregados*.

Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projectadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo.

Os custos com pensões são registados na rubrica Custos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos actuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da actualização das responsabilidades passadas. Os valores descritos são diminuídos pelo valor correspondente ao retorno esperado dos activos afectos ao plano. Os ganhos e perdas actuariais são registados directamente em Reservas.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

Planos de contribuição definida

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na data em que são devidas.

2.18. Benefícios de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefícios definidos, na rubrica de Custos com pessoal – benefícios de saúde, excepto na parte respeitante aos ganhos e perdas actuariais, os quais são registados em Reservas.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

2.19. Pagamentos baseados em acções

O Grupo aplicou as disposições do IFRS 2 – *Pagamento com base em acções*, o qual estabelece, nas respectivas medidas transitórias, ser de aplicação a todos os contratos relativos a instrumentos de capital próprio assumidos após 7 de Novembro de 2002 e que não se encontravam vencidos em 1 de Janeiro de 2005.

De acordo com o IFRS 2, as transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio (“equity settled”) são reconhecidas pelo justo valor na data de atribuição. Por sua vez, as transacções de pagamentos com base em acções e liquidadas em dinheiro (“cash settled”) conduzem ao reconhecimento de um passivo valorizado pelo justo valor na data do balanço.

2.20. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.21. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que são prestados.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes.

2.22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

2.23. Resultados por acção

O resultado básico por acção é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais acções ordinárias diluidoras.

As potenciais acções ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre acções e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em acções da Empresa-mãe.

2.24. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.25. Licenças de emissão de CO₂ - Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo, em Portugal e Espanha, encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transacção de licenças de emissão, o Grupo adopta a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem a qualquer reconhecimento de activo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados como redução de outros custos operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO₂ excedem as licenças anualmente atribuídas, é relevado um passivo por contrapartida de Outros custos operacionais, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são relevadas ao seu custo de aquisição numa conta específica de activos intangíveis “Propriedade industrial e outros direitos”.

3. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as alterações de maior significado em termos de estimativas prendem-se com as ocorridas nos pressupostos actuariais para a determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados, evidenciadas na Nota 40. Durante os referidos exercícios, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem correcções de erros identificados nesse período.

4. Empresas Incluídas na Consolidação

4.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e as seguintes filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (controlo):

Holding e Sub-holdings

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.A. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00

Área de Cimento (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR - INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte - S. Pedro Fins - Maia 4425 - 504 Maia	100,00

CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	88,95
MOSSINES	MOSSINES - CIMENTOS DE SINES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA. Canada das Murtas, Pico da Pedra, Ribeira Grande 9500 - 618 Ponta Delgada	75,00

Área de Betão Preparado e Agregados (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
CIMPOR BETAO SGPS	CIMPOR BETAO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Av. Almirante Gago Coutinho, Portela de Sintra 2710 - 418 Sintra	100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos - Beljardim 9760 - 511 Praia da Victória	75,00
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Sangardão - Furadouro 3150 - 999 Condeixa-a-Nova	100,00
INERGRANITOS	INERGRANITOS, S.A. Lugar e Freguesia de Canas de Senhorim - Nelas 3525 - 044 Canas de Senhorim	100,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Tapada da Quinta de Cima - Est. de Albarraque - Linhó 2714 Sintra	90,00
BETABEIRAS	BETABEIRAS - BETÕES DA BEIRA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	88,95
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. Rua Qtª Paizinho - Edifício Bepor, Bloco 2-1º Esq. 2790 - 237 Carnaxide	66,44
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO AREIAS, LDA. Rua Qtª Paizinho - Edifício Bepor, Bloco 2-1º Esq. 2790 - 237 Carnaxide	100,00
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Vaz Monteiro, 192 - r/c Esq. 2580 - 505 Carregado	100,00

M.C.D.	M.C.D. - MATERIAIS CONSTRUÇÃO DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Rua Qtº Paizinho - Edifício Bepor, Bloco 2-1º Esq. 2790 - 237 Carnaxide	66,44
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	100,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A. Qtº da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7002 - 505 Évora	50,00
BEPRONOR	BEPRONOR - SOCIEDADE DE BETÃO PRONTO DO NORDESTE, S.A. R. Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

Área de Préfabricados (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
VILAJE	VILAJE - VIGAS E LAGES PRÉ-ESFORÇADAS, LDA. Feiteira - Seixezelo - Vila Nova de Gaia 4415 - 556 Grijó	100,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Zona Industrial de Adua 7050 - 001 Montemor-o-Novo	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	100,00
PRECADAR	PRECADAR - PONTES E VIADUTOS PRÉ - FABRICADOS, LDA. Av. Severiano Falcão, 8 - Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00

Área de Outras Actividades Relacionadas (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR TEC	CIMPOR TEC - ENGENHARIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GRUPO, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, LDA. Casal da Luz - Bairro - Santa Maria 2510 Óbidos	100,00
CIMADJUVANTES	CIMADJUVANTES - COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ADJUVANTES PARA CIMENTO, LDA. Av. Severiano Falcão, 8 - Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
CELFA	CELFA - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Zona Industrial de Soure, Lt. 26 e 27 3130 - 551 Soure	100,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE, RESÍDUOS, LDA. Av. Severiano Falcão, 8 - Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
KANDMAD	KANDMAD - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, LDA. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º, sala 103, Sé 9000 - 060 Funchal	99,93

Área Internacional - Espanha

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efetiva
CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
C.N. HORMIGONES Y ÁRIDOS	CORPORACIÓN NOROESTE DE HORMIGONES Y ÁRIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
S.C.M.C. ANDALUCÍA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCÍA, S.A. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,54
CEMENTOS ANDALUCÍA	CEMENTOS DE ANDALUCÍA, S.L. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,54
OCCIDENTAL HORMIGONES	OCCIDENTAL DE HORMIGONES, S.L. Calle la Viela Polígono Industrial el Nevero 06006 Badajoz	99,54
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 - Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,54
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
SILOS GALICIA	SILOS GALICIA, S.A. Calle Montero Rios, 30 - 1º 36201 Vigo	99,29
MORTEROS NOROESTE	MORTEROS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
MORTEROS GALICIA	MORTEROS DE GALICIA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial - El Prado - 40 - Mérida 06800 - Badajoz	99,54
S.I.F. GALLEGA	SOCIEDAD INDUSTRIAL Y FINANCEIRA GALLEGA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
TABANQUE, S.L.	TABANQUE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,52
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,29
PREBETONG N. CANTERAS	PREBETONG NOROESTE DE CANTERAS, S.L. Brasil, 56 36204 Vigo	98,41
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
BRAÑAS DE BRÍNS	BRAÑAS DE BRÍNS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	92,80
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	81,57
MATERIALES ATLÁNTICO	MATERIALES DEL ATLÁNTICO, S.A. Polígono Industrial Lagoas - Carretera Cedeira Km. 1,5 15 570 Narón (La Coruña)	67,48
HORMINGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ÁRIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,77
ARICOSA	ÁRIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,21
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 - 3º 27 001 Lugo	40,77

Área Internacional - Marrocos

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. Ain Attig - Route de Casablanca Témara	62,60
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig - Route de Casablanca Témara	100,00

Área Internacional - Tunísia

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CIMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis - Belvédère	100,00

Área Internacional - Brasil

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
C.C.B.	CIMPOR - CIMENTOS DO BRASIL, LTDA. Av.ª Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco E - 8º Jardim São Luís - São Paulo	100,00
ATOL	CIMENTO ATOL, LTDA. Fazenda S. Sebastião S. Miguel dos Campos - Alagoas	100,00
CIMEPAR	CIMENTO DA PARAIBA, LTDA. Fazenda da Graça - Ilha de Bispo-Cidade João Pessoa Paraíba	100,00
C.B.	CIMPOR BRASIL PARTICIPAÇÕES, LTDA. Av. M.ª Coelho Aguiar, 215 Bl E - 8º J. São Luís - São Paulo	100,00

Área Internacional - Moçambique

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 - 2º, nº1 Maputo - Caixa Postal 270	71,69
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	71,69

PREMAP	PREFABRICADOS DE MAPUTO, S.A.R.L. Avª 24 de Julho, 2096, 4º Andar Maputo	58,21
--------	--	-------

Área Internacional - Egipto

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
AMREYAH	AMREYAH CEMENT COMPANY El Gharbaneyat - Borg El Arab City P. O. Box 21511 Alexandria	96,39
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,29
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	98,37
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,15
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY - S.A.E. Trade City Center - Down Town Desert Road International Garden Alexandria	96,86

Área Internacional - Africa do Sul

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
NPC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
DCL	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
SRT	THE SIMUNA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanstone South Africa	100,00
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT (PTY) - CELL "A7" 5 th Floor Sa Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South Africa	100,00

CONCRETE	CONCRETE MIX (PTY) LTD. T/A SOUTH COAST MIXED CONCRETE P. O. Box 255 4240 Port Shepstone	100,00
S C STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD. P. O. Box 255 4240 Port Shepstone	100,00
EEDESWOLD	EEDESWOLD HIGHLANDS (PTY) LTD. P.O. Box 255 4240 Port Shepstone	100,00

Área Internacional - Cabo Verde

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
NORDICAVE TRADING	NORDICAVE TRADING INDUSTRIAL, LIMITADA. Estrada de Tira Chapéu, Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	100,00
CIMENTOS CABO VERDE	CIMENTOS DE CABO VERDE, S.A. Estrada de Tira Chapéu Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	98,65

Área de Outras Actividades

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR SAGESA	CIMPOR SERVICIOS DE APOIO À LA GESTION DE EMPRESAS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED 2 Harbourmaster Place Custom House Dock Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Teleportboulevard 140 1043 EJ Amesterdam	100,00
SCANANG SGPS	SCANANG SGPS, UNIPessoal, LDA. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º, Sala 103 9000-060 Funchal	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

MECAN	MECAN - MANUFACTURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
RETONOBA	RETONOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
99 SHIP	99 SHIP, S.A. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
VEIROCIR	VEIROCIR - COMÉRCIO DE CIMENTOS, LDA. Rua Augusto Marques Bom, 21 Freguesia de Santo António dos Olivais 3030 - 218 Coimbra	100,00
SCANANG TRADING	SCANANG TRADING ACTIVITIES-ESPAÑA, SOCIEDADE ANÓNIMA Brasil, 56 36204 Vigo	100,00
CIMPSHIP	CIMPSHIP - TRANSPORTES MARÍTIMOS, S.A. Rua Dr. Brito da Câmara, 20 - 1º Freguesia da Sé 9000-039 Funchal	60,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. - SOCIÉTÉ ANONYME DE REASSURANCE 65, Avenue de la Gare L 1611 - Luxemburgo	100,00

4.2. Empresas associadas

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2005, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

Área de Cimento (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CIMENTOS MADEIRA	CIMENTOS MADEIRA, LDA. Estrada Monumental, 433 - São Martinho 9000 - 236 Funchal	42,86
C + P.A.	C + P.A. - CIMENTO E PRODUTOS ASSOCIADOS, S.A. Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre Um, 15º Piso 1070-101 Lisboa	48,00
CECIME	CECIME - CIMENTOS, S.A. R. Cintura do Porto de Lisboa, Armazém, 21 Topo Norte 1900 - 649 Lisboa	20,00

Área de Outras Actividades Relacionadas (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
PRESCOR	PRESCOR - PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS MOÍDAS, LDA. Aldeia de Paio Pires 2840 Seixal	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A. Av. Luísa Todi, 1 - 1º 2900 - 459 Setúbal	25,00

Área Internacional Espanha

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estacion. Málaga	21,35

Área Internacional Angola

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
NOVA CIMANGOLA	NOVA CIMANGOLA, S.A. Av. 4 de Fevereiro, 42 Luanda	49,00

Área de Outras Actividades

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
KEEFERS	KEEFERS FINANCE, S.A. Pasea Estate, Road Town-P.O.Box 3149 - Portola British Virgin Island	23,13
CORTEZO	CORTEZO, N.V. P.O.Box 6050, Curaçao Netherlands Antilles	30,00
ARENOR	ARENOR, S.L. Calle Montecarmelo, 1 - 5º C Sevilla	28,57
AUXILIAR DE ÁRIDOS	AUXILIAR DE ÁRIDOS, S.L. Calle Montecarmelo, 1 - 5º C Sevilla	28,45

A Cimentos madeira detém participações nas seguintes entidades da área de betão preparado e agregados, as quais se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial:

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
BETO MADEIRA	BETO MADEIRA - BETÕES E BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima - S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
BRIMADE	BRIMADE - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima - S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
MADEBRITAS	MADEBRITAS - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, LDA. Fundoa de Cima - S. Roque 9000 - 801 Funchal	21,86
PROMADEIRA	PROMADEIRA - SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DA ILHA DA MADEIRA, LDA. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86
PEDRA REGIONAL	PEDRA REGIONAL - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE PEDRAS ORNAMENTAIS, LDA. Estrada Monumental, 433 São Martinho 9000 - 236 Funchal	30,00
J.M.J. HENRIQUES	J.M.J. HENRIQUES, LDA. Caminho do Ribeiro Real, 10 Câmara dos Lobos 9300 - 006 Câmara dos Lobos	21,43
SANIMAR - MADEIRA	SANIMAR - MADEIRA, SOCIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86

4.3. Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional

As seguintes empresas participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com outro accionista:

Área de Outras Actividades Relacionadas (Portugal)

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ECORESÍDUOS	ECORESÍDUOS - CENTRO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00

Área Internacional - Brasil

Sigla	Firma / Sede	Percentagem / Participação Efectiva
ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA - TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. Av. Rio Branco, 110 - 39º - parte Cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro	50,00

5. Alterações no Perímetro de Consolidação

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, respeitaram essencialmente a:

- Alienação da participação financeira na Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”), a qual se encontrava registada na Área de Negócios de Portugal como investimento em associadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19);
- Aquisição de negócios de betão pronto na Área de Negócios do Brasil.
- Aquisição, em Cabo Verde, da totalidade do capital da Nordicave, cujo principal activo é uma participação de 98,65% (considerando 12% cuja formalização da aquisição ocorreu em Março de 2006, mas que haviam sido pagos em Dezembro de 2005) na Cimentos de Cabo Verde, a qual tem como actividade a importação e distribuição de cimento no arquipélago de Cabo Verde.

Estas alterações de perímetro não acarretaram impactos significativos ao nível dos resultados do Grupo. O impacto das alterações ocorridas no perímetro de consolidação no balanço em 31 de Dezembro de 2005 é o seguinte:

Rubricas	Portugal	Brasil	Espanha	Cabo Verde	Total
Activos intangíveis (Nota 17)	-	-	-	9	9
Activos tangíveis (Nota 18)	(2.589)	5.025	-	2.026	4.462
Investimentos financeiros	-	-	287	657	943
Investimentos em associadas (Nota 19)	(132.156)	-	-	-	(132.156)
Impostos diferidos activos (Nota 21)	(34)	-	-	-	(34)
Existências	-	-	-	1.187	1.187
Outras dívidas de terceiros	(28)	-	2	3.035	3.009
Provisões para riscos e encargos (Nota 39)	73	-	-	(163)	(91)
Impostos diferidos passivos (Nota 21)	9	-	-	-	9
Outras dívidas a terceiros	45	-	-	(3.904)	(3.860)
Interesses minoritários (Nota 33)	148	-	-	(33)	115
Valor líquido	(134.533)	5.025	289	2.814	(126.405)
Goodwill (Nota 16)	(784)	1.032	330	7.721	8.299
Mais/menos valia obtida	(10.895)	-	-	-	(10.895)
Outras dívidas a terceiros	-	(991)	-	-	(991)
Valor líquido pago / (recebido)	(146.212)	5.066	619	10.535	(129.992)
Caixa e equivalentes (Nota 42)	(247)	-	41	782	576
Património líquido adquirido / (alienado)	(146.459)	5.066	660	11.318	(129.415)

6. Cotações

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa	Segmento geográfico	Câmbio fecho			Câmbio médio		
		2005	2004	Var.%	2005	2004	Var.%
USD	Outros	1,1797	1,3621	(13,4)	1,2454	1,2439	0,1
MAD	Marrocos	10,9097	11,2196	(2,8)	11,1373	11,1420	(0,0)
BRL	Brasil	2,7440	3,6147	(24,1)	3,0400	3,6361	(16,4)
TND	Tunísia	1,6082	1,6352	(1,7)	1,6241	1,6100	0,9
MZM	Outros	28.024,4	25.314,4	10,7	28.502,2	27.363,7	4,2
CVE	Outros	110,265	-	-	110,265	-	-
EGP	Egipto	6,7700	8,2679	(18,1)	7,2658	7,7663	(6,4)
ZAR	África do Sul	7,4642	7,6897	(2,9)	7,9294	8,0265	(1,2)

7. Segmentos Geográficos e de Negócio

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 dos diversos segmentos correspondentes a cada uma das áreas geográficas é a seguinte:

2005

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações de serviços:											
Proveitos - clientes externos	515.487	370.887	227.109	93.388	53.432	58.817	113.119	63.311	39.301	-	1.534.851
Proveitos - intragrupo	61.059	2.197	-	10.498	-	1.731	2.674	-	88.420	(166.579)	-
Total	576.546	373.084	227.109	103.886	53.432	60.548	115.793	63.311	127.721	(166.579)	1.534.851
Resultado operacional	134.096	70.031	40.732	37.303	7.107	19.184	34.600	7.100	5.291	-	355.444
Custos e perdas financeiros											(152.972)
Proveitos e ganhos financeiros											112.749
Resultado relativos a empresas associadas											35.211
Resultados relativos a investimentos											1.756
Resultado antes de impostos											352.188
Impostos sobre o rendimento											(75.695)
Resultado líquido do exercício											276.493

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Consolidado
Resultado imputável aos minoritários do segmento	2.221	258	-	807	-	5.117	-	1.354	577	10.334

Outras informações:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Consolidado
Dispêndios de capital fixo	39.656	19.133	25.751	3.984	4.564	12.888	35.706	10.896	9.512	162.089
Amortizações e depreciações em resultados	48.547	30.740	21.674	11.666	7.506	7.041	7.226	1.185	2.016	137.602
Provisões reconhecidas em resultados	378	2.117	507	(507)	-	-	68	(18)	220	2.766

Adicionalmente, os activos e passivos por segmento geográfico e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2005 são como segue:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Eliminações	Consolidado
Activo											
Activos relativos aos segmentos	839.752	647.178	1.041.839	289.583	158.444	88.344	249.174	59.368	919.303	(692.556)	3.600.430
Investimentos em associadas											204.955
Total do activo consolidado											3.805.384
Passivo											
Passivos relativos aos segmentos	318.206	403.021	430.079	71.557	16.640	29.759	52.875	23.725	1.567.494	(692.556)	2.220.799
Total do passivo consolidado											2.220.799

A informação por segmentos de negócio, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Volume de negócios	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	1.087.417	3.041.079	123.569
Betões e agregados	392.782	334.259	13.710
Outros	54.652	430.047	24.809
	<u>1.534.851</u>	<u>3.805.385</u>	<u>162.089</u>

2004

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações de serviços:											
Proveitos - clientes externos	507.408	344.508	199.121	60.103	53.599	54.547	87.514	47.260	11.552	-	1.365.612
Proveitos - intragrupo	52.566	2.515	-	6.702	-	-	-	34	62.079	(123.896)	-
Total	<u>559.974</u>	<u>347.022</u>	<u>199.121</u>	<u>66.805</u>	<u>53.599</u>	<u>54.547</u>	<u>87.514</u>	<u>47.294</u>	<u>73.630</u>	<u>(123.896)</u>	<u>1.365.612</u>
Resultado operacional	131.147	58.346	63.938	11.860	11.141	21.512	33.404	4.335	(12.257)	-	323.427
Custos e perdas financeiros											(138.597)
Proveitos e ganhos financeiros											91.778
Resultado relativos a empresas associadas											39.039
Resultados relativos a investimentos											1.049
Resultado antes de impostos											316.696
Impostos sobre o rendimento											(52.881)
Resultado líquido do exercício											<u>263.815</u>

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Consolidado
Resultado imputável aos minoritários do segmento	1.686	753	-	409	-	4.922	-	(86)	(19)	7.665

Outras informações:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Consolidado
Dispêndios de capital fixo	69.871	66.385	11.330	11.433	8.588	18.780	2.083	8.328	11.507	208.306
Amortizações e depreciações em resultados	43.818	28.992	14.108	10.079	4.903	4.838	6.365	1.640	614	115.356
Provisões reconhecidas em resultados	1.344	(576)	288	8.045	26	(767)	122	4	4.674	13.159

Adicionalmente, os activos e passivos por segmento geográfico e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2004 são como segue:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros Segmentos	Não afectos a Segmentos	Eliminações	Consolidado
Activo											
Activos relativos aos segmentos	837.277	653.346	841.071	239.799	152.340	82.779	95.062	134.229	740.280	(631.120)	3.145.062
Investimentos em associadas											266.405
Total do activo consolidado											3.411.467
Passivo											
Passivos relativos aos segmentos	373.335	445.964	183.335	403.311	18.607	25.398	22.723	23.284	1.323.712	(631.120)	2.188.549
Total do passivo consolidado											2.188.549

A informação por segmentos de negócio, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

	Volume de negócios	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	990.544	2.689.288	153.511
Betões e agregados	338.292	321.234	31.566
Outros	36.775	400.946	23.229
	<u>1.365.612</u>	<u>3.411.467</u>	<u>208.306</u>

8. Outros Proveitos Operacionais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os Outros proveitos operacionais têm a seguinte composição:

	2005	2004
Proveitos suplementares	14.205	11.611
Ganhos obtidos na alienação activos (a)	2.307	3.463
Reversão de ajustamentos às dívidas a receber	1.615	3.208
Subsídios para investimentos	952	855
Reversão de ajustamentos às existências	466	456
Trabalhos para a própria empresa	432	175
Subsídios à exploração	149	402
Outros proveitos operacionais	4.243	3.386
	<u>24.369</u>	<u>23.557</u>

(a) Os ganhos indicados respeitam, essencialmente, a ganhos com a alienação de activos fixos tangíveis.

9. Custos das Vendas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o custo das vendas foi como segue:

	2005	2004
Mercadorias vendidas	79.553	60.265
Matérias consumidas	286.901	258.932
Ganhos/perdas em existências	304	181
	<u>366.757</u>	<u>319.378</u>

10. Custos com o Pessoal

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, por segmento de negócio e geográfico, foi o seguinte:

	2005	2004
Cimento	3.695	3.751
Portugal	728	769
Espanha	537	522
Brasil	763	791
Egipto	469	497
Tunísia	241	243
Marrocos	194	198
África do Sul	321	313
Outros	444	419
Betões e agregados	1.421	1.307
Portugal	610	614
Espanha	397	396
Brasil	279	208
Egipto	-	-
Tunísia	-	-
Marrocos	20	20
África do Sul	94	46
Outros	22	23
Outras negócios	269	265
Funções comuns	406	318
	5.790	5.641

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

	2005	2004
Remunerações	120.113	112.057
Encargos com remunerações	25.909	24.385
Custos de acção social e outros custos com o pessoal	19.497	18.216
Planos de opções (Nota 41)	1.242	913
Benefícios de saúde (Nota 40)	1.065	950
Seguros	821	750
Benefícios de reforma (Nota 40)	327	2.338
	168.975	159.608

Os custos de acção social e outros custos com o pessoal incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, indemnizações por rescisão de contrato, formação profissional e subsídio de alimentação.

11. Outros Custos Operacionais

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram como segue:

	2005	2004
Ajustamentos às dívidas a receber	9.031	5.463
Impostos	5.009	5.520
Quotizações	2.031	2.107
Perdas incorridas na alienação de activos (a)	1.572	401
Donativos	1.141	484
Licenças de emissão de CO ₂ (b)	887	-
Ajustamentos às existências	701	370
Multas e penalidades	319	138
Dívidas incobráveis	145	536
Outros custos operacionais	747	1.544
	21.583	16.562

(a) As perdas indicadas foram incorridas, essencialmente, com a alienação de activos fixos tangíveis.

(b) O montante indicado corresponde ao custo estimado no Grupo com licenças de emissão de CO₂ necessárias para colmatar o excesso de emissões realizadas face às respectivas licenças atribuídas a título gratuito, no âmbito do mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa (Nota 36).

12. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos financeiros:		
Juros suportados:		
Instrumentos derivados de cobertura	10.040	8.231
Outros	71.043	67.804
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Instrumentos derivados de cobertura	47.912	36.961
Outros	11.163	12.337
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.132	4.499
Perdas na alienação de outros activos financeiros	-	67
Outros custos financeiros	9.683	8.697
	<u>152.972</u>	<u>138.597</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos:		
Instrumentos derivados de cobertura	13.284	16.859
Outros	25.283	21.387
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Instrumentos derivados de cobertura	45.859	36.631
Outros	17.627	10.885
Descontos de pronto pagamento obtidos	711	944
Ganhos na alienação de outros activos financeiros	183	434
Outros proveitos financeiros	9.803	4.637
	<u>112.749</u>	<u>91.778</u>
Resultados relativos a empresas associadas:		
Perdas em empresas associadas	(161)	(160)
Ganhos em empresas associadas	35.372	39.199
	<u>35.211</u>	<u>39.039</u>
Resultados relativos a investimentos:		
Rendimentos de participação de capital	1.756	2.110
Ajustamentos participações financeiras	-	(1.062)
	<u>1.756</u>	<u>1.049</u>

No exercício de 2005, os ganhos e perdas em empresas associadas incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em empresas associadas, no valor de 14.484 milhares de euros (Nota 19) e o efeito da aplicação daquele método à participação na Semapa até à data da respectiva alienação, bem como a correspondente mais valia apurada, nos valores de 9.051 milhares de euros e 11.676 milhares de euros respectivamente.

13. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 é como segue:

	2005	2004
Imposto corrente	43.931	31.884
Imposto diferido (Nota 21)	33.819	20.669
Contingências fiscais (Nota 39)	749	963
Correcções de exercícios anteriores	(2.804)	(636)
Encargo do exercício	<u>75.695</u>	<u>52.881</u>

A Empresa e a generalidade das suas participadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%.

O imposto sobre o rendimento relativo aos restantes segmentos geográficos é calculado às respectivas taxas em vigor.

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - *Imposto sobre o rendimento*.

O encargo de imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, face ao resultado antes de imposto, pode ser justificado do seguinte modo:

	2005		2004	
	Base fiscal	Imposto	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	352.188		316.695	
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(35.211)		(39.039)	
Resultados não tributados	(35.133)		(28.613)	
Amortizações de goodwill dedutíveis	(21.342)		(38.198)	
Provisões	(7.274)		12.876	
	253.227		223.721	
Encargo normal de imposto (27.5%)		69.638		61.523
Benefícios fiscais		(2.785)		(4.842)
Diferença de taxas e outros		10.897		(4.127)
Contingências fiscais		749		963
Correcções de exercícios anteriores		(2.804)		(636)
Encargo do exercício		75.695		52.881

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi registado um imposto diferido directamente em reservas de (6.398) milhares de euros e de 15.024 milhares de euros, respectivamente (Nota 21).

14. Dividendos

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 27 de Abril de 2005, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram pagos dividendos de 0,18 euros por acção (0,17 euros por acção em 2004), no valor global de 120.299 milhares de euros (113.465 milhares de euros em 2004)

15. Resultados por Acção

O resultado por acção, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	2005	2004
Resultado por acção básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	266.159	256.150
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	667.908	667.083
Resultado líquido por acção básico	0,40	0,38
Resultado por acção diluído		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	266.159	256.150
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	667.908	667.083
Efeito das opções atribuídas no âmbito do Plano de atribuição de acções (milhares) (Nota 41)	1.586	1.203
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	669.493	668.286
Resultado líquido por acção diluído	0,40	0,38

16. Goodwill

Durante os exercícios findos em 31 Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nos valores de *Goodwill*, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2005

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Cabo Verde	Outros	Total
Activo Bruto:										
Saldo em 1 Janeiro 2005	23.087	63.360	458.102	69.699	71.546	27.254	132.025	-	-	845.073
Ajustamento de conversão cambial	-	-	88.944	15.421	-	-	3.989	-	37	108.391
Alterações de perímetro (Nota 5)	(784)	330	1.032	-	-	-	-	7.721	-	8.299
Adições	22	1.399	-	-	-	-	-	-	1.495	2.916
Saldo em 31 Dezembro 2005	22.325	65.089	548.077	85.121	71.546	27.254	136.014	7.721	1.532	964.679
Perdas de imparidades acumuladas:										
Saldo em 1 Janeiro 2005	-	-	-	-	-	24.031	-	-	-	24.031
Saldo em 31 Dezembro 2005	-	-	-	-	-	24.031	-	-	-	24.031
Valor líquido	22.325	65.089	548.077	85.121	71.546	3.223	136.014	7.721	1.532	940.648

2004

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunisia	Marrocos	África do Sul	Outros	Total	
Activo Bruto										
Saldo em 1 Janeiro 2004		5.088	34.921	485.681	144.313	53.376	15.283	89.326	(2 236)	825.753
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)		12.127	22.046	(36 179)	(70 365)	18.170	11.971	32.256	2.236	(7 739)
Saldo inicial reexpresso		17.215	56.967	449.502	73.948	71.546	27.254	121.582	-	818.014
Ajustamento de conversão cambial		-	-	3.796	(4 248)	-	-	7.561	-	7.108
Variação de perímetro		5.044	5.380	-	-	-	-	2.881	-	13.306
Adições		828	1.013	4.805	-	-	-	-	-	6.645
Saldo em 31 Dezembro 2004		23.087	63.360	458.102	69.699	71.546	27.254	132.025	-	845.073
Perdas de imparidades acumuladas:										
Saldo em 1 Janeiro 2004		-	-	-	-	-	12.131	-	-	12.131
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)		-	-	-	-	-	11.900	-	-	11.900
Saldo inicial reexpresso		-	-	-	-	-	24.031	-	-	24.031
Saldo em 31 Dezembro 2004		-	-	-	-	-	24.031	-	-	24.031
Valor líquido		23.087	63.360	458.102	69.699	71.546	3.223	132.025	-	821,042

Os valores de *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor dos mesmos.

As análises de imparidade são efectuadas por referência aos fluxos de caixa descontados de cada uma das áreas de negócio a que se encontram afectos, tendo por base as projecções financeiras mais recentes aprovadas pelos Conselhos de Administração respectivos (Nota 39).

17. Activos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2005

	Propriedade industrial e outros direitos	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:			
Saldo em 1 Janeiro 2005	11.631	7.040	18.671
Alterações de perímetro (Nota 5)	18	-	18
Efeito da conversão cambial	1.157	-	1.157
Adições	6.312	424	6.736
Abates	(543)	-	(543)
Transferências	(1.744)	(7.464)	(9.207)
Saldo em 31 Dezembro 2005	16.832	-	16.832
Amortização e perdas de imparidades acumuladas:			
Saldo em 1 Janeiro 2005	4.449	-	4.449
Alterações de perímetro (Nota 5)	9	-	9
Efeito da conversão cambial	431	-	431
Reforços	1.357	-	1.357
Abates	(543)	-	(543)
Transferências	(1.040)	-	(1.040)
Saldo em 31 Dezembro 2005	4.663	-	4.663
Valor líquido	12.169	-	12.169

A rubrica da propriedade industrial e outros direitos inclui, essencialmente, direitos de superfície sobre terrenos e licenças de utilização de *software*.

2004

	Despesas de instalação	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:					
Saldo em 1 Janeiro 2004	10.168	16.999	8.238	185	35.589
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	(10.168)	(16.999)	(2.508)	-	(29.674)
Saldo inicial reexpresso	-	-	5.730	185	5.915
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	3.996	20	4.016
Efeito da conversão cambial	-	-	34	-	34
Adições	-	-	1.504	6.984	8.488
Alienações	-	-	(57)	-	(57)
Abates	-	-	(1.050)	-	(1.050)
Transferências	-	-	1.475	(148)	1.326
Saldo em 31 Dezembro 2004	-	-	11.631	7.040	18.671

2004

	Despesas de instalação	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Activos intangíveis em curso	Total
Amortização e perdas de imparidades acumuladas:					
Saldo em 1 Janeiro 2004	7.757	16.676	4.110	-	28.543
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	(7.757)	(16.676)	(1.532)	-	(25.965)
Saldo inicial reexpresso	-	-	2.578	-	2.578
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	1.364	-	1.364
Efeito da conversão cambial	-	-	36	-	36
Reforços	-	-	1.348	-	1.348
Reduções	-	-	(47)	-	(47)
Abates	-	-	(830)	-	(830)
Saldo em 31 Dezembro 2004	-	-	4.449	-	4.449
Valor líquido	-	-	7.182	7.040	14.222

18. Activos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

2005

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos tangíveis	Total
Activo bruto:										
Saldo em 1 de Janeiro 2005	268.082	505.122	2.232.547	73.099	46.433	6.627	8.920	117.653	4.597	3.263.079
Alterações de perímetro (Nota 5)	(2.716)	476	5.185	3.946	145	45	6	44	-	7.131
Efeito da conversão cambial	17.607	16.715	170.745	3.458	2.548	371	137	4.963	2.083	218.626
Adições	3.678	15.403	27.468	11.199	750	435	320	60.589	28.363	148.204
Alienações	(513)	(1.807)	(7.931)	(1.857)	(177)	(104)	(283)	(245)	(55)	(12.972)
Abates	-	(11)	(3.048)	(578)	(1.259)	-	-	-	-	(4.897)
Transferências	1.099	32.785	82.167	324	3.971	209	1.047	(118.471)	(3.369)	(238)
Saldo em 31 de Dezembro 2005	287.237	568.683	2.507.133	89.591	52.410	7.582	10.146	64.533	31.618	3.618.933
Depreciação e perdas de imparidades acumuladas:										
Saldo em 1 de Janeiro 2005	30.826	231.723	1.442.537	53.191	37.024	5.806	5.218	-	-	1.806.324
Alterações de perímetro (Nota 5)	(380)	(96)	2.932	109	82	16	4	-	-	2.669
Efeito da conversão cambial	312	4.938	109.968	3.255	1.721	314	77	-	-	120.585
Reforços	3.283	21.991	100.935	5.348	3.375	495	818	-	-	136.245
Reduções	(218)	(1.700)	(6.329)	(1.773)	(203)	(140)	(55)	-	-	(10.418)
Abates	-	(9)	(2.782)	(578)	(1.258)	-	-	-	-	(4.626)
Transferências	172	191	591	(179)	(3)	(2)	(155)	-	-	615
Saldo em 31 de Dezembro 2005	33.996	257.040	1.647.852	59.373	40.737	6.489	5.907	-	-	2.051.394
Valor líquido	253.241	311.643	859.281	30.218	11.673	1.092	4.239	64.533	31.618	1.567.539

2004

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos tangíveis	Total
Activo bruto:										
Saldo em 1 Janeiro 2004	207.272	1.088.716	2.579.912	64.791	44.861	6.901	8.967	141.092	8.842	4.151.353
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	47.796	(615.888)	(474.187)	(7.070)	(42)	(286)	(64)	-	(1.659)	(1.051.400)
Saldo inicial reexpresso	255.068	472.828	2.105.725	57.721	44.819	-6.615	8.903	141.092	7.183	3.099.954
Alterações de perímetro	14.344	14.528	20.756	2.061	213	9	196	706	-	52.813
Efeito da conversão cambial	(549)	(466)	(7.461)	(469)	(99)	(63)	(47)	(572)	(17)	(9.745)
Adições	683	1.522	30.442	13.182	1.631	181	800	90.643	3.904	142.989
Alienações	(763)	(1.005)	(12.103)	(3.539)	(430)	(136)	(71)	(2.026)	-	(20.073)
Abates	(385)	(216)	(113)	(233)	(65)	(1.468)	-	-	-	(2.481)
Transferências	(701)	18.101	95.405	4.256	532	85	607	(112.189)	(6.473)	(378)
Saldo em 31 Dezembro 2004	268.082	505.122	2.232.547	73.099	46.433	6.627	8.920	117.653	4.597	3.263.079
Depreciação e perdas de imparidades acumuladas:										
Saldo em 1 Janeiro 2004	32.958	787.789	2.033.579	56.681	35.128	5.608	6.053	-	-	2.957.796
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	(5.152)	(575.771)	(675.577)	(6.984)	(282)	(40)	(56)	-	-	(1.263.863)
Saldo inicial reexpresso	27.806	212.017	1.358.002	49.697	34.846	5.568	5.996	-	-	1.693.933
Alterações de perímetro	-	529	6.263	1.301	60	8	76	-	-	8.237
Efeito da conversão cambial	16	181	(746)	(486)	(52)	(61)	(35)	-	-	(1.182)
Reforços	3.003	18.452	85.895	2.559	2.938	476	685	-	-	114.008
Reduções	-	(324)	(10.214)	(3.112)	(426)	(125)	(56)	-	-	(14.258)
Abates	-	(222)	(175)	(101)	(232)	(61)	(1.461)	-	-	(2.252)
Transferências	1	1.090	3.513	3.331	(109)	1	13	-	-	7.838
Saldo em 31 Dezembro 2004	30.826	231.723	1.442.537	53.191	37.024	5.806	5.218	-	-	1.806.324
Valor líquido	237.256	273.399	790.011	19.908	9.409	821	3.702	117.653	4.597	1.456.755

Conforme mencionado na Nota 47, na data de transição para os IFRS, e ao abrigo do disposto no IFRS 1, o Grupo optou por mensurar a generalidade dos seus activos fixos tangíveis, relativos ao segmento de cimento, pelo respectivo justo valor naquela data, o qual passou a ser considerado como novo valor de custo. Deste modo, quer o valor bruto, quer a depreciação acumulada daqueles activos, foram reexpressos.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 47, na data de transição o valor dos terrenos de exploração foi aumentado de forma a reflectir o valor estimado das despesas futuras com a recuperação e reconstituição ambiental dos mesmos, o que igualmente implica um acréscimo do passivo.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os outros activos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de activos tangíveis incluem a construção e melhoria de instalações e equipamentos afectos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Africa do Sul, Espanha e Portugal.

19. Investimentos em Associadas

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

2005

	Partes de Capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 Janeiro 2005	179.647	86.758	266.405
Alterações de perímetro (Nota 5)	(82.256)	(49.900)	(132.156)
Efeito cambial	5.184	3.443	8.627
Efeitos aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	23.535	-	23.535
Efeito em capital próprio	(5.866)	-	(5.866)
Dividendos recebidos	(3.892)	-	(3.892)
Aquisições e aumentos	48.074	229	48.303
Saldo em 31 Dezembro 2005	164.425	40.530	204.955

As aquisições e aumentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 respeitam, essencialmente, à participação do Grupo no aumento de capital da C+PA, cujo valor subscrito ascendeu a 48.000 milhares de euros.

As referidas participações estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o custo de aquisição mencionadas em rubricas apropriadas, como a seguir se discrimina:

Associadas	Custo de aquisição		Provisões	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 12)	Reservas livres-ajustamentos de partes capital (Nota 31)	Resultados transitados	Valor de balanço
	Partes Capital	Goodwill					
Grupo Cimentos Madeira	748	-	-	834	(1.560)	5.236	5.258
Prescor	257	-	-	101	(46)	12	325
Setefrete	1.100	2.288	-	304	130	38	3.860
Cortezo	2	-	-	(11)	(5)	18	4
Keefers	1.003	-	-	(1)	608	(1.595)	15
Cimentos Antequera	1.062	5.099	-	176	(17)	1.141	7.461
C + PA	95.882	1.598	-	10.936	-	1.149	109.565
Arenor	6.545	4.415	-	332	3	-	11.296
Auxiliar de Áridos	40	-	-	(5)	-	40	75
Cecime	(156)	1.416	460	(144)	-	(160)	1.416
Nova Cimangola	37.792	22.271	-	1.963	411	3.244	65.681
	144.276	37.087	460	14.484	(475)	9.124	204.955

A principal informação económica e financeira das empresas associadas, em 31 de Dezembro de 2005, é como segue:

Total dos activos	504.307
Total dos passivos	(122.713)
Total do capital próprio	381.594
Quota parte do Grupo nos capitais próprios	204.955
Vendas e prestação de serviços	166.217
Resultados do exercício	31.444
Quota parte do Grupo nos resultados do exercício	14.484

2004

	Partes de Capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 Janeiro 2004	77.199	71.252	148.451
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS (Nota 47)	(3.361)	(11.672)	(15.033)
Saldo inicial reexpresso	73.838	59.580	133.418
Alterações de perímetro	41.238	30.037	71.275
Efeito cambial	(3.319)	(2.164)	(5.483)
Efeitos aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	39.039	-	39.039
Efeito em capital próprio	3.867	-	3.867
Dividendos recebidos	(3.334)	-	(3.334)
Aquisições e aumentos	27.343	283	27.626
Transferências	975	-	975
Alienações e abates	-	(977)	(977)
Saldo em 31 Dezembro 2004	179.647	86.758	266.405

As referidas participações estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o custo de aquisição mencionadas em rubricas apropriadas, como a seguir se discrimina:

Associadas	Custo de aquisição		Provisões	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 12)	Reservas livres-ajustamentos de partes capital (Nota 31)	Resultados transitados	Valor de balanço
	Partes Capital	Goodwill					
Grupo Cimentos Madeira	748	-	-	1.655	1.584	1.747	5.735
Prescor	257	-	-	114	51	(194)	228
Setefrete	1.100	2.288	-	21	375	278	4.062
Cortezo	2	-	-	1	5	7	15
Keepers	1.003	-	-	-	(608)	(379)	16
Semapa	43.543	73.337	-	34.384	(810)	(19.251)	131.203
Cementos Antequera	1.062	5.099	-	-	-	1.033	7.193
C + PA	47.882	1.598	-	2.354	-	(1.206)	50.629
Arenor	6.545	4.415	-	7	-	-	10.967
Auxiliar de Áridos	40	-	-	40	-	-	80
Cecime	(212)	1.187	372	(160)	-	-	1.187
Nova Cimangola	37.792	22.271	-	623	(5.595)	-	55.091
	139.761	110.195	372	39.039	(4.998)	(17.964)	266.405

A principal informação económica e financeira das empresas associadas em 31 de Dezembro de 2004 é como segue:

Total dos activos	1.758.451
Total dos passivos	(1.065.320)
Total do capital próprio	693.131
Quota parte do Grupo nos capitais próprios	266.405
Vendas e prestação de serviços	481.973
Resultados do exercício	178.239
Quota parte do Grupo nos resultados do exercício	39.039

20. Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Outros Investimentos

Os activos financeiros disponíveis para venda e os outros investimentos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

	2005		2004	
	Outros Investimentos	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros Investimentos	Activos financeiros disponíveis para venda
Investimento bruto:				
Saldo inicial	17.685	52.334	24.657	59.226
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	-	(3.105)	-
Saldo inicial reexpresso	17.685	52.334	21.552	59.226
Alterações de perímetro	-	-	(2.976)	-
Efeito cambial	840	-	9	-
Reavaliações / ajustamentos	-	16.886	-	(1.535)
Aumentos	763	-	463	-
Transferências	5.525	-	(1.063)	-
Alienações e abates	(535)	-	(299)	(5.357)
Saldo final	24.278	69.220	17.685	52.334
Deduções aos investimentos:				
Saldo inicial	10.107	-	9.176	-
Efeito cambial	252	-	11	-
Perdas de imparidade do exercício	-	-	1.102	-
Transferências	3.060	-	(181)	-
Saldo final	13.419	-	10.107	-
Valor líquido:				
Saldo inicial	7.578	52.334	12.376	59.226
Saldo final	10.859	69.220	7.578	52.334

Os activos financeiros disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2005, são constituídos pela participação financeira na Cimentos Lemona, a qual se encontra registada a valor de mercado, sendo o respectivo ajustamento registado em rubrica de reserva de justo valor. Em 31 de Dezembro de 2005, o valor acumulado em reservas, antes de impostos, era de 15.351 milhares de euros.

Os outros investimentos incluem activos financeiros não correntes, mensurados ao custo de aquisição, ajustado face às perdas de imparidade estimadas.

21. Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram os seguintes:

2005

	Saldo inicial	Alterações Perímetro (Nota 5)	Efeito conversão cambial	Imposto s/rendimento (Nota 13)	Capital próprio (Nota 13)	Saldo final
Activos por impostos diferidos:						
Ajustamentos de activos tangíveis	2.034	-	152	(389)	-	1.797
Ajustamentos de <i>goodwill</i>	5.248	-	2.603	10.376	-	18.227
Reavaliações e ajustamentos de activos tangíveis	10.976	(14)	2.603	(1.266)	-	12.370
Prejuízos reportáveis	39.667	-	126	(22.188)	(7.756)	9.850
Provisões para riscos e encargos	14.217	-	2.569	480	4.136	21.403
Ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa	1.679	(20)	(31)	438	-	2.067
Ajustamentos para depreciação de existências	1.833	-	78	(87)	-	1.824
Ajustamentos para investimentos financeiros	1.461	-	4	(433)	-	1.031
Outros	25.809	-	(344)	(2.672)	(223)	22.570
	102.924	(34)	7.831	(15.740)	(3.842)	91.138
Passivos por impostos diferidos:						
Reavaliação e ajustamentos de activos tangíveis	104.243	(9)	1.904	2.086	-	108.223
Investimentos financeiros	-	-	-	12.956	-	12.956
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	2.376	2.376
Provisões para riscos e encargos	2.520	-	-	484	-	3.004
Outros	4.872	-	1.486	2.553	181	9.092
	111.635	(9)	3.390	18.079	2.556	135.650
Impostos diferidos líquidos	(8.711)	(25)	4.441	(33.819)	(6.398)	(44.512)

2004

	Ajustamentos conversão		Saldo inicial reexpresso	Alterações perímetro	Efeito conversão cambial	Imposto s/rendimento (Nota13)	Capital próprio (Nota13)		Saldo final
	Saldo inicial	IFRS (Nota 47)					Transferências		
Activos por impostos diferidos:									
Ajustamentos de activos tangíveis	69	1.127	1.196	-	1	838	-	-	2.034
Ajustamentos de <i>goodwill</i>	7.246	-	7.246	-	81	(2.080)	-	-	5.248
Reavaliações e ajustamentos de activos tangíveis	32.639	(24.121)	8.518	-	(346)	2.804	-	-	10.976
Prejuízos reportáveis	45.564	-	45.564	412	(40)	(19.748)	13.343	136	39.667
Provisões para riscos e encargos	12.128	1.069	13.197	7	74	(370)	1.309	-	14.217
Ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa	3.012	-	3.012	8	(31)	(1.310)	-	1	1.679
Ajustamentos para depreciação de existências	2.389	-	2.389	60	(29)	(588)	-	-	1.833
Ajustamentos para investimentos financeiros	1.220	-	1.220	-	(0)	241	-	-	1.461
Outros	865	27.356	28.222	-	15	(3.190)	763	-	25.809
	105.132	5.431	110.563	487	(275)	(23.403)	15.414	138	102.924
Passivos por impostos diferidos:									
Reavaliação e ajustamentos de activos tangíveis	76.101	30.845	106.946	221	300	(3.225)	-	-	104.243
Investimentos financeiros	757	-	757	-	-	(757)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	1.423	-	1.423	-	-	1.097	-	-	2.520
Provisões para riscos e encargos	4.149	-	4.149	-	182	151	390	-	4.872
Outros	82.430	30.845	113.275	221	482	(2.734)	390	-	111.635
	82.430	30.845	113.275	221	482	(2.734)	390	-	111.635
Impostos diferidos líquidos	22.701	(25.414)	(2.712)	266	(758)	(20.669)	15.024	138	(8.711)

Os impostos diferidos são registados directamente em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais registados em capital próprio resultam, essencialmente, das situações em que tais prejuízos decorrem de perdas cambiais apuradas na conversão de empréstimos que se constituem como extensão de investimentos financeiros (Nota 2.10.), registadas em Ajustamentos de conversão cambial (Nota 30);
- Os activos por impostos diferidos registados em reservas relativos a provisões, respeitam ao efeito fiscal associado aos ganhos e perdas actuariais registadas directamente em reservas (Nota 2.17.);
- Os passivos por impostos diferidos relativos aos activos financeiros disponíveis para venda, decorrem das respectivas valorizações a valores de mercado, as quais são registadas em reservas de justo valor.

Os outros activos por impostos diferidos incluem, essencialmente, o efeito do registo dos instrumentos financeiros derivados (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tem por utilizar prejuízos fiscais de 109.988 milhares euros (2004: 206.024 milhares de euros) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registado imposto diferido activo de 9.850 milhares de euros (2004: 39.667 milhares de euros). Não foi reconhecido imposto diferido em relação a 81.146 milhares de euros (2004: 82.229 milhares de euros) devido a imprevisibilidade da sua recuperação, dos quais 71.704 milhares de euros (2004: 77.370 milhares de euros) são reportáveis até 2008.

22. Outras Dívidas de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Outras dívidas de terceiros tinha a seguinte composição:

	2005		2004	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas associadas	725	-	32	-
Empresas participadas e participantes	612	-	1.549	-
Outros accionistas	182	-	49	-
Adiantam. forneced. imobilizado	145	-	223	-
Outros devedores	15.304	2.348	18.509	1.535
	16.968	2.348	20.363	1.535

Em outros devedores encontram-se relevados saldos a receber de diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

23. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os saldos com estas entidades eram como segue:

Saldos devedores:

	2005		2004	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	19.896	-	16.346	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	4.939	-	1.208	-
Imposto sobre o valor acrescentado	8.364	-	14.551	-
Contribuições para a segurança social	1	-	1	-
Outros	1.120	2.594	564	2.677
	34.319	2.594	32.669	2.677

Saldos credores:

	2005		2004	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	19.106	-	7.800	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.686	-	3.900	-
Imposto sobre o valor acrescentado	14.512	4.095	11.794	3.912
Contribuições para a segurança social	3.351	-	3.071	-
Outros	5.699	-	3.158	-
	45.354	4.095	29.723	3.912

24. Outros Activos Correntes e Não Correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005		2004	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Juros a receber	325	-	46	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	-	1.220	7.300	-
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	2.685	-	1.836	-
	3.011	1.220	9.182	-

25. Existências

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	123.319	108.233
Produtos e trabalhos em curso	32.142	28.820
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	130	143
Produtos acabados e intermédios	14.238	11.010
Mercadorias	13.914	11.013
Adiantamento por conta de compras	1.033	2.733
	184.777	161.952
Ajustamentos acumulados a existências	(11.159)	(10.159)
	173.618	151.793

26. Clientes e Adiantamentos a Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Clientes, conta corrente	249.452	223.876
Clientes, títulos a receber	2.925	2.768
Clientes de cobrança duvidosa	2.182	1.945
Adiantamentos a fornecedores	4.095	3.944
	258.654	232.533

Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas, que foram estimadas de acordo com a experiência e com base na avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

27. Obrigações Decorrentes de Contratos de Locação

Locação financeira

Os pagamentos mínimos associados a contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são como segue:

	Pagamentos mínimos de locação			
	2005		2004	
	Valor actual	Valor futuro	Valor actual	Valor futuro
Até 1 ano	1.632	1.704	1.574	1.706
Entre 1 e 5 anos	687	733	2.299	2.415
A mais de 5 anos	-	-	-	-

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor no Grupo CIMPOR respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório.

O detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros, decorrentes dos contratos em vigor, é como segue:

	Pagamentos mínimos de locação	
	Valor futuro	
	2005	2004
Até 1 ano	2.595	2.469
Entre 1 e 5 anos	2.951	3.455
A mais de 5 anos	-	-

O total de custos com contratos de locação operacional reconhecidos na demonstração de resultados consolidada ascendeu a 2.671 milhares de euros em 2005 (2.676 milhares de euros em 2004).

28. Capital

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma, cotadas na Euronext Lisboa.

29. Acções Próprias

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a CIMPOR detinha um total de 3.867.300 acções próprias e 4.751.960 acções próprias, respectivamente.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 com acções próprias foram como segue:

	Quantidade	Valor
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	5.340.565	(17.403)
Alienação de acções próprias	(588.605)	1.868
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	4.751.960	(15.535)
Alienação de acções próprias	(884.660)	2.738
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	3.867.300	(12.796)

30. Ajustamentos de Conversão Cambial e Coberturas

Os ajustamentos de conversão cambial resultam da conversão para euros das demonstrações financeiras das empresas participadas, incluídas na consolidação e denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, das diferenças de câmbio referidas na Nota 36.

Adicionalmente, são incluídos nesta rubrica os efeitos dos instrumentos financeiros contratados com a finalidade de efectuar cobertura dos investimentos em entidades estrangeiras (Nota 38), na medida em que cumpram com os critérios definidos no IAS 39, relativamente à respectiva formalização e eficiência da cobertura.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram como segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2004	(419.734)
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	<u>419.734</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	-
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	13.399
Coberturas cambiais de investimentos financeiros	<u>(4.751)</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	8.648
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	209.241
Coberturas cambiais de investimentos financeiros	<u>(5.404)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	212.486

31. Reservas

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram como segue:

	Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Operações de cobertura
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	67.200	173.881	-	-
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)		(3.259)		(299)
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	67.200	170.622	-	(299)
Aplicação do resultado consolidado	9.300		-	-
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	37	-	-
Gratific. a empreg. e planos de atribuição de opções de compra de acções (Nota 41)	-	913	-	-
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios aos empregados	-	(3.207)	-	-
Ajustamentos de partes capital em associadas e outros	-	(2.078)	-	-
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	(744)
Variação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1.535)	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	76.500	166.288	(1.535)	(1.043)
Aplicação do resultado consolidado	9.300	-	-	-
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	60	-	-
Gratific. a empreg. e planos de atribuição de opções de compra de acções (Nota 41)	-	1.242	-	-
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios aos empregados	-	(11.185)	-	-
Ajustamentos de partes capital em associadas e outros	-	8.042	-	-
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	746
Variação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	14.442	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	85.800	164.445	12.907	(297)

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

32. Resultados Transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram como segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2004	298.759
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	(364.443)
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	(65.684)
Aplicação do resultado consolidado	63.118
Ajustamentos de partes de capital em associadas e outros	339
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	(2.228)
Aplicação do resultado consolidado	126.550
Ajustamentos de partes de capital em associadas e outros	(5.930)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	118.392

33. Interesses Minoritários

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram os seguintes:

	2005	2004
Saldo inicial	63.672	61.787
Alterações de perímetro (Nota 5)	(115)	837
Variação resultante da conversão cambial	2.394	(641)
Dividendos	(11.139)	(5.783)
Prestações suplementares	760	1.900
Aumento de participações financeiras	(480)	(2.136)
Outras variações de capital próprio das empresas filiais	62	41
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	10.334	7.665
Saldo final	65.488	63.672

34. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os empréstimos obtidos eram como segue:

	2005	2004
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	921.678	885.917
Empréstimos bancários	489.540	413.431
Outros empréstimos obtidos	5.797	8.925
	1.417.015	1.308.273
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	2.831	3.134
Empréstimos bancários	31.060	150.749
Outros empréstimos obtidos	2.650	2.403
	36.541	156.287
	1.453.556	1.464.560

Empréstimos obrigacionistas

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações, não convertíveis, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, era o seguinte

Emitente/ Emissor	Instrumento	Data emissão	Taxa juro	Condições/ reembolso	2005		2004	
					Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CIMPOR Financial Operations B.V.	Eurobonds	27.Mai.04	Taxa fixa 4,50%	27.Mai.11	-	596.202	-	595.500
CIMPOR Financial Operations B.V.	US Private Placement 10Y	27.Jun.03	Taxa fixa 4,75%	27.Jun.13	-	118.977	-	105.153
CIMPOR Financial Operations B.V.	US Private Placement 12Y	27.Jun.03	Taxa fixa 4,90%	27.Jun.15	-	205.084	-	180.563
Cimentos de Moçambique S.A.R.L.	Empréstimo Obrigacionista	13.Dez.04	TAM + 5,25%	(i)	2.831	1.415	3.134	4.701
					2.831	921.678	3.134	885.917

(i) 5 Semestralidades a partir de Junho de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2004, os "US Private Placements" acima indicados constituíam parte integrante de relações de cobertura de justo valor designadas pelo Grupo, as quais se encontravam formalmente documentadas em observância ao estipulado no IAS 39.

Decorrente da aplicação das disposições daquela norma, relativamente à contabilização de cobertura (Nota 38), em 31 de Dezembro de 2004, os "US Private Placements" incorporavam as variações no respectivo justo valor, as quais, àquela data, ascendiam a 58.994 milhares de euros.

Conforme mencionado na Nota 2.2., no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, decorrente das alterações introduzidas no IAS 39, e das respectivas disposições transitórias, o Grupo optou por terminar a designação das relações de cobertura mencionadas, passando a designar aqueles empréstimos como passivos ao justo valor através de resultados.

Esta alteração não conduziu a qualquer impacto na mensuração e reconhecimento, quer dos valores dos empréstimos, quer dos instrumentos derivados de cobertura, cessando porém, a exigência dos testes de efectividade anteriormente obrigatórios.

Em 31 de Dezembro de 2005, as variações no justo valor incorporadas nos valores reconhecidos dos "US Private Placements" ascendem a 20.649 milhares de euros.

Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro 2005 e 2004, as dívidas a instituições de crédito apresentavam a seguinte composição:

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Não corrente	
			2005	2004
Empréstimo Sindicado	EUR	Euribor + 0,5%	-	300.000
Empréstimo Bilateral	EUR	Euribor + 0,275%	392.500	-
Financiamento BEI	EUR	Taxa básica BEI	60.000	60.000
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	14.502	15.833
Bilaterais	BRL	Várias	11.178	11.101
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	9.375	15.625
Bilaterais	EUR	Várias	1.985	10.549
Bilateral	EGP	11,70%	-	62
Bilaterais	ZAR	Várias	-	261
			489.540	413.431

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Corrente	
			2005	2004
Bilateral	USD	Libor + 1%	-	4.512
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	4.411	3.958
Bilateral	EGP	11,70%	76	520
Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	6.250	6.250
Bilaterais	BRL	Várias	3.608	3.068
Bilaterais	ZAR	Várias	-	358
Outros	EUR	Várias	8.787	6.766
Descobertos	MAD	Várias	7.528	4.216
Descobertos	CVE	Várias	129	-
Descobertos	TND	Várias	-	1.997
Descobertos	ZAR	Várias	271	82
Descobertos	EGP	Várias	-	12.031
Descobertos	EUR	Várias	-	15.994
Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	-	87.500
Bilaterais	EUR	Várias	-	3.496
			31.060	150.749

A dívida financeira não corrente apresenta os seguintes prazos de reembolso em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

	2005	2004
2006	-	141.963
2007	19.514	148.360
2008	417.382	80.930
2009	15.399	14.149
2010	11.710	7.639
2011	602.869	602.849
Após 2011	350.142	312.383
	1.417.015	1.308.273

Em 31 de Dezembro 2005 e 2004, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2005		2004	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
EUR	-	1.083.529	-	1.113.009
USD	404.009	324.068	410.146	290.228
EGP	128.554	18.989	267.920	32.405
MZM	118.999.980	4.246	198.333.300	7.835
BRL	40.575	14.787	51.218	14.169
ZAR	2.024	271	5.392	701
MAD	82.132	7.538	47.297	4.216
CVE	14.164	128	3.266	1.997
		1.453.556		1.464.560

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data de balanço.

Notações de *rating*

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente os créditos sindicados e os empréstimos bilaterais de maior dimensão, prevêem a indexação do respectivo *spread* à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

Controlo de empresas participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Empresa - mãe para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as cartas de conforto prestadas pela Empresa - mãe e outras filiais ascendiam a 480.682 e 462.482 milhares de euros, respectivamente.

Financial covenants

No mesmo tipo de operações de financiamento existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais financiamentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Dívida financeira líquida / EBITDA;
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os referidos rácios encontravam-se na sua totalidade dentro dos compromissos estabelecidos.

Negative pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superiores a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

Cross default

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

35. Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005		2004	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas associadas	386	-	297	-
Empresas participadas e participantes	93	-	98	-
Outros accionistas	6.226	191	4.475	200
Fornecedores de imobilizado	22.430	19.590	27.691	12.978
Outros credores	28.219	68	13.242	372
	57.354	19.849	45.803	13.550

Em outros credores, encontram-se relevados saldos a pagar a diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

36. Outros Passivos Correntes e Não Correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005		2004	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Juros a pagar	18.196	-	18.317	-
Acréscimo de custos fiscais (a)	-	16.637	-	11.286
Remunerações a liquidar	16.019	-	14.552	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	6.986	100.721	8.172	139.802
Subsídios ao investimento	-	6.507	-	3.933
Licenças de emissão de CO ₂ (Nota 11) (b)	887	-	-	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	8.344	-	6.912	-
	50.432	123.865	47.953	155.021

(a) O normativo fiscal no Brasil inclui impostos que têm como base de incidência o valor da receita gerada em cada período. Uma das empresas participadas no Brasil está a questionar judicialmente a taxa de um dos referidos impostos, bem como a respectiva base de cálculo. O acréscimo de custos corresponde ao valor reclamado pelas autoridades fiscais desse país e que está a ser questionado por essa empresa.

(b) No âmbito da transposição da Directiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelos governos de Portugal e de Espanha as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período de 2005 a 2007.

Relativamente às empresas do Grupo, foram consideradas oito instalações, quatro em Portugal (Fábrica de Cal Hidráulica do Cabo Mondego e Centros de Produção de Alhandra, Loulé e Souselas) e quatro em Espanha (Centros de produção de Oural, Toral de los Vados, Córdoba e Niebla) tendo-lhes sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes a 4.015.279 toneladas de CO₂ e 1.773.890 toneladas de CO₂, respectivamente.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, estimou-se que as emissões nestas instalações, sujeitas a validação externa, atingiram 5.830.794 toneladas de CO₂, de que resultou um défice de 41.625 licenças de emissão.

A fim de colmatar o défice, procedeu-se em 31 de Dezembro de 2005 à aquisição de 25.000 licenças de emissão ao custo unitário de 21,30 euros (no valor global de 533 mil euros).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005, foi registado um passivo de 887 milhares de euros, por contrapartida de "Outros custos e perdas operacionais", correspondente ao excesso das emissões efectivamente realizadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, face às licenças de emissão atribuídas a título gratuito, tendo como base de valorização o acima referido preço unitário das licenças adquiridas.

37. Fornecedores e Adiantamentos de Clientes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005	2004
Fornecedores, conta corrente	101.712	109.424
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	10.204	6.508
Fornecedores, títulos a pagar	30.781	27.584
Adiantamentos de clientes	2.601	2.660
	145.298	146.176

38. Instrumentos Financeiros Derivados

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação é efectuado em observância às disposições do IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são efectivos no que respeita ao efeito de anulação das variações de justo valor ou "cash-flows" dos activos/passivos subjacentes. A efectividade de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de *cash-flow*;
- Coberturas de investimento líquido numa entidade estrangeira.

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos são registadas na demonstração de resultados. O activo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respectivas variações registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de "cash-flows" são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio de compras ou vendas futuras de determinados activos e também os "cash-flows" associados ao risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de "cash-flows" é reconhecida em capitais próprios na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial e coberturas", enquanto a parte não efectiva é imediatamente registada na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destas operações de cobertura são registadas na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial e coberturas" nos capitais próprios, até que o investimento objecto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (*trading*) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não são efectivos do ponto de vista da cobertura, de acordo com o estabelecido no IAS 39.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros activos (Nota 24)				Outros passivos (Nota 36)			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Coberturas de justo valor								
<i>Swaps</i> de taxa de câmbio e taxa de juro	-	-	-	-	-	-	1.991	83.313
Coberturas de <i>cash-flow</i>								
<i>Swaps</i> de taxa de juro	-	-	516	-	-	-	982	1.622
Coberturas de investimentos financeiros								
<i>Forwards</i> cambiais	-	-	-	-	-	8.172	-	-
<i>Trading</i>								
Derivados de taxa de câmbio e taxa de juro	-	7.300	704	-	6.986	-	39.641	-
Derivados de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	58.106	54.867
	-	7.300	1.220	-	6.986	8.172	100.721	139.802

Alguns derivativos, embora se adequem à política de gestão de riscos financeiros do Grupo no que respeita à gestão dos riscos de volatilidade dos mercados financeiros, não podem ser qualificados para contabilidade de cobertura e, assim, são classificados de "trading".

No quadro abaixo detalham-se as operações contratadas passíveis de serem qualificadas como de cobertura de justo valor e de *cash-flow* em 31 de Dezembro de 2005:

Tipo de cobertura	Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor
Justo Valor	EUR 22.325.000	Cross-Currency Swap	Out. 2012	Cobertura de capital e juros referentes ao <i>Intercompany Loan</i> concedido pela C. Inversiones	(1.991)
Cash-Flow	EUR 50.000.000	Taxa fixa	Jun. 2008	Cobertura de 17% do Empréstimo Sindicado 2003-2008	(982)
Cash-Flow	EUR 50.000.000	Taxa fixa	Jun. 2008	Cobertura de 15% dos EUR 332.5 MM do empréstimo bilateral do Totta	516
					(2.457)

Adicionalmente, a carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 31 de Dezembro de 2005 tinha a seguinte composição:

Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor
USD 150.000.000	Cross-Currency Swap	Jun. 2013	Cobertura de 100% de capital e juros referentes tranche de 10Y dos <i>US Private Placements</i>	(9.774)
USD 254.000.000	Cross-Currency Swap	Jun. 2015	Cobertura de 100% de capital e juros referentes tranche de 12Y dos <i>US Private Placements</i>	(29.868)
EUR 150.000.000	Taxa variável condicionada	Dez. 2009	Cobertura de 53% da Tranche EUR do Empréstimo Sindicado	
EUR 100.000.000	Taxa fixa	Dez. 2009	2000-2005 liquidado em 30 de Junho de 2004 e posteriormente	(23.128)
EUR 250.000.000	Venda de <i>Floor</i> sobre 10Y USD CMS	Dez. 2009	alocada à redução de exposição a taxa variável no <i>portfolio</i> global de dívida do Grupo	
EUR 250.000.000	Venda de <i>Floor</i> sobre 10Y USD CMS	Dez. 2009		
EUR 50.000.000	Taxa fixa com opção para taxa variável	Dez. 2009	Cobertura de 17% do Empréstimo Sindicado ABN/BNP Paribas 2003-2008	(2.822)
EUR 216.723.549	Taxa variável condicionada	Jun. 2015		
EUR 216.723.549	Venda de <i>Floor</i> sobre 12M USD Libor	Jun. 2015	Cobertura de 100% da parte de <i>floating</i> do <i>cross-currency swap</i> para cobertura da tranche de 12Y dos <i>US Private Placements</i>	(32.156)
EUR 216.723.549	Venda de <i>Floor</i> sobre 12M USD Libor	Jun. 2015		
EUR 216.723.549	"Compra de <i>Cap</i> com <i>Knock-out</i> sobre 6M Euribor"	Jun. 2015		
EUR 50.000.000	Taxa fixa	Dez. 2008	Cobertura do Empréstimo de EUR 400 MM Banco Santander Totta	704
USD 19.844.835	Cross-Currency Swap	Jun. 2006	Cobertura parcial das disponibilidades da CCB, Atol e Cimepar	(2.485)
USD 36.382.197	Cross-Currency Swap	Nov. 2006	Cobertura parcial das disponibilidades da CCB, Atol e Cimepar	(4.501)
				(104.030)

Conforme referido nas Notas 2.2 e 34, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo optou por terminar a designação das relações de cobertura dos “US Private Placements” com os correspondentes instrumentos financeiros acima identificados.

39. Provisões e Perdas de Imparidade Acumuladas

Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foi o seguinte:

2005

	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para benefícios aos empregados	Indemnizações e outras relacionadas com o pessoal	Processos judiciais	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	98.917	32.309	22.897	3.280	2.135	6.804	166.342
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(73)	-	-	163	-	91
Efeito da conversão cambial	2.348	3.660	55	449	382	32	6.926
Aumentos	14.521	2.170	15.010	2.121	204	8.600	42.626
Reduções	(21.850)	(655)	-	(154)	-	(441)	(23.100)
Utilizações	-	(268)	(4.557)	(3.072)	(780)	(1.182)	(9.859)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	93.937	37.144	33.404	2.624	2.104	13.813	183.027

2004

	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para benefícios aos empregados	Indemnizações e outras relacionadas com o pessoal	Processos judiciais	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	90.353	5.066	16.397	5.409	1.702	9.023	127.949
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 47)	-	27.758	4.898	-	-	(2.454)	30.202
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	90.353	32.823	21.295	5.409	1.702	6.569	158.151
Efeito da conversão cambial	(732)	77	97	(92)	24	(1)	(626)
Aumentos	14.483	1.293	6.297	431	409	463	23.376
Reduções	(1.553)	(1.414)	-	(542)	-	(698)	(4.207)
Utilizações	(3.633)	-	(4.793)	(1.926)	-	-	(10.351)
Transferências	-	(470)	-	-	-	470	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	98.917	32.309	22.897	3.280	2.135	6.804	166.342

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou implícita do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respectivos trabalhos.

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da actividade normal do Grupo.

Os reforços e as reduções de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram efectuados por contrapartida de:

	2005	2004
Activos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	(21)	(1.108)
Resultados do exercício:		
Fornecimento e serviços externos	(1.501)	(1.555)
Custos com pessoal	551	2.463
Provisões	2.766	12.182
Custos e perdas financeiros	1.574	1.334
Resultados relativos a empresas associadas	87	373
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	749	963
Capital próprio:		
Reservas livres	15.321	4.517
	19.526	19.169

Os valores registados em reservas respeitam ao valor dos ganhos e perdas actuariais relacionados com os benefícios atribuídos aos empregados.

Perdas de imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nas perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Investimentos em associadas	Goodwill	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	23.437	24.031	47.468
Reduções	(23.437)	-	(23.437)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	-	24.031	24.031
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	-	12.131	12.131
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS	22.460	11.900	34.360
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	22.460	24.031	46.491
Aumentos	977	-	977
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	23.437	24.031	47.468

A redução ocorrida nas perdas de imparidade relativas a investimentos em associadas decorre da alienação da participação na Semapa, à qual respeitava a perda de imparidade que se encontrava reconhecida.

Para efeitos de teste de imparidade, e atendendo à estrutura de relato financeiro adoptada para efeito de gestão, os valores de *Goodwill* são distribuídos por grupos de unidades geradoras de caixa, correspondentes a cada um dos segmentos geográficos, considerando-se existirem sinergias entre as diversas unidades de cada segmento.

Nos testes realizados, o valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa, determinado com base no valor de uso, é comparado com o respectivo valor reconhecido. Uma perda de imparidade apenas é reconhecida no caso do valor reconhecido exceder o valor recuperável. Os *cash flows* futuros são descontados com base no custo médio ponderado do capital (WACC), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As projecções de *cash flow* baseiam-se nos planos de negócio a médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, adicionadas de uma perpetuidade, traduzindo um crescimento que não excede a taxa de crescimento nominal do respectivo mercado.

Os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill* são os seguintes:

Área Geográfica	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Moeda	Taxa de desconto (a)	Taxa de crescimento longo prazo (a)
Brasil	548.077	BRL	14,5%	5,5%
Egipto	85.121	EGP	14,8%	7,5%
Espanha	65.121	EUR	6,1%	0,0%
África do Sul	136.014	ZAR	11,1%	4,1%
Marrocos	3.223	MAD	9,0%	1,8%
Tunísia	71.546	TND	9,4%	2,5%
Portugal	22.325	EUR	7,0%	2,5%
Cabo Verde	7.721	CVE	11,0%	2,3%
Moçambique	1.532	MZM	19,8%	7,0%
	940.648			

(a) Na moeda local

40. Benefícios aos Empregados

Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de benefícios definidos com pensões de reforma e planos de saúde, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas, sendo apuradas anualmente com base em estudos actuariais, elaborados por peritos independentes.

Os estudos reportados a 31 de Dezembro de 2005 e 2004 utilizaram a metodologia denominada por "Unidades de Crédito Projectadas" e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	2005	2004
Taxa técnica actuarial		
Portugal	4,20%	4,50%
Espanha	4,00%	3,90%
África do Sul	7,80%	7,80%
Taxa de crescimento das pensões		
Portugal	2,25%	2,25%
Espanha	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento do fundo		
Portugal	4,50%	5,50%
Espanha	4,50%	4,40%
Taxa de crescimento salarial		
Portugal	2,50%	2,50%
Espanha	3,25%	3,25%
Tábuas de mortalidade		
Portugal	TV 88/90	TV 73/77
Espanha	PERMF 2000	PERMF 2000
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos		
Portugal	5,00%	5,00%
África do Sul	5,80%	5,80%

De acordo com os referidos estudos actuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 podem ser detalhados como segue:

	Planos de pensões		Planos de Saúde		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Custo serviços correntes	1.471	1.246	316	278	1.788	1.524
Custo dos juros	3.710	3.877	748	672	4.458	4.549
Cortes / liquidações	(1.937)	-	-	-	(1.937)	-
Rendimento esperado dos activos do plano	(3.758)	(3.611)	-	-	(3.758)	(3.611)
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(513)	1.513	1.065	950	551	2.463

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o diferencial entre o respectivo valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos activos dos fundos era o seguinte:

	Planos de pensões		Planos de Saúde		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Valor das responsabilidades	91.598	80.023	21.452	15.052	113.051	95.075
Valor dos fundos	(79.646)	(72.178)	-	-	(79.646)	(72.178)
Défi ce	11.952	7.845	21.452	15.052	33.404	22.897
Responsabilidades por benefícios aos empregados:						
Passivo corrente	5.288	674	739	-	6.027	674
Passivo não corrente	6.663	7.171	20.714	15.052	27.377	22.223
	11.952	7.845	21.452	15.052	33.404	22.897

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 no valor dos planos de benefício definido e dos activos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de Saúde		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de Janeiro	80.023	77.600	15.052	12.312	95.075	89.912
Benefícios e prémios pagos	(5.288)	(4.992)	(739)	(483)	(6.027)	(5.475)
Custo serviços correntes	1.471	1.246	316	278	1.788	1.524
Cortes / Liquidações	(1.937)	-	-	-	(1.937)	-
Custo dos juros	3.710	3.877	748	672	4.458	4.549
Ganhos e perdas actuariais (a)	13.619	2.291	6.144	2.164	19.763	4.455
Diferenças de câmbio	-	-	(69)	110	(69)	110
Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de Dezembro	91.598	80.023	21.452	15.052	113.051	95.075
Valor fundo de pensões - 1 de Janeiro	72.178	68.829	-	-	72.178	68.829
Contribuições para o fundo	4.557	4.793	-	-	4.557	4.793
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(5.288)	(4.992)	-	-	(5.288)	(4.992)
Rendimento esperado dos activos do fundo	3.758	3.611	-	-	3.758	3.611
Ganho actuarial no rendimento dos activos do fundo (a)	4.442	(62)	-	-	4.442	(62)
Valor fundo de pensões - 31 de Dezembro	79.646	72.178	-	-	79.646	72.178

(a) A partir da data de transição para os IFRS, o Grupo aplicou as novas disposições do IAS 19 – *Benefícios aos empregados*, em que os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos directamente em reservas, não tendo impacto em resultados do exercício.

O detalhe dos principais activos dos fundos, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é como segue:

	2005	2004
Obrigações taxa fixa	44,3%	37,9%
Obrigações taxa variável	25,5%	17,6%
Acções	21,1%	29,5%
Fundos de investimento imobiliário, "hedge funds" e liquidez	9,1%	15,0%
	100,0%	100,0%

Planos de contribuição definida

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo incorreu em custos com planos de contribuição definida de 840 milhares de euros e 825 milhares de euros, respectivamente.

41. Plano de Opções de Compra de Acções

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 27 de Abril de 2005, foram aprovados um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR*.

A atribuição da qualidade de beneficiário do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros, em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR*, a atribuição da qualidade de beneficiário é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

As opções exercidas e as acções adquiridas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

PLANO	2005			2004		
	Nº acções exercidas	V. Unitário	Data	Nº acções exercidas	V. Unitário	Data
Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2002	4.750	3,70	23 de Março	6.200	3,70	31 de Março
Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	184.330	2,84	23 de Março	182.650	2,84	25 de Março
Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2004	243.880	3,20	23 de Março	-	-	-
Atribuição de Opções de Compra de Acções	288.200	3,30	19 de Maio	266.000	3,20	28 de Maio
	721.160			454.850		
Aquisição de acções pelos colaboradores	163.500	3,21	11 de Maio	133.755	3,28	17 de Maio
	884.660			588.605		

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, relativos a este tipo de responsabilidades, foram como segue:

	2005	2004
Movimentos no exercício		
Em aberto no início do exercício	1.202.945	621.780
Emitidas no exercício	1.254.800	1.182.400
Exercidas no exercício	721.160	454.850
Vencidas no exercício mas não exercidas	150.975	146.385
Em aberto no final do exercício	1.585.610	1.202.945
Detalhe das opções emitidas no exercício		
Data de vencimento	Maio de 2005 Março de 2006, 2007, 2008	Maio de 2004 Março de 2005, 2006, 2007
Preço de exercício	3,30	3,20
Valor total de exercício	4.141	3.784
Custo do exercício incluído em custos com pessoal	749	638
Detalhe das opções exercidas no exercício		
Preço médio de exercício	3,15	3,06
Valor total de exercício	2.273	1.393

O justo valor das opções sobre acções atribuídas, registado em Custos com pessoal, foi calculado com base no Modelo *Black-Scholes-Merton*, tendo o Grupo reconhecido como custos um montante de 1.242 mil Euros em 2005 (913 mil Euros em 2004) relativos a planos de pagamento baseados em acções do tipo *Equity Settled*, cujo detalhe é o seguinte:

	2005	2004
Planos Opções de Compra de Acções emissões do ano	749	638
Planos Opções de Compra de Acções emissões de exercícios anteriores	319	129
Aquisição de acções pelos colaboradores	173	146
Custo do exercício (Notas 10 e 31)	1.242	913

Os pressupostos utilizados na valorização das opções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram os seguintes:

	2005	2004
Quantidades de opções	864.600	798.000
Preço da acção	4,50	4,30
Preço de exercício	3,30	3,20
Volatilidade	12,3%	12,3%
Modelo de avaliação	<i>Black-Scholes-Merton</i>	
<i>Dividend yield</i>	3,75%	3,75%

42. Notas às Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidadas

Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Numerário	558	647
Depósitos bancários	278.379	110.291
Títulos negociáveis	137.187	128.517
	416.124	239.454
Descobertos bancários	(7.928)	(34.320)
	408.196	205.134

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os valores sacados de contas correntes com instituições financeiras.

Pagamentos de investimentos financeiros

Os pagamentos relativos a investimentos financeiros, realizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, respeitam ao aumento de capital realizado na associada C+PA, no montante de 48 milhões de euros, e ao aumento da participação no capital da Cimentos de Moçambique, no montante de cerca de 2,8 milhões de euros.

Recebimentos/pagamentos de empréstimos

Os fluxos mais significativos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, relacionados com empréstimos, respeitam, essencialmente, ao reembolso por antecipação do *Syndicated Loan* 2003-2008, no montante de 300 milhões de euros, e ao reembolso do *Credit Agreement* 2002-2005, no montante 87,5 milhões de euros.

Por contrapartida, aqueles créditos foram refinanciados junto do Banco Santander Totta (*London Branch*) no montante de 392,5 milhões de euros.

Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, existiam respectivamente 680 milhões de euros e 656 milhões de euros de linhas de crédito obtidas e não utilizadas.

43. Partes Relacionadas

As transacções e saldos entre a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa-mãe”) e empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transacções entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhadas abaixo:

2005

Saldos devedores		Saldos credores		Transacções			
Cientes conta corrente	Outros devedores	Fornecedores conta corrente	Fornecedores de imobilizado	Fornecimentos de imobilizado	Fornecimentos e serviços externos	Compras	Vendas e prestação serviços
7.427	647	1.863	26.990	3.174	3.033	10.482	40.505

2004

Saldos devedores		Saldos credores			Transacções		
Cientes conta corrente	Outros devedores	Fornecedores conta corrente	Fornecedores de imobilizado	Fornecimentos de imobilizado	Fornecimentos e serviços externos	Compras	Vendas e prestação serviços
5.640	467	2.286	23.026	42.727	2.293	4.313	36.738

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram as seguintes:

	2005 Remunerações			2004 Remunerações		
	Fixas	Variáveis	Total	Fixas	Variáveis	Total
Administradores executivos	1.139	1.854	2.993	1.139	1.610	2.749
Administradores não executivos	527	-	527	531	-	531
	1.666	1.854	3.520	1.670	1.610	3.280

Nas remunerações variáveis estão incluídos os rendimentos decorrentes dos Planos de Opções de Compra de Acções. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as aquisições de acções por administradores da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no âmbito desses Planos, são como segue:

PLANO	2005			2004		
	Nº acções adquiridas	V. Unitário	Data	Nº acções adquiridas	V. Unitário	Data
Administradores executivos						
Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	66.500	2,84	23 de Março	66.500	2,84	25 de Março
Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2004	128.000	3,20	23 de Março	-	-	-
Atribuição de Opções de Compra de Acções	146.000	3,30	19 de Maio	128.000	3,20	28 de Maio
Aquisição de acções pelos colaboradores	10.960	3,21	11 de Maio	10.740	3,28	17 de Maio
	351.460			205.240		
Administradores não executivos						
Aquisição de acções pelos colaboradores	6.280	3,21	11 de Maio	7.210	3,28	17 de Maio
	357.740			212.450		

44. Passivos Contingentes, Garantias e Compromissos
Passivos contingentes

No decurso normal da sua actividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionadas com produtos e serviços, quer de natureza ambiental e laboral. Face às naturezas dos mesmos, a expectativa existente é de que, do respectivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da actividade desenvolvida, situação patrimonial e resultados das operações.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2005, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros garantias de 116.135 milhares de euros. Destas, 59.909 milhares de euros, respeitam a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos dos exercícios de 1996 a 2001, cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para riscos legais e fiscais (Nota 39).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe das garantias prestadas a terceiros é como segue:

	2005	2004
Garantias prestadas		
Por processos fiscais em curso	59.909	61.953
A fornecedores de existências e de imobilizado	33.321	28.021
Outros	22.905	49.533
	116.135	139.507

Compromissos

No decurso normal da sua actividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

O actual enquadramento legal Sul-africano obriga a que as entidades detentoras de direitos relacionados com a exploração de recursos naturais sejam participadas por organismos locais – “*Black Economic Empowerment*”. Consequentemente, o Grupo tem em curso um processo de procura de parceiros locais, no sentido de proceder à abertura do capital das empresas subsidiárias localizadas naquele mercado, cuja actividade compreende a exploração de recursos naturais locais, mantendo sempre uma posição de controlo nas mesmas.

Em 1 de Abril de 2005, a NPC acordou com a *National Africans Women Alliance (NAWA)*, a venda de 26% do capital da S. C. Stone (Nota 4). Em 31 de Dezembro de 2005, esta transacção não foi ainda reconhecida pelo facto dos riscos e vantagens significativos inerentes àquela participação não terem sido transferidos para o comprador. De acordo com os termos acordados, decorrente daquela transacção não resultarão quaisquer perdas a serem reconhecidas.

De referir ainda a existência, em 31 de Dezembro de 2005, de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências no montante de 30.079 milhares de euros (44.708 milhares de euros em 2004), sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócios do Egipto (15.020 milhares de euros), Portugal (9.283 milhares de euros), e Marrocos (3.524 milhares de euros).

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

45. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2005 encontram-se, detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Sobre a Actividade Consolidada, sendo de salientar a celebração de um protocolo com o Estado Angolano que tem como objectivo a resolução do litígio entre as Partes e a Nova Cimangola, S.A. No âmbito desse protocolo, a CIMPOR manifestou disponibilidade para alienar a totalidade da participação que indirectamente detém no capital social da Nova Cimangola, S.A., a favor do Estado Angolano ou de investidores Angolanos que sejam designados por este. Para esse efeito, abriu-se um período de cento e oitenta dias para negociar com o Estado Angolano, ou com as entidades por este designadas ou nomeadas, os termos e condições da alienação da participação referida.

46. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2006, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 4 de Maio de 2006.

47. Impactos da adopção dos IFRS

Regras adoptadas na transição

Conforme estipulado pelo IFRS 1, a CIMPOR procedeu à preparação de um balanço em 1 de Janeiro de 2004, data de transição, de acordo com os IFRS.

O IFRS 1 estabelece, como princípio genérico, que as políticas contabilísticas definidas pela CIMPOR, de acordo com os IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, sejam adoptadas retrospectivamente e os correspondentes ajustamentos, à data de transição, registados em Resultados Transitados.

Entre as diversas excepções àquele princípio, previstas no mesmo IFRS 1, as mais significativas adoptadas pela CIMPOR foram as seguintes:

Concentração de actividades empresariais e Goodwill

A CIMPOR adoptou o IFRS 3, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 1999. Consequentemente, as amortizações de *Goodwill* praticadas posteriormente àquela data foram anuladas e o respectivo valor, nos diferentes casos aplicáveis, sujeito, desde então, a testes de imparidade anuais.

Adicionalmente, as diferenças de consolidação negativas (“Badwill”) existentes à data de transição foram reconhecidas em Resultados transitados.

Efeitos de alterações de taxa de câmbio

As diferenças de conversão cambial foram consideradas nulas na data de transição, pelo que eventuais diferenças anteriores a esta última serão excluídas no apuramento do ganho ou perda resultante da eventual alienação posterior das unidades operacionais em causa. Por outro lado, o *Goodwill* gerado nos processos de concentração empresarial ocorridos após a data de adopção do IFRS 3 passou a ser denominado na moeda das entidades adquiridas e, consequentemente, sujeito a variações cambiais.

Activos fixos tangíveis

Embora adoptando o valor de custo como critério valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis, a CIMPOR procedeu na data de transição à reavaliação de alguns dos referidos activos, relaciona dos com a actividade cimenteira, passando a designar esse novo valor como custo (“deemed cost”).

Principais diferenças de políticas contabilísticas

Activos intangíveis

O normativo contabilístico português permite a capitalização de algumas despesas que, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, devem ser imediatamente reconhecidas como custos do exercício. É o caso, designadamente, das despesas associadas a processos de aumento de capital, a projectos de certificação de qualidade ou a estudos de impacto ambiental, as quais não cumprem com os critérios definidos no IAS 38 – Activos intangíveis para o seu reconhecimento como um activo. À data da transição,

as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfiziam os critérios de reconhecimento do IAS 38, foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

Política de depreciação dos activos fixos tangíveis

Alguns dos activos anteriormente depreciados por quotas degressivas passaram a ser depreciados por quotas constantes. Adicionalmente, ao invés de dotações anuais de depreciação no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento dos bens, a respectiva depreciação passa a ter início no mês em que os mesmos se encontram em condições de ser utilizados.

Custos de recuperação das áreas de exploração das pedreiras

De acordo com o normativo contabilístico geralmente aceite em Portugal, a CIMPOR procedia à constituição de provisões para fazer face aos custos com a recuperação paisagística das áreas em exploração, de forma gradual no decurso dessa exploração.

De acordo com o IFRIC 1, os custos totais de recuperação são adicionados ao valor do activo, por contrapartida da constituição de uma provisão (periodicamente actualizada), procedendo-se ao seu reconhecimento através da depreciação do activo em causa.

Interesses minoritários

De acordo com o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, os interesses minoritários são apresentados como uma componente do capital próprio.

Gratificações a empregados e planos de atribuição de opções de compra de acções

As gratificações atribuídas a empregados, a título de distribuição de resultados, na sequência de uma decisão tomada em Assembleia Geral, eram registadas como variação patrimonial negativa no exercício em que se verificava o respectivo pagamento. De acordo com o IAS 19, estas gratificações são reconhecidas em resultados no período a que respeitam os serviços pelos quais são atribuídas.

De acordo com a prática contabilística vigente em Portugal, os resultados apurados nas operações efectuadas ao abrigo de planos de atribuição de opções de compra de acções da própria Empresa (uma vez que a CIMPOR detém em carteira um número de acções próprias suficiente para fazer face à execução daqueles planos) são registados numa conta de Reservas. Nos termos do IFRS 2, as responsabilidades que derivam de opções atribuídas anteriormente à data de transição, mas ainda não exercidas a essa data, foram relevadas ao seu justo valor, por contrapartida de Resultados transitados; enquanto que opções atribuídas posteriormente, são contabilizadas, ao seu justo valor, como custos do período.

Benefícios aos empregados

De acordo com o normativo contabilístico geralmente aceite em Portugal, os ganhos e perdas actuariais decorrentes da avaliação das responsabilidades com pensões, ao abrigo de planos de benefícios definidos, são registados de imediato em resultados do período. Ao abrigo do disposto no IAS 19, o Grupo optou por reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em reservas na demonstração de rendimentos e ganhos reconhecidos.

Custos e proveitos extraordinários

As Normas Internacionais de Relato Financeiro não contemplam a existência de resultados extraordinários.

Os efeitos, no balanço em 1 de Janeiro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro ("IFRS") em vigor em 1 de Janeiro de 2005, detalham-se como segue:

	Notas	1 de Janeiro de 2004		
		POC	Ajustamentos	IFRS
Activos não correntes:				
<i>Goodwill</i>	16	813.621	(19.639)	793.983
Activos intangíveis	17	7.046	(3.709)	3.337
Activos fixos tangíveis	18	1.193.557	212.463	1.406.020
Investimentos em associadas	19	148.451	(15.033)	133.418
Outros investimentos		15.481	(3.105)	12.376
Activos financeiros disponíveis para venda		59.226	-	59.226
Activos por impostos diferidos	21	105.132	5.431	110.563
Outras dívidas de terceiros		31.419	(785)	30.634
Estado e outros entes públicos		2.237	-	2.237
Outros activos não correntes		5.476	(5.476)	-
Total de activos não correntes		2.381.645	170.149	2.551.794
Activos correntes:				
Existências		135.327	(451)	134.876
Cientes e adiantamentos a fornecedores		218.229	-	218.229
Outras dívidas de terceiros		38.024	(1.168)	36.856
Estado e outros entes públicos		21.313	-	21.313
Caixa e equivalentes de caixa		292.735	-	292.735
Outros activos correntes		1.899	(674)	1.225
Total de activos correntes		707.527	(2.293)	705.233
Total do activo		3.089.172	167.855	3.257.027
Capital próprio:				
Capital		672.000	-	672.000
Acções próprias		(17.403)	-	(17.403)
Ajustamento de reserva cambial	30	(419.734)	419.734	-
Reservas	31	241.081	(3.558)	237.523
Resultados transitados	32	484.642	(364.443)	120.198
Capital próprio atribuível a accionistas		960.586	51.733	1.012.319
Interesses minoritários		78.329	(16.542)	61.787
Total de capital próprio		1.038.915	35.191	1.074.106
Passivos não correntes:				
Empréstimos		1.197.811	(31.592)	1.166.219
Locações financeiras		953	-	953
Passivos por impostos diferidos	21	82.430	30.845	113.275
Benefícios aos empregados		12.225	4.898	17.124
Provisões		106.115	26.97a2	133.087
Outras dívidas a terceiros		14.687	-	14.687
Estado e outros entes públicos		169	-	169
Outros passivos não correntes		34.616	101.360	135.975
Total de passivos não correntes		1.449.006	132.483	1.581.489
Passivos correntes:				
Fornecedores e adiantamentos de clientes		131.309	-	131.309
Estado e outros entes públicos		32.783	-	32.783
Locações financeiras		955	-	955
Empréstimos		333.601	-	333.601
Benefícios aos empregados		4.171	-	4.171
Provisões		5.438	(1.669)	3.769
Outras dívidas a terceiros		72.265	-	72.265
Outros passivos correntes		20.728	1.850	22.578
Total de passivos correntes		601.251	181	601.432
Total do passivo		2.050.257	132.664	2.182.921
Total do passivo e capital próprio		3.089.172	167.855	3.257.027

O detalhe dos ajustamentos efectuados, com efeitos em capital próprio, reportados a 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de conversão para os IFRS, é como segue:

01 de Janeiro 2004

Capital próprio - POC	960.586
Ajustamentos de transição:	
Concentração de actividades empresariais e <i>Goodwill</i>	222.564
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(258.394)
Activos tangíveis	199.685
Activos intangíveis	(1.850)
Gratificação e Planos de atribuição de opções de compra de acções	(76.873)
Impacto na adopção do IAS39	(4.459)
Outros	(25.414)
Impostos diferidos - Impactos dos ajustamentos de transição	61.787
Interesses minoritários	<u>113.520</u>
Capital Próprio - IFRS	1.074.106

Adicionalmente, as reconciliações entre o capital próprio de acordo com o POC e os IFRS, em 31 de Dezembro de 2004, bem como a reconciliação entre os respectivos resultados no exercício findo naquela data, são como segue:

31 de Dezembro 2004

Capital próprio - POC	970.352
Ajustamentos de transição	113.520
Ajustamentos do exercício por resultados	
Concentração de actividades empresariais e <i>Goodwill</i>	66.531
Activos tangíveis	13.061
Activos intangíveis	(2.445)
Política de amortização do imobilizado corpóreo	3.165
Gratificações e Planos de atribuição de opções de compra de acções	(3.120)
Outros	3.588
Impostos diferidos - Impactos dos ajustamentos por resultados	(7.399)
Interesses minoritários	(3.140)
	<u>70.240</u>
Ajustamentos do exercício por reservas e resultados transitados:	
Concentração de actividades empresariais e <i>Goodwill</i>	5.374
Efeito em reserva de conversão cambial	12.446
Impacto na adopção do IAS 39 (a)	49.838
Outros	(738)
Interesses minoritários	1.884
	<u>68.804</u>
Total de ajustamentos do exercício	139.045
Capital próprio - IFRS	1.222.918

(a) O Grupo CIMPOR adoptou, no exercício de 2004, as disposições do IAS 39 com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, pelo que impacto aqui apresentado, embora não considerado no balanço POC em 31 de Dezembro de 2003, correspondente ao balanço de transição em 1 de Janeiro de 2004, foi incluído nas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com aquele normativo, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, reexpresso de acordo com os IFRS, é como segue:

	POC	Ajustamentos	IFRS
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	1.365.612	-	1.365.612
Proveitos suplementares	11.611	-	11.611
Outros proveitos operacionais	1.687	10.259	11.946
Total de proveitos operacionais	1.378.909	10.259	1.389.169
Custos operacionais:			
Custo das vendas	(319.197)	(181)	(319.378)
Variação da produção	(2.785)	(866)	(3.651)
Fornecimentos e serviços externos	(435.104)	(2.923)	(438.028)
Custos com o pessoal	(155.176)	(4.432)	(159.608)
Amortizações e depreciações	(198.414)	83.058	(115.356)
Provisões e perdas por imparidade	(12.079)	(1.080)	(13.159)
Outros custos operacionais	(7.978)	(8.584)	(16.562)
Total de custos operacionais	(1.130.733)	64.991	(1.065.742)
Resultados operacional	248.176	75.250	323.427
Custos e perdas financeiros	(137.303)	(1.294)	(138.597)
Proveitos e ganhos financeiros	91.418	360	91.778
Resultados relativos a empresas associadas	38.351	688	39.039
Resultados relativos a investimentos	1.049	-	1.049
Resultados financeiros	(6.486)	(245)	(6.731)
Resultados extraordinários	(5.775)	5.775	-
Resultados antes de impostos	235.916	80.780	316.696
Impostos sobre o rendimento	(45.481)	(7.399)	(52.881)
Resultado líquido do exercício	190.434	73.381	263.815
Atribuível a:			
Detentores do capital	185.909	70.240	256.150
Minoritários	4.525	3.140	7.665

	POC	Ajustamentos	IFRS
Activos não correntes:			
<i>Goodwill</i>	781.420	39.621	821.042
Activos intangíveis	18.300	(4.078)	14.222
Activos fixos tangíveis	1.217.543	239.212	1.456.755
Investimentos em associadas	268.395	(1.991)	266.405
Outros investimentos	16.158	(8.580)	7.578
Activos financeiros disponíveis para venda	52.334	-	52.334
Activos por impostos diferidos	121.772	(18.848)	102.924
Outras dívidas de terceiros	2.320	(785)	1.535
Estado e outros entes públicos	2.677	-	2.677
Outros activos não correntes	4.499	(4.499)	-
Total de activos não correntes	2.485.420	240.053	2.725.472
Activos correntes:			
Existências	153.111	(1.317)	151.793
Clientes e adiantamentos a fornecedores	232.533	-	232.533
Outras dívidas de terceiros	21.547	(1.184)	20.363
Estado e outros entes públicos	32.669	-	32.669
Caixa e equivalentes de caixa	239.455	-	239.455
Outros activos correntes	9.748	(565)	9.182
Total de activos correntes	689.061	(3.067)	685.995
Total do activo	3.174.481	236.986	3.411.467
Capital próprio:			
Capital	672.000	-	672.000
Ações próprias	(15.535)	-	(15.535)
Ajustamentos de conversão cambial	(423.531)	432.180	8.648
Reservas	240.785	(574)	240.210
Resultados transitados	310.724	(312.952)	(2.228)
Resultado líquido do período	185.909	70.240	256.150
Capital próprio atribuível a accionistas	970.352	188.894	1.159.246
Interesses minoritários	76.315	(12.644)	63.672
Total de capital próprio	1.046.668	176.250	1.222.918
Passivos não correntes:			
Empréstimos	1.312.772	(4.499)	1.308.273
Loações financeiras	2.299	-	2.299
Passivos por impostos diferidos	69.584	42.051	111.635
Benefícios aos empregados	18.337	3.886	22.223
Provisões	115.385	25.865	141.250
Outras dívidas a terceiros	13.550	-	13.550
Estado e outros entes públicos	3.912	-	3.912
Outros passivos não correntes	155.682	(661)	155.021
Total de passivos não correntes	1.691.521	66.642	1.758.163
Passivos correntes:			
Fornecedores e adiantamentos de clientes	146.176	-	146.176
Estado e outros entes públicos	29.723	-	29.723
Loações financeiras	1.574	-	1.574
Empréstimos	156.287	-	156.287
Benefícios aos empregados	674	-	674
Provisões	10.603	(8.407)	2.196
Outras dívidas a terceiros	45.803	-	45.803
Outros passivos correntes	45.453	2.500	47.953
Total de passivos correntes	436.293	(5.907)	430.386
Total do passivo	2.127.814	60.735	2.188.549
Total do passivo e capital próprio	3.174.481	236.986	3.411.467

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas (1)

Accionistas	Nº de Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto (2)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (3)	151.112.489	22,49%	22,62%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	166.755	0,02%	0,02%
Através da sociedade, por si dominada, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	150.866.795	22,45%	22,58%
Por si	64.000.000	9,52%	9,58%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	561.795	0,08%	0,08%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	86.305.000	12,84%	12,92%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Tedal, SGPS, S.A.	67.205.000	10,00%	10,06%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, TDCIM, SGPS, S.A.	19.100.000	2,84%	2,86%
Através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, por si directamente participada, TDG, SGPS, S.A.	78.939	0,01%	0,01%
Grupo Credit Suisse	85.538.586	12,73%	12,80%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston International, sob domínio directo do Credit Suisse, por sua vez integrante do grupo acima (4)	76.399.370	11,37%	11,43%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston (Europe) Limited, sob domínio directo da sociedade Credit Suisse First Boston (UK) (International Holdings), por sua vez integrante do grupo acima (5)	9.128.253	1,36%	1,37%
Através da sociedade Credit Suisse First Boston LLC, sob domínio directo da sociedade Credit Suisse First Boston (USA) Inc., por sua vez integrante do grupo acima	10.963	0,00%	0,00%
Lafarge	84.908.825	12,64%	12,71%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.120	0,00%	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda., dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A., por si controlada	84.907.705	12,64%	12,71%
Manuel Fino, SGPS, S.A.	75.825.000	11,28%	11,35%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Someria Enterprises, Inc.	75.825.000	11,28%	11,35%
Através da sociedade, por si dominada, Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (6)	75.825.000	11,28%	11,35%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português	67.200.000	10,00%	10,06%
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	29.680.539	4,42%	4,44%
HSBC Holdings plc	20.119.288	2,99%	3,01%
Através da sociedade HSBC Financial Products (France) SNC, integralmente detida pela sociedade HSBC France, S.A. (directa e indirectamente, através da HSBC Securities (France), S.A., por si detida), sendo a sociedade HSBC France, S.A., integralmente detida pela HSBC Bank plc (Paris Branch), a qual é integralmente detida pela HSBC Bank plc, que, por sua vez, é integralmente detida pela HSBC Holdings plc (7)	20.119.288	2,99%	3,01%
Bipadosa, S.A. (8)	13.509.025	2,01%	2,02%
Através da sociedade Metalúrgica Galaica, S.A., integralmente por si detida	13.509.025	2,01%	2,02%
Através da sociedade Atlansider, SGPS, S.A., detida a 50% pela sociedade LAF 98, S.L., integralmente por si detida	13.509.025	2,01%	2,02%
Por si	13.171.485	1,96%	1,97%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	25.240	0,00%	0,00%
Através da sociedade, integralmente por si detida, Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.	312.300	0,05%	0,05%
Através da sociedade, por si detida a 50%, Atlansider, SGPS, S.A. (9)	13.509.025	2,01%	2,02%
Por si	13.171.485	1,96%	1,97%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	25.240	0,00%	0,00%
Através da sociedade, integralmente por si detida, Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.	312.300	0,05%	0,05%

(1) Conforme comunicados de Participações Sociais Qualificadas recebidos pela sociedade até 31.12.2005.

(2) Considerando 3.867.300 acções próprias a 31.12.2005.

(3) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e da TDG, SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM).

(4) Inclui 11.482.758 acções que poderão advir da conversão de obrigações.

(5) Inclui 3.195.632 acções que poderão advir da conversão de obrigações.

(6) Sociedade integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A..

(7) De acordo com o comunicado de Participação Qualificada recebido pela sociedade, em conformidade com o artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, à data de 2 de Dezembro de 2005, eram imputáveis à HSBC Financial Products (France) SNC 4,39% dos direitos de voto.

(8) Inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Atlansider, SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM.

(9) Acções só imputadas uma vez no apuramento da posição da Metalúrgica Galaica, S.A..

Valores Mobiliários Emitidos pela Sociedade e Detidos pelos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Accionistas	Acções	Nº de Títulos		Movimentos em 2005			
		31-12-2004	31-12-2005	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	CIMPOR	12.130		10.000		4,31	29-Abr-05
				3.110		3,21	11-Mai-05
			25.240				
Luís Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	CIMPOR	2.150		540		3,21	11-Mai-05
			2.690				
Jacques Lefèvre (Dr.)	CIMPOR	1.650		540		3,21	11-Mai-05
			2.190				
Jean Carlos Angulo (Eng.)	CIMPOR	7.760		1.550		3,21	11-Mai-05
			9.310				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.)	CIMPOR	116.490		17.500		2,84	23-Mar-05
				34.000		3,20	23-Mar-05
				2.800		3,21	11-Mai-05
				40.000		3,30	19-Mai-05
					101.490	4,48	20-Mai-05
					7.472	4,59	11-Out-05
					250	4,59	12-Out-06
					358	4,59	14-Out-05
					6.920	4,58	04-Nov-05
						94.300	
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.)	CIMPOR	57.590			17.590	4,33	01-Mar-05
					14.000	2,84	23-Mar-05
					27.000	3,20	23-Mar-05
					2.640	3,21	11-Mai-05
					31.000	3,30	19-Mai-05
					9.938	4,65	27-Jun-05
					24.702	4,60	28-Jun-05
						80.000	
Manuel Luís Barata de Faria Blanc (Dr.)	CIMPOR	62.760		14.000		2,84	23-Mar-05
				27.000		3,20	23-Mar-05
				2.640		3,21	11-Mai-05
				31.000		3,30	19-Mai-05
						137.400	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	CIMPOR	124.060		21.000		2,84	23-Mar-05
				40.000		3,20	23-Mar-05
				2.880		3,21	11-Mai-05
				44.000		3,30	19-Mai-05
						231.940	
Vicente Árias Mosquera (Dr.)	CIMPOR	530		540		3,21	11-Mai-05
					1.070		

Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Título	Nº Títulos
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (1)	Acções	56.000.000
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	Acções	13.146.245
Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	Acções	312.300
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	Acções	97.825.000
CAXALP, SGPS, Lda. (5)	Acções	211.490

Notas:

- (1) Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.), como membro do Conselho de Administração.
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof.), e José Enrique Freire Arteta (Dr.), como membros do Conselho de Administração.
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr.), como Gerente.
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração.
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.), como Sócio Gerente





Relatório e Contas Consolidados

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas
e Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

sobre as Contas Consolidadas do Exercício de 2005

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa") e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2005, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Actuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas especialmente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das actas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade que julgou adequada nas circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com a Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões mensais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira, com especial ênfase na evolução das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio.

Acompanhámos o processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, no que respeita à preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido verificado o respectivo perímetro de consolidação.

Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação localizadas em Portugal, apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis. Em relação às empresas sediadas no estrangeiro apreciamos os relatórios dos seus auditores sobre a forma como foram efectuados os respectivos trabalhos de auditoria e as respectivas conclusões.

2. Relatório Consolidado de Gestão

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos ao longo de 2005, bem como os principais acontecimentos posteriores, com relevância para a compreensão da situação actual da Empresa e suas participadas ("Grupo Cimpor") satisfazendo os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

A actividade do Grupo, centrada na produção e comercialização de cimento e desenvolvida em nove países, apesar da evolução desfavorável de alguns dos mercados, e do acréscimo dos custos energéticos, saldou-se por um resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 superior ao do exercício anterior.

De referir que, a informação anual relativa ao exercício de 2005 foi preparada e apresentada, pela primeira vez, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia. Por forma a assegurar a comparabilidade com exercício anterior, a informação financeira relativa a 2004, incluída no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, foi reexpressa de acordo com aquele normativo.

A evolução positiva acima mencionada foi ainda mais notória ao nível dos resultados operacionais. Os segmentos geográficos que mais contribuíram para a melhoria do resultado operacional foram o Egipto e Espanha. Em sentido contrário destacam-se o Brasil e a Tunísia, em resultado quer da queda dos preços de venda, quer da diminuição da procura interna.

De salientar ainda, a redução superior a 230 milhões de Euros no nível de endividamento face ao exercício anterior, apesar do aumento significativo do capital investido.

Em termos de capitalização bolsista, o ano de 2005 evidenciou um desempenho positivo traduzido num aumento de 12% face ao final do exercício anterior.

Relativamente às perspectivas para o ano de 2006, o Conselho de Administração antecipa um crescimento do mercado, em termos globais, similar ao verificado em 2005, ainda que com evoluções distintas nos diversos mercados geográficos, e impulsionado essencialmente pelos mercados emergentes.

Sublinhamos ainda o esforço que continuou a ser desenvolvido, em termos de aperfeiçoamento da orgânica da Empresa e da sua crescente racionalização, bem como os compromissos em termos de assegurar a prossecução de uma política de desenvolvimento sustentável.

3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos

dos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaborados pelo Conselho de Administração. Nesta análise notámos a aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

4. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos dos artigos 451º e 452º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas, também por ele emitido, com o qual manifesta a sua concordância.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspectos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afectem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve oportunidade de contactar.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

O Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos e Gastos Reconhecidos, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, relativos ao exercício de 2005, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 18 de Abril de 2006

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

Presidente

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar

Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 3.805.384 milhares de Euros e capitais próprios de 1.584.585 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 266.159 milhares de Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados e dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia ("IAS/IFRS") e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das ope-

rações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme divulgado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas as IAS/IFRS. No processo de transição das normas contabilísticas geralmente aceites em Portugal ("POC"), anteriormente adoptadas, para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira a esta data e do exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IAS/IFRS, para efeitos de comparabilidade. As divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as IAS/IFRS foram incluídas na nota 47 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 18 de Abril de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire





4

Relatório e Contas **Consolidados**

Informação Complementar

4.1 Principais Empresas Operacionais - Dados Síntese

Portugal



Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 500 782 946

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
Luís Filipe Sequeira Martins
José Augusto Brás Chaves
José Leonel da Silva Neto
Ernesto Loureiro Campos

Contacto

José Leonel da Silva Neto - *Administrador*
E-mail - Sneto@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, sacos de papel, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Cimentaço - Cimentos dos Açores, Lda.

Sede Social

Canada das Murtas
Pico da Pedra
RIBEIRA GRANDE
Telef: 296 201 730
Fax: 296 201 748
NIPC: 512 017 360

Gerência

José Leonel da Silva Neto
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
José Esteves de Melo Campos

Contacto

José Leonel da Silva Neto – *Gerente*
E-mail - Sneto@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Recepção de cimento, clínquer, gesso, moagem ensilagem, ensacamento e distribuição de cimento na Região Autónoma dos Açores.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	319.837	-26.798
Dívida Financeira (líq.)	56.870	60.991
Capitais Próprios	318.380	110.689
Volume de Negócios	373.891	367.192
Cash Flow Operacional	124.650	140.979
Resultados Operacionais	92.010	111.053
Resultados Financeiros	-6.847	-5.299
Resultados Líquidos	59.807	70.481

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	5.333	5.290
Dívida Financeira (líq.)	-2.570	-3.419
Capitais Próprios	8.303	8.725
Volume de Negócios	29.110	27.691
Cash Flow Operacional	4.144	4.835
Resultados Operacionais	3.362	4.568
Resultados Financeiros	-12	-2
Resultados Líquidos	2.752	3.160

Portugal



Cimpor Betão - Indústria de Betão Pronto, S.A.

Sede Social

Rua Quinta do Paizinho, Ed. BEPOR, Bloco 2, 1ºEsq.
Carnaxide
2790-237 CARNAXIDE
Telef: 21 424 75 00
Fax: 21 424 75 94
NIPC: 503 095 850

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves - *Presidente*
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

Joaquim Lino – *Director Geral*
E-mail – jlino@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Betão Liz, S.A.

Sede Social

Rua Quinta do Paizinho, Ed. BEPOR, Bloco 2, 1ºEsq.
Carnaxide
2790-237 CARNAXIDE
Telef: 21 424 75 00
Fax: 21 424 75 99
NIPC: 500 045 267

Conselho de Administração

Luís Filipe Sequeira Martins - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves – *Vice-Presidente*
Joaquim Dias Cardoso
Michael Gerard O'Sullivan
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Pedro Miguel Ferreira de Sales - *Director Geral*
E-mail – PSales@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	26.051	24.868
Dívida Financeira (líq.)	-3.868	-272
Capitais Próprios	26.438	25.117
Volume de Negócios	79.963	74.868
Cash Flow Operacional	5.803	3.662
Resultados Operacionais	3.963	2.721
Resultados Financeiros	268	282
Resultados Líquidos	3.072	2.069

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	16.835	21.338
Dívida Financeira (líq.)	-6.326	-5.542
Capitais Próprios	28.098	37.787
Volume de Negócios	76.653	70.657
Cash Flow Operacional	5.667	3.187
Resultados Operacionais	4.329	1.988
Resultados Financeiros	558	291
Resultados Líquidos	3.587	1.719

Portugal



Jomatel - Empresa de Materiais de Construção, S.A.

Sede Social

Rua Quinta do Paizinho, Ed. BEPOR, Bloco 2, 1ºEsq.
Carnaxide
2790-237 CARNAXIDE
Telef: 21 424 75 00
Fax: 21 424 75 99
NIPC: 500 153 469

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves - *Presidente*
João Fernando Simões Mouro
Armindo Oliveira das Neves
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques

Contacto

João Fernando Simões Mouro - *Administrador*
E-mail - Jmouro@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto.

Agrepor Agregados - Extracção de Inertes, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 501 755 098

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves - *Presidente*
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques - *Administrador*
E-mail - Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de pedreiras e extracção e comercialização de britas.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	7.036	8.123
Dívida Financeira (líq.)	-1.863	-1.349
Capitais Próprios	9.111	8.901
Volume de Negócios	21.190	20.601
Cash Flow Operacional	1.944	1.462
Resultados Operacionais	1.531	1.501
Resultados Financeiros	170	120
Resultados Líquidos	1.245	1.095

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	26.678	15.490
Dívida Financeira (líq.)	-728	1.188
Capitais Próprios	23.661	11.837
Volume de Negócios	42.361	26.167
Cash Flow Operacional	7.852	5.583
Resultados Operacionais	5.064	3.260
Resultados Financeiros	-200	-185
Resultados Líquidos	3.515	1.911

Portugal



Ciarga - Argamassas Secas, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 503 418 706

Conselho de Administração

José Augusto Brás Chaves - *Presidente*
José António Sócrates da Costa Mota Martins
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
Angel Longarela Peña

Contacto

Pedro Manuel de Freitas Pires Marques - *Administrador*
E-mail – Pmmarques@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de argamassas secas e distribuição de equipamentos próprios para a utilização e aplicação destes produtos.

Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 311 81 00
Fax: 21 356 13 81
NIPC: 502 642 459

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - *Presidente*
José Leonel da Silva Neto
José Augusto Brás Chaves

Contacto

José Carlos Costa Azevedo – *Director Geral*
E-mail – Cazevedo@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Produção e comercialização de sacos e outras embalagens de papel.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	7.087	8.063
Dívida Financeira (líq.)	63	1.404
Capitais Próprios	7.905	5.981
Volume de Negócios	7.034	7.331
Cash Flow Operacional	1.159	1.019
Resultados Operacionais	29	-10
Resultados Financeiros	-66	-117
Resultados Líquidos	-27	-141

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	7.856	2.981
Dívida Financeira (líq.)	-413	-366
Capitais Próprios	4.898	4.661
Volume de Negócios	13.394	13.591
Cash Flow Operacional	4.689	4.142
Resultados Operacionais	4.483	4.037
Resultados Financeiros	-61	3
Resultados Líquidos	3.216	2.951

Portugal



Transviária - Gestão de Transportes, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 940 86 00
Fax: 21 940 87 33
NIPC: 502 868 791

Conselho de Administração

José Leonel da Silva Neto - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José António Sócrates da Costa Mota Martins

Contacto

Ana Cristina Rosa Santos Ascenso – *Director Geral*
E-mail – AAscenso@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Transporte de mercadorias, aluguer de veículos e equipamentos de transporte.

Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A.

Sede Social

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 LISBOA
Telef: 21 940 86 00
Fax: 21 940 87 33
NIPC: 504 625 160

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves
José António Sócrates da Costa Mota Martins

Contacto

José António Sócrates da Costa Mota Martins –
Administrador
E-mail - MMartins@cimpor.pt
Ana Cristina Rosa Santos Ascenso – *Director Geral*
E-mail – AAscenso@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Exploração de terminais cimenteiros e o comércio nacional e internacional de importação e exportação de cimento e de clínquer e outros materiais de construção, por si mesma ou por conta de outrém, por todas as formas permitidas.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	2.628	1.150
Dívida Financeira (líq.)	-143	-201
Capitais Próprios	2.687	2.632
Volume de Negócios	47.645	42.917
Cash Flow Operacional	3.120	3.163
Resultados Operacionais	2.742	2.745
Resultados Financeiros	69	55
Resultados Líquidos	2.037	2.042

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	4.696	5.965
Dívida Financeira (líq.)	-4.110	-821
Capitais Próprios	11.552	9.826
Volume de Negócios	75.820	56.129
Cash Flow Operacional	1.499	605
Resultados Operacionais	1.492	605
Resultados Financeiros	885	-429
Resultados Líquidos	1.305	123

Espanha



Cementos Cosmos, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 47 39 51
NIPC: A-28.013.704

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Angel Longarela Peña – *Administrador Delegado*
José Augusto Brás Chaves - *Vogal*

Contacto

Angel Longarela Peña – *Administrador Delegado*
E-mail - Alongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Prebetong Galicia, S.A.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 41 34 48
NIPC: A-36.605.616

Conselho de Administração

Corporación Noroeste, S.A., representada por:
Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
Manuel Gómez Alvarez – *Vogal*

Contacto

Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
E-mail - jparedes@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico, comercialização de betão pronto.

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	94.226	72.255
Dívida Financeira (líq.)	1.225	773
Capitais Próprios	69.518	91.128
Volume de Negócios	108.608	106.532
Cash Flow Operacional	45.507	44.542
Resultados Operacionais	37.758	36.164
Resultados Financeiros	987	856
Resultados Líquidos	24.006	24.396

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	16.311	20.109
Dívida Financeira (líq.)	422	334
Capitais Próprios	12.182	12.901
Volume de Negócios	30.626	32.844
Cash Flow Operacional	252	925
Resultados Operacionais	-508	191
Resultados Financeiros	167	228
Resultados Líquidos	-395	338

* Dados Sociais

Espanha

**Hormigones Miño, S.L.****Sede Social**

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 48 21 97
NIPC: B-27.021.401

Conselho de Administração

- Cementos Cosmos, S.A., representada por: Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
- Corporación Noroeste de Hormigones y Aridos, S.L., representada por: Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
- Corporación Noroeste, S.A., representada por: Manuel Gómez Alvarez - *Vogal*

Contacto

Julio César Paredes Seoane – *Administrador Delegado*
E-mail - jparedes@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Indústria e comércio de betão pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Prebetong Lugo, S.A.**Sede Social**

Avenida Benigno Rivera s/n
Poligono del Ceao
27 003 LUGO
Telef: 34 982 20 91 21
Fax: 34 982 20 92 72
NIPC: A-27.003.250

Conselho de Administração

- Corporación Noroeste, S.A., representada por: Antonio Vega Guerrero – *Presidente*
- Prebetong Galicia, S.A., representada por: Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
- Cementos Cosmos, S.A., representada por: Julio César Paredes Seoane *Vogal*
- Rafael Serrano García – *Vogal*
- Sermaconsa, representada por: Eduardo Guedes Duarte – *Vogal*

Contacto

Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
E-mail - Mgomez@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto, agregados, argamassas e seus derivados.

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	13.568	14.895
Dívida Financeira (líq.)	444	17
Capitais Próprios	11.635	12.558
Volume de Negócios	38.174	34.340
Cash Flow Operacional	-708	612
Resultados Operacionais	-1.347	33
Resultados Financeiros	56	-5
Resultados Líquidos	-924	-37

* Dados Sociais

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	1.848	6.694
Dívida Financeira (líq.)	-18	173
Capitais Próprios	2.091	8.037
Volume de Negócios	1.853	12.977
Cash Flow Operacional	450	470
Resultados Operacionais	334	-463
Resultados Financeiros	341	334
Resultados Líquidos	544	-143

Espanha



Canteras Prebetong, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 41 34 48
NIPC: B-36.816.163

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
Julio César Paredes Seoane - *Vogal*

Contacto

Manuel Gómez Alvarez – *Administrador Delegado*
E-mail - Mgomez@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Extracção e comercialização de calcário, granito e rochas afins.

Morteros Noroeste, S.L.

Sede Social

C/Brasil, 56
36 204 VIGO
Telef: 34 986 26 90 00
Fax: 34 986 47 39 51
NIPC: B-36.877.926

Administradores Gerais Solidários

- Corporación Noroeste, S.A., representada por: Pedro Manuel de Freitas Pires Marques – *Administrador General Solidário*
- Cementos Cosmos, S.A., representada por: Angel Longarela Peña - *Administrador General Solidário*

Contacto

Angel Longarela Peña - *Administrador General Solidário*
E-mail - Alongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de argamassas e seus derivados.

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	1.891	1.569
Dívida Financeira (líq.)	-2	-3
Capitais Próprios	4.741	5.104
Volume de Negócios	5.071	5.344
Cash Flow Operacional	831	1.139
Resultados Operacionais	522	753
Resultados Financeiros	-125	109
Resultados Líquidos	159	584

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	3.952	4.160
Dívida Financeira (líq.)	125	27
Capitais Próprios	5.739	5.466
Volume de Negócios	9.425	9.125
Cash Flow Operacional	2.696	2.691
Resultados Operacionais	2.238	2.114
Resultados Financeiros	43	44
Resultados Líquidos	1.482	1.405

* Dados Sociais

Espanha


Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.
Sede Social

Agrupación Córdoba, 15
14014 Córdoba
Telef: 34 957 01 30 00
Fax: 34 957 26 26 28
NIPC: ESA14635387

Conselho de Administração

Angel Longarela Peña - *Presidente*
Eduardo Guedes Duarte - *Administrador Delegado*
Angel Longarela Peña - *Administrador Delegado*

Contacto

Angel Longarela Peña - *Presidente*
E-mail - ALongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Fabricação e comercialização de cimento.

Cementos El Monte, S.A.
Sede Social

Muelle Ingeniero Juan Gonzalo, s/n
21810 Palos de la Frontera - Huelva
Telef: 34 959 36 93 20
Fax: 34 959 36 98 37
NIPC: ESA21292271

Conselho de Administração

Angel Longarela Peña - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves - *Vogal*
Eduardo Guedes Duarte - *Vogal*

Contacto

Angel Longarela Peña - *Presidente*
E-mail - ALongarela@es.cimpor.com

Domínio de Actividade

Moagem de clínquer para produção e comercialização de cimento.

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	157.751	159.970
Dívida Financeira (líq.)	-30	-15
Capitais Próprios	21.931	10.240
Volume de Negócios	85.163	91.422
Cash Flow Operacional	34.484	26.940
Resultados Operacionais	21.869	14.307
Resultados Financeiros	-3.757	-4.037
Resultados Líquidos	11.690	6.688

* Dados Sociais

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	18.148	14.767
Dívida Financeira (líq.)	16	-18
Capitais Próprios	23.217	21.603
Volume de Negócios	30.739	33.594
Cash Flow Operacional	10.486	7.721
Resultados Operacionais	8.636	5.832
Resultados Financeiros	177	87
Resultados Líquidos	5.824	3.847

Espanha



Hormigones Hércules, S.L.

Sede Social

Polígono Industrial El Prado, Parcela 40
06800 Merida (Badajoz)
Telef: 34 959 28 24 71 (Sede Administrativa-Huelva)
Fax: 34 959 28 25 84 (Sede Administrativa-Huelva)
NIPC: ES B-82743717

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte - *Administrador General Solidário*
José Augusto Brás Chaves - *Administrador General Solidário*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de Betão Pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Cementos de Andalucia, S.L.

Sede Social

Agrupación Córdoba, 15
14014 Córdoba
Telef: 34 954 41 40 29
Fax: 34 954 41 55 70
NIPC: ES B-14054225

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte - *Presidente*
José Augusto Brás Chaves - *Vogal*
Angel Longarela Peña - *Vogal*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Presidente*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Comercialização de cimento.

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	22.926	19.933
Dívida Financeira (líq.)	330	312
Capitais Próprios	151	525
Volume de Negócios	24.752	23.361
Cash Flow Operacional	891	1.079
Resultados Operacionais	-138	6
Resultados Financeiros	-455	-418
Resultados Líquidos	-375	-230

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	11.562	12.175
Dívida Financeira (líq.)	8	294
Capitais Próprios	259	217
Volume de Negócios	151.192	87.354
Cash Flow Operacional	976	302
Resultados Operacionais	618	161
Resultados Financeiros	-25	146
Resultados Líquidos	42	202

* Dados Sociais

Espanha**Occidental de Hormigones, S.L.****Sede Social**

Polígono Industrial El Nevero,
C/ Miguel de Fabra Parcela 6,
6.006 Badajoz.
Telef: 34 924 27 59 07
Fax: 34 924 27 59 07
NIPC: ES- B-06208722

Conselho de Administração

Eduardo Guedes Duarte - *Administrador General Solidário*
José Augusto Brás Chaves - *Administrador General Solidário*

Contacto

Eduardo Guedes Duarte – *Administrador Delegado*
E-mail – Eduarte@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Fabrico e comercialização de betão pronto, de areias e derivados do cimento em geral.

Marrocos**Asment de Témara, S.A.****Sede Social**

Route Principale de Casablanca
AIN ATTIG
TEMARA
MARROCOS
Telef: 212 37 74 07 77
Fax: 212 37 74 15 70
NIPC: 03 375 420

Conselho de Administração

Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura – *Presidente*
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Álvaro João Serra Nazaré
Brahim Laraqui – *Administrador Director Geral*
• CIMPOR INVERSIONES, S.L., representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins
• La Société des Ciments Français, representada por:
Mohamed Chaibi
• PROCIMAR, representada por:
Jean-Paul Méric

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré - *Administrador*
E-mail - SNazare@cimpor.pt
Brahim Laraqui – *Administrador Director Geral*
E-mail - BLaraqui@ma.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores (m Eur)*	2005	2004
Capitais Empregues	17.217	16.090
Dívida Financeira (líq.)	515	364
Capitais Próprios	167	47
Volume de Negócios	22.771	12.664
Cash Flow Operacional	721	507
Resultados Operacionais	20	1
Resultados Financeiros	26	-254
Resultados Líquidos	-29	-243

* Dados Sociais

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	64.971	50.046
Dívida Financeira (líq.)	-831	-9.703
Capitais Próprios	55.202	62.871
Volume de Negócios	56.011	49.914
Cash Flow Operacional	25.738	23.464
Resultados Operacionais	19.128	22.131
Resultados Financeiros	-71	353
Resultados Líquidos	13.681	7.403

Tunísia



C.J.O.-Société Les Ciments de Jbel Oust

Sede Social

9, Rue de Touraine - Cité Jardins
Le Belvédère
Tunis 1082
TUNÍSIA
Telef: 21 671 84 17 32
Fax: 21 671 78 30 94

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente do Conselho*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - *Administrador*
Luís Filipe Sequeira Martins - *Administrador*
Álvaro João Serra Nazaré - *Administrador*
Abdelkader N’Ciri - *Administrador Director Geral*

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré - *Administrador*
E-mail - SNazare@cimpor.pt
Abdelkader N’Ciri - *Administrador Director Geral*
E-mail - nciri@cimpor.com.tn

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	71.167	108.186
Dívida Financeira (líq.)	-2.319	1.907
Capitais Próprios	70.257	90.186
Volume de Negócios	53.432	53.599
Cash Flow Operacional	14.613	14.853
Resultados Operacionais	7.107	14.775
Resultados Financeiros	-237	-593
Resultados Líquidos	6.957	8.810

Egipto



Amreyah Cement Company, S.A.E.

Sede Social

El Gharbaneyat – Borg el Arab
ALEXANDRIA
EGIPTO
Telef: 203 41 95 600-700
Fax: 203 41 95 628-9

Conselho de Administração

- Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.; representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins (*Presidente*)
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.; representada por:
Álvaro João Serra Nazaré
- Cimpor Inversiones, S.A.; representada por:
José António Teixeira de Freitas (*Administrador Executivo*)

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré - *Administrador*
E-mail - SNazare@cimpor.pt
José António Teixeira de Freitas – *Administrador Executivo*
E-mail – Tfreitas@cimpor.com.eg

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República Árabe do Egipto ou no estrangeiro.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	70.252	113.694
Dívida Financeira (líq.)	12.978	25.868
Capitais Próprios	76.323	125.158
Volume de Negócios	57.897	47.758
Cash Flow Operacional	21.524	17.213
Resultados Operacionais	11.657	14.920
Resultados Financeiros	-5.561	- 4.503
Resultados Líquidos	4.076	7.121

Egipto



Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.

Sede Social

El Gharbaneyat – Borg el Arab
ALEXANDRIA
EGIPTO
Telef: 203 41 95 600-700
Fax: 203 41 95 628-9

Conselho de Administração

- Cimpor Inversiones, S.A., representada por:
Luís Filipe Sequeira Martins (*Presidente*)
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Amreyah Cement Company, S.A.E., representada por:
Álvaro João Serra Nazaré
- Cimpor Egypt For Cement, S.A.E., representada por:
José António Teixeira de Freitas (*Administrador
Executivo*)

Contacto

Álvaro João Serra Nazaré - *Administrador*
E-mail - SNazare@cimpor.pt
José António Teixeira de Freitas (*Administrador
Executivo*)
E-mail – Tfreitas@cimpor.com.eg

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República Árabe do Egipto ou no estrangeiro.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	100.561	88.922
Dívida Financeira (líq.)	10.122	17.731
Capitais Próprios	60.647	28.249
Volume de Negócios	47.049	24.447
Cash Flow Operacional	27.046	15.049
Resultados Operacionais	22.336	11.010
Resultados Financeiros	2.765	-1.978
Resultados Líquidos	24.407	9.256

Brasil



Companhia de Cimentos do Brasil

Sede Social

Av.ª. Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco E, 8º andar
Jardim São Luiz - CEP 05805-000
São Paulo - BRASIL
Telef: 55 11 37 41 35 81 Fax: 55 11 37 41 32 95
CNPJ: 10.919.934/0001-85

Conselho de Administração

Eliezer Batista da Silva - *Presidente*
Raphael Hermeto de Almeida Magalhães - *Vice-Presidente*
Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Membro*
Manuel Luís Barata de Faria Blanc - *Membro*

Direcção

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Director
Superintendente*
Luiz Carlos Romero Fernandes - *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira - *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira - *Director*

Contacto

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Administrador*
E-mail – Alencastre@cimpor.pt

Domínio de Actividade

A industrialização e comercialização de betão, cimentos, argamassas, cal, produtos calcários de qualquer natureza, seus decorrentes e quaisquer correlatos e artefactos de fibro-cimento e de materiais de construção; a extracção, beneficiamento, industrialização e comercialização de minerais; o fabrico e prestação de serviços de betonagem; a exploração de actividades florestais mediante a elaboração, execução e/ou administração de projectos de empreendimentos florestais próprios ou de terceiros; exploração e produção agropecuária; a administração de bens próprios; a prestação de serviços de consultadoria gerencial; prestação de serviços de destruição (queima) de resíduos industriais; a participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras, como sócio ou accionista.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	184.058	156.582
Dívida Financeira (líq.)	-41.835	- 55.097
Capitais Próprios	205.553	179.221
Volume de Negócios	160.303	141.381
Cash Flow Operacional	35.998	50.801
Resultados Operacionais	16.749	58.742
Resultados Financeiros	-2.496	- 2.831
Resultados Líquidos	9.950	24.043

Brasil



Companhia Paraíba de Cimento Portland-CIMEPAR

Sede Social

Fazenda da Graça, s/n
Ilha do Bispo
Cidade de João Pessoa
CEP 58011-290
Estado de Paraíba - BRASIL
Telef: 55 83 241 12 99
Fax: 55 83 241 62 67
CNPJ: 10.804.300/0001-87

Direcção

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Director Presidente*
Luiz Carlos Romero Fernandes - *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira - *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira - *Director*

Contacto

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Administrador*

E-mail – Alencastre@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Indústria e comércio de cimento, cal e seus subprodutos; a exploração de indústrias mineiras e vegetais necessárias aos seus fins e a eles pertinentes; a exploração de actividade agrícolas; a incineração de resíduos industriais; a importação e exportação; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou accionista.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	51.594	42.611
Dívida Financeira (líq.)	-46.955	- 26.272
Capitais Próprios	128.307	117.230
Volume de Negócios	42.185	36.752
Cash Flow Operacional	18.066	16.861
Resultados Operacionais	14.792	21.993
Resultados Financeiros	8.607	10.385
Resultados Líquidos	20.206	23.206

Companhia de Cimento ATOL

Sede Social

Fazenda São Sebastião, s/n
Município de São Miguel dos Campos
Estado de Alagoas
CEP 57240-000 BRASIL
Telef: 55 82 271 12 05
Fax: 55 82 271 16 70
CNPJ: 09.934.407/0001-60

Direcção

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Director Presidente*
Luiz Carlos Romero Fernandes – *Director*
João Pedro Neto de Avelar Ghira - *Director*
José Abel Pinheiro Caldas de Oliveira - *Director*

Contacto

Alexandre Roncon Garcez de Lencastre - *Administrador*

E-mail – Alencastre@cimpor.pt

Domínio de Actividade

Mineração em geral, o beneficiamento e a industrialização de calcário, argila, caulino e associados, a fabricação e a comercialização de cimentos de qualquer tipo e a incineração de resíduos industriais, podendo importar e exportar o que for necessário ou conveniente ao exercício ou expansão das suas actividades, assim como a participação em outras sociedades, qualquer que seja o seu objecto ou localização, no país ou no exterior.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	30.323	32.932
Dívida Financeira (líq.)	-20.409	- 8.077
Capitais Próprios	136.021	57.477
Volume de Negócios	24.544	20.988
Cash Flow Operacional	8.867	10.395
Resultados Operacionais	6.244	13.785
Resultados Financeiros	6.835	1.065
Resultados Líquidos	13.012	11.434

Moçambique



Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.

Sede Social

Avª. 24 de Julho nº 7 – 9º/10º Andar
MAPUTO
Telef: 258 21 48 25 00/6
Fax's: 258 21 48 78 68/9

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc - *Presidente*
Hermes Santos Silva
Pieter Karl Strauss
Francisco Ilídio da Rocha Diniz
Luis Henrique Marques Vidal Nabais
Vitória Dias Diogo
Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Contacto

Pieter Karl Strauss
E-mail – Pieter.strauss@za.cimpor.com
Hermes Santos Silva
E-mail – hsilva@mz.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção, distribuição e comercialização de cimento e outros ligantes hidráulicos e seus derivados, podendo exercer igualmente actividades conexas com aquelas, nomeadamente a fabricação, distribuição e venda de cal hidráulica, agregados e betões, artefactos de cimento e outros materiais de construção e, bem assim, investigação e prestação de serviços.

África do Sul



NPC – Natal Portland Cement (Pty), Lda.

Sede Social

199 Coedmore Road, Bellair
Durban
South Africa
Telef: 27 31 450 44 11
Fax: 27 31 451 90 10
NIPC: 1960/001051/07

Conselho de Administração

Manuel Luís Barata de Faria Blanc – *Presidente*
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Luís Filipe Sequeira Martins
Pieter Karl Strauss

Contacto

Pieter Karl Strauss
E-mail – Pieter.strauss@za.cimpor.com

Domínio de Actividade

Produção de todos os tipos de cimento, assim como de clínquer, escórias e outros materiais de construção, comercialização, transporte e venda dessa produção e de quaisquer outras matérias-primas na República da África do Sul ou no estrangeiro.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	18.746	49.097
Dívida Financeira (líq.)	1.205	8.645
Capitais Próprios	25.905	39.632
Volume de Negócios	47.126	44.621
Cash Flow Operacional	6.545	7.062
Resultados Operacionais	6.131	4.203
Resultados Financeiros	-688	-4.708
Resultados Líquidos	4.403	-2.788

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	29.363	63.368
Dívida Financeira (líq.)	-17.367	-3.213
Capitais Próprios	108.971	77.446
Volume de Negócios	108.802	85.272
Cash Flow Operacional	38.823	38.660
Resultados Operacionais	32.308	37.326
Resultados Financeiros	-620	-185
Resultados Líquidos	22.270	24.058

Cabo Verde



Cimentos de Cabo Verde, S.A.

Sede Social

Estrada de Tira Chapéu, C.P. 14/A
Praia - Santiago
Cabo Verde
Telef: 260 31 10
Fax: 261 20 86
NIPC: 200 117 840

Conselho de Administração

José Leonel da Silva Neto – *Presidente*
Rui Bebiano de Sá Viana Rebelo
Paulo Jorge Lima Veiga
José Manuel Henriques Guerreiro Nunes
António Luís Semedo


Contacto

Rui Bebiano de Sá Viana Rebelo
E-mail – RRebello@cimentoscv.com

Domínio de Actividade

Produção de cimento e outros aglomerantes, utilizando matéria-prima e recursos naturais existentes em Cabo Verde; moagem de clínquer ou de outros produtos ligados à produção de cimento e outros agentes aglomerantes; importação, comercialização, exportação e reexportação de cimento e outros agentes aglomerantes em saco ou a granel e prestação de serviços de descarga e de ensacamento de cimento, de outros agentes aglomerantes e de outros produtos a granel.

Principais Valores (m Eur)	2005	2004
Capitais Empregues	3.222	
Dívida Financeira (líq.)	313	
Capitais Próprios	2.822	
Volume de Negócios	12.460	
Cash Flow Operacional	1.218	
Resultados Operacionais	663	
Resultados Financeiros	-64	
Resultados Líquidos	398	



Relatório e Contas Holding
2005



Índice

Relatório e Contas do Exercício de 2005 (*Holding*)

3	I – Relatório de Gestão
4	1. Síntese da Actividade
4	2. Informações Legais
5	3. Eventos Subsequentes
5	4. Perspectivas para 2006
5	5. Proposta de Aplicação de Resultados
7	II – Documentos de Prestação das Contas da <i> Holding </i>
8	- Balanços
10	- Demonstrações dos Resultados por Naturezas
12	- Demonstrações dos Resultados por Funções
13	- Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Anexo
16	- Anexo às Demonstrações Financeiras
44	- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
46	- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
48	- Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual



1
Relatório e Contas Holding
Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., faz ampla referência a todos os aspectos relativos não só ao Governo da Sociedade como, também, à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

1. Síntese da Actividade

O Volume de Negócios da Sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, em 2005, em aproximadamente 5,1 milhões de euros. Em relação ao ano anterior, e tal como já sucedera neste último, aquele valor reflecte uma redução de perto de 30%, justificada pela transferência adicional de um conjunto de serviços para outras empresas do Grupo, constituídas especialmente para esse efeito, designadamente a CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., e a CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A..

Pela mesma ordem de razões, os custos operacionais, antes de amortizações e provisões, foram inferiores em cerca de 32% aos registados em 2004, totalizando 11,7 milhões de euros.

Quanto aos Resultados Financeiros, dado o incremento (em mais de 50%) dos ganhos em empresas do Grupo e associadas (obtidos por aplicação do método da equivalência patrimonial), aumentaram em aproximadamente 71 milhões de euros. Aumento este que, no entanto, foi praticamente anulado pelo facto de os Resultados Extraordinários haverem sido, em 2005, ligeiramente negativos, quando, no ano anterior, ultrapassaram os 65 milhões de euros positivos.

Assim, os Resultados Líquidos do exercício não se afastaram substancialmente dos registados em 2004, cifrando-se em 187,7 milhões de euros.

2. Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social;
- No início de 2005, a CIMPOR detinha em carteira 4.751.960 acções próprias, tendo alienado, durante o ano, a diversos colaboradores do Grupo e ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição

de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. do capítulo I do Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada, um total de 884.660 acções, aos seguintes preços unitários:

Número de Acções	Preço (euros)
163.500	3,21
4.750	3,70
184.330	2,84
243.880	3,20
288.200	3,30

- Não tendo procedido a quaisquer aquisições durante o exercício, a CIMPOR, no final do mesmo, detinha em carteira 3.867.300 acções próprias, representativas de 0,58% do respectivo capital social;
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

3. Eventos Subsequentes

Para além dos factos referidos no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo CIMPOR, não se verificaram, após o termo do exercício de 2005, quaisquer outros eventos que justifiquem especial menção.

4. Perspectivas para 2006

Apesar das expectativas existentes para o mercado português, em termos de evolução do consumo de cimento, não serem especialmente favoráveis e de não se perspectivar ainda uma recuperação significativa dos preços de venda no mercado brasileiro, o crescimento dos mercados do norte e sul de África onde o Grupo está presente e o incremento da actividade de *trading* permitem encarar com optimismo o ano de 2006.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2005 cifrou-se, em termos individuais, em 187.718.321,94 euros.

No respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo, propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos:

- um montante de 9.400.000,00 euros, correspondente a 5% do resultado líquido, para reforço da Reserva Legal;
- mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos, uma quantia de 2.750.000 euros para atribuição de gratificações aos administradores e restantes colaboradores que, no final de Dezembro de 2005, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.;
- um total de 127.680.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,19 euros por acção (mais 5,6% que no ano transacto);
- a importância sobrante (47.888.321,94 euros) para Resultados Transitados.

Lisboa, 17 de Abril de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Árias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta



Relatório e Contas Holding

2

Documentos de Prestação
das Contas

Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(montantes expressos em milhares de euros)

Activo	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409	-	2.409	2.409
Edifícios e outras construções	10 e 13	8.846	(4.982)	3.863	4.040
Equipamento básico	10 e 13	3.095	(3.019)	76	72
Equipamento de transporte	10 e 13	230	(214)	16	11
Equipamento administrativo	10 e 13	5.358	(5.035)	323	362
Imobilizações em curso	10	-	-	-	33
		19.938	(13.250)	6.687	6.927
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes capital em empresas do grupo	10 e 16	1.226.812	-	1.226.812	943.890
Titulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	4.124	(4.051)	73	73
		1.230.936	(4.051)	1.226.885	943.963
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa	23	5.661	(5.661)	-	-
Outros accionistas	23	283	(283)	-	-
Outros devedores	23	332	(328)	5	8
		6.276	(6.272)	5	8
CIRCULANTE:					
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Empresas do grupo	16	35.017	-	35.017	75.295
Empresas participadas e participantes		7	-	7	-
Adiantamentos a fornecedores		21	-	21	21
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3	-	3	3
Estado e outros entes públicos	48	1.365	-	1.365	2.421
Outros devedores	25	69	-	69	37.378
		36.483	-	36.483	115.117
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:					
Depósitos bancários		916		916	8.428
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Custos diferidos	49	58.113		58.113	248
Activos por impostos diferidos	6	493		493	10.833
		58.606		58.606	11.081
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			(13.250)		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS			(10.323)		
TOTAL DO ACTIVO		1.353.154	(23.572)	1.329.582	1.085.523

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

Capital próprio e passivo	Notas	2005	2004
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	40	672.000	672.000
Acções próprias:			
Valor nominal	40	(3.867)	(4.752)
Descontos e prémios	40	(8.929)	(10.782)
Ajustamentos de partes de capital em			
Empresas filiais e associadas	40	196.007	18.408
Reservas de reavaliação	40	1.895	1.938
Reserva legal	40	85.800	76.500
Outras reservas	40	173.932	173.873
Resultados transitados	40	(138.012)	(142.741)
Resultado líquido do exercício	40	187.718	185.909
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.166.545	970.352
PASSIVO:			
PROVISÕES:			
Provisões para impostos	6 e 34	79.786	69.542
Outras provisões	34	3.672	3.974
		83.458	73.516
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Dívidas a instituições de crédito	50	5.000	-
Outros empréstimos obtidos	50	-	249
		5.000	249
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Fornecedores conta corrente		464	364
Fornecedores, facturas em recepção e conferência		1	-
Empresas do grupo	16	224	38.552
Outros empréstimos obtidos	50	249	249
Estado e outros entes públicos	48	14.221	702
Outros credores		136	11
		15.295	39.878
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de custos	49	58.959	1.187
Passivos por impostos diferidos	6 e 13	326	340
		59.285	1.527
TOTAL DO PASSIVO		163.037	115.171
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.329.582	1.085.523

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
 Eng. Jean Carlos Angulo
 Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
 Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
 José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre
 Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
 Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
 Dr. Vicente Arias Mosquera
 Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(montantes expressos em milhares de euros)

Custos e Perdas	Notas	2005		2004	
Fornecimentos e serviços externos			4.089		7.205
Custos com o pessoal:					
Remunerações		5.769		7.055	
Encargos sociais:					
Pensões		130		126	
Outros		1.619	7.518	2.632	9.812
Amortizações do imobilizado corpóreo	10	268		281	
Provisões	34	11.995	12.263	6.121	6.402
Impostos		63		73	
Outros custos e perdas operacionais		42	105	53	126
(A)			23.975		23.546
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	5		3	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo		955		214	
Outros	45	3.953	4.913	1.776	1.993
(C)			28.889		25.539
Custos e perdas extraordinários	46		466		3.802
(E)			29.354		29.341
Imposto s/rendimento do exercício	6		(4.723)		(6.265)
(G)			24.631		23.076
Resultado líquido do exercício			187.718		185.909
			212.349		208.985

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

Proveitos e Ganhos	Notas	2005		2004	
Prestação de serviços	16 e 44		5.113		7.283
Proveitos suplementares	16	1.554		852	
Reversões de amortizações e ajustamentos (B)		143	1.697	105	957
			6.809		8.240
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	203.186		130.377	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo		2.071		404	
Outros (D)	45	230	205.487	473	131.254
			212.296		139.494
Proveitos e ganhos extraordinários	46		53		69.491
	(F)		212.349		208.985
Resultados operacionais:	(B)-(A) =		(17.166)		(15.306)
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A) =		200.574		129.261
Resultados correntes:	(D)-(C) =		183.408		113.955
Resultados antes de impostos:	(F)-(E) =		182.995		179.644
Resultado líquido do exercício:	(F)-(G) =		187.718		185.909

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
 Eng. Jean Carlos Angulo
 Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
 Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
 José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre
 Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
 Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
 Dr. Vicente Arias Mosquera
 Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações dos Resultados por Funções

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	16 e 44	5.113	7.283
Resultados brutos		5.113	7.283
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.733	960
Custos administrativos		(11.875)	(17.299)
Outros custos e perdas operacionais		(12.201)	(7.964)
Resultados operacionais		(17.230)	(17.020)
Custo líquido de financiamento		743	(481)
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	45	203.181	130.374
Resultados não frequentes		(3.698)	66.771
Resultados correntes		182.995	179.644
Impostos sobre os resultados correntes	6	4.723	6.265
Resultados líquidos		187.718	185.909
Resultados por acção (Euros)		0,28	0,28

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
 Eng. Jean Carlos Angulo
 Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
 Dr. Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte
 José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre
 Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
 Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
 Dr. Vicente Arias Mosquera
 Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		443	188
Pagamentos a fornecedores		(4.387)	(9.486)
Pagamentos ao pessoal		(9.926)	(13.276)
Fluxos gerados pelas operações		(13.870)	(22.574)
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		32.273	40.195
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		8.350	7.141
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		26.752	24.763
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		30	-
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(55)	(8)
Fluxos das actividades operacionais	(1)	26.728	24.754
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	1	59.734	208.460
Imobilizações corpóreas		115	101
Juros e proveitos similares		14.499	11.835
Dividendos	2	111.255	15.666
		185.603	236.062
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3	(90.636)	(6.715)
Imobilizações corpóreas		-	(138)
Fluxos das actividades de investimento	(2)	94.967	229.210
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos	4	5.000	12.500
Venda de acções próprias		2.785	1.687
Empréstimos relativos a empresas do grupo	5	64.000	101.000
		71.785	115.187
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos	4	(249)	(92.401)
Juros e custos similares		(16.358)	(19.192)
Dividendos		(120.299)	(113.465)
Empréstimos relativos a empresas do grupo	5	(64.000)	(136.400)
Fluxos das actividades de financiamento	(3)	(129.122)	(246.272)
Varição de caixa e seus equivalentes	(4)=(1)+(2)+(3)	(7.427)	7.692
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		8.428	1.783
Efeito das diferenças de câmbio		(84)	(1.047)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		916	8.428

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
 Eng. Jean Carlos Angulo
 Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
 Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
 José Manuel Baptista Fino

Dr. Jacques Lefèvre
 Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
 Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
 Dr. Vicente Arias Mosquera
 Dr. José Enrique Freire Arteta

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

1. Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

a) Reembolso de prestações acessórias de capital:

	Valores recebidos no exercício
CIMPOR Finance, Limited	9.721

b) Alienações de filiais:

CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.	37.000
CIMPOR Finance, Limited	13.000
Amreyah Cement Company	13
	<u>50.013</u>
	59.734

2. Dividendos recebidos

	Valores recebidos no exercício
CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.	111.250
CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.	5
	<u>111.255</u>

3. Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Aquisições e aumento de capital de filiais e outras participações financeiras:

	Valores pagos no exercício
CIMPOR Inversiones, S.L.	90.636

4. Empréstimos de financiamento

	Moeda	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
Banco Santander	EUR	5.000	-
ICEP	EUR	-	249
		5.000	249

5. Empréstimos concedidos e obtidos relativos a empresas do Grupo

	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício
CIMPOR - Indústria de Cimentos, S.A.	22.000	60.000
CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.	39.000	1.000
CIMPOR Portugal, SGPS, S. A.	3.000	3.000
	64.000	64.000

6. Outras informações:

a) Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efectuados por conta do grupo fiscal.

b) Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tem como política apoiar financeiramente as empresas suas participadas, para que tenham uma correcta cobertura financeira das suas necessidades, cujos movimentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

Nota Introdutória

A CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de CIMPOR - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto, África do Sul e Cabo Verde ("Grupo CIMPOR"), nas áreas de produção e comercialização de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas.

A Empresa detém as suas participações financeiras distribuídas, essencialmente, por duas Sub-*Holdings*; (i) a CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., que concentra, basicamente, as participações nas sociedades da Área de Negócios de Portugal; e, (ii) a CIMPOR Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

2. Contas não Comparáveis com o Exercício Anterior

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

3. Principais Critérios Contabilísticos e Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, não reflectindo o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

Nos termos da legislação em vigor, a Empresa apresenta demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e Associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 14

b) Investimentos financeiros

Participações financeiras em empresas do Grupo e Associadas

As participações financeiras em empresas do Grupo e Associadas estão registadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial;
- as participações são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 45) e por outras variações ocorridas nos capitais próprios, por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital (Nota 40);
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem valores significativos são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

Trespases (Goodwill) de aquisição

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespases representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespases apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespases são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Outros investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de um ajustamento para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável.

c) Activos e passivos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas":

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;

— diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

d) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo assumiram responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos dessas responsabilidades e dos correspondentes custos nas referidas empresas participadas encontram-se reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vínculo contratual à CIMPOR - Indústria de Cimentos, S.A. ("CIMPOR Indústria"), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos com pensões são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

e) Imposto sobre o rendimento

O montante a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base nos resultados contabilísticos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

f) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de valor do imobilizado, gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

g) Provisões e ajustamentos

As provisões e os ajustamentos são constituídos pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

h) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

i) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, sendo que não são contratados instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas em “Outras reservas” na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de “cash-flow”, são registadas como “Reserva de conversão cambial” na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como “Reserva de conversão cambial”.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os efeitos patrimoniais da contabilização destes instrumentos nas empresas do Grupo que os contratam encontram-se reflectidos na rubrica de “Investimentos financeiros - Partes de capital em empresas do grupo”, por via da aplicação do método de equivalência patrimonial.

4. Câmbios

As cotações utilizadas para actualização das dívidas activas e passivas em moeda estrangeira, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram as seguintes:

Divisa	2005	2004
USD	1,1797	1,3621
MAD	10,9097	11,2196
CHF	1,551	1,5429
BRL	2,744	3,6147
TND	1,6082	1,6352
MZM	28024,4	25314,4
GBP	0,6853	0,70505
EGP	6,77	8,2679
ZAR	7,4642	7,6897

6. Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo, neste caso, uma taxa agregada de 27,5%.

À Empresa e às suas participadas detidas em pelo menos 90%, sedeadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em IRC, à taxa normal mais elevada, aplica-se o regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da revisão/inspecção daquelas declarações de imposto por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 2001, surgiram liquidações adicionais de impostos, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado vigente até 2000 e posteriormente ao RETGS, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do activo imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de reclamações gratuitas e/ou impugnações judiciais.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto, até ao exercício de 2001, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Por forma a que as demonstrações financeiras reflectam estas situações, a Empresa tem constituído uma provisão de 79.786 milhares de euros, dos quais 42.919 milhares de euros (Nota 34) correspondem às referidas liquidações, incluindo uma estimativa para os anos ainda não revistos (2002 a 2005), correspondendo o restante a outras correcções e juros.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais podem ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	182.995	
Diferenças temporárias	33	
Diferenças permanentes	(189.042)	
	(6.014)	
Encargo normal de imposto		(1.654)
Tributações autónomas		12
		(1.642)
Imposto diferido por reversão de diferenças temporárias no período		(9)
Contingências fiscais (Nota 34)		749
Correcção de exercícios anteriores		(618)
Ajustamento do imposto do grupo fiscal e outros		(3.202)
		(4.723)

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, os efeitos da equivalência patrimonial e o acréscimo de provisões que nunca serão custo fiscal.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Resultados líquidos	Transferências de rubricas	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Ajustamento de dívidas a receber	477	(5)	-	472
Provisões	21	-	-	21
Prejuízos fiscais reportáveis	10.335	-	(10.335)	-
	10.833	(5)	(10.335)	493
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaliações de imobilizações corpóreas	340	(14)	-	326

7. Número Médio de Pessoal

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa teve ao seu serviço, em média, 60 empregados, dos quais 42 em regime de cedência pela CIMPOR - Indústria de Cimentos, S.A..

10. Movimentos Ocorridos no Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Diminuições	Transferências e abates	
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2.409	-	-	-	-	2.409
Edifícios e outras construções	8.843	-	2	-	-	8.846
Equipamento básico	3.051	-	11	-	33	3.095
Equipamento de transporte	319	-	18	(107)	-	230
Equipamento administrativo	5.601	-	-	-	(243)	5.358
Imobilizações em curso	33	-	-	-	(33)	-
	20.256	-	31	(107)	(243)	19.938
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	943.890	214.478	90.646	(22.201)	-	1.226.812
Títulos e outras aplicações financeiras	4.124	-	-	-	-	4.124
	948.014	214.478	90.646	(22.201)	-	1.230.936

Rubricas	Amortizações e ajustamentos			Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	4.804	178	-	4.982
Equipamento básico	2.978	40	-	3.019
Equipamento de transporte	308	10	(105)	214
Equipamento administrativo	5.239	39	(243)	5.035
	13.330	268	(348)	13.250
Investimentos financeiros:				
Titulos e outras aplicações financeiras	4.051	-	-	4.051

O aumento dos investimentos financeiros, ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, inclui:

(i) Aquisição de 5.227.000 acções da CIMPOR Inversiones, S.A.	90.636
(ii) Aquisição de 3.000 acções da Amreyah Cement Company, S.A.E.	9
	90.646

As diminuições de partes de capital em empresas do Grupo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, são explicadas pelo seguinte:

- Alienação, à CIMPOR Inversiones, S.A., da totalidade do capital da CIMPOR Finance Limited, cujo valor contabilístico ascendia a 13.366 milhares de euros;
- Alienação, à Corporacion Noroeste, S.A., de 3.000 acções, correspondentes a 0,005% do capital da Amreyah Cement Company, S.A.E., cujo valor contabilístico ascendia a 9 milhares de euros;
- Devolução de prestações suplementares efectuadas pela CIMPOR Finance Limited, no valor de 8.826 milhares de euros.

A aplicação do método da equivalência patrimonial, em 31 de Dezembro de 2005, aos investimentos financeiros em empresas do Grupo teve o seguinte impacto:

	Ganhos/ (perdas) em emp.grupo (Nota 45)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Provisões (Nota 34)	Total
Cement Services Company	(5)	10	(5)	-	-
CIMPOR Egypt for Cement	1	2.805	-	(2.802)	4
CIMPOR Financial Operations, B.V.	575	-	-	-	575
CIMPOR Inversiones, S.A.	91.717	119.862	-	-	211.580
CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.	109.606	2.677	(111.250)	-	1.032
CIMPOR Reinsurance, S.A.	1.053	-	-	-	1.053
CIMPOR Tec, S.A.	79	-	-	-	79
Kandmad, SGPS, Lda.	155	-	-	-	155
	203.181	125.354	(111.255)	(2.802)	214.478

Os ajustamentos de partes de capital relativos à CIMPOR Inversiones incorporam: (i) efeito da adopção das disposições do IAS 39 relativamente a contabilidade de cobertura e registo de instrumentos financeiros derivados; e, (ii) efeito da conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira.

12. Reavaliação do Activo Imobilizado Corpóreo

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

13. Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e da correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2005, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359	2.050	2.409
Edifícios e outras construções	919	2.945	3.863
Equipamento básico	76	-	76
Equipamento de transporte	16	-	16
Equipamento administrativo	303	20	323
	1.674	5.015	6.687

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 326 milhares de euros (Nota 6).

16. Empresas do Grupo , Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2005, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Empresas do Grupo	Capital	Percentagem participação	Capital próprio	Resultado líquido	Valor do balanço
Partes de capital em empresas do grupo:					
CIMPOR Inversiones, S.A.	522.700.000	100	554.363	23.665	790.667
CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.	125.000.000	100	435.795	85.574	421.771
CIMPOR Reinsurance, S.A.	1.225.000	95	11.178	2.275	7.678
Kandmad, SGPS, Lda.	5.000	85	13.033	990	4.433
CIMPOR Financial Operations, B.V.	18.500	100	1.577	44	2.084
CIMPOR Tec - Eng. e Serviços Téc. de Apoio ao Grupo, S.A.	50.000	100	103	53	129
Cement Services Company (EGP)	250.000	45	106	12	47
CIMPOR Egypt For Cement (EGP)	2.468.919.536	-	313.865	21.910	4
					1.226.812
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.					4.050
ICDS - Ind. Con. D. Services					41
Ambelis, S.A.					20
APOR - Agência para a Modernização do Porto, S.A.					12
Nefele - Cª.Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.					1
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.					1
					4.124
Total de investimentos financeiros					1.230.936

Nota: O capital das empresas participadas está expresso nas moedas dos países respectivos.

O valor de balanço das partes de capital em empresas do Grupo corresponde à participação nos patrimónios das empresas indicadas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespasses gerados na aquisição.

Os principais saldos com empresas do Grupo, em 31 de Dezembro de 2005, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no exercício findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

	Saldos			Transacções	
	Empresas do grupo, saldos devedores	Fornecedores, conta corrente	Empresas do grupo, saldos credores	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Agrepor Agregados, S.A.	88	-	-	-	89
Alempedras, Sociedade de Britas, Lda.	2	-	-	-	2
Betaçor-Fab. Bet. Artef. Cimento, S.A.	3	-	-	-	3
Betão Liz, S.A.	107	-	-	-	107
Cecisa Comércio Internacional, S.A.	25	-	-	-	25
Celfa, S.A.	4	-	-	-	4
Cement Trading Activities, S.A.	18	-	-	-	18
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	31	-	-	-	31
Cimadjuvantes, Lda.	2	-	-	-	1
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	52	-	-	-	52
Cimentos de Moçambique, SARL	-	-	-	-	6
CIMPOR - Indústria Cimentos, S.A.	1.004	-	175	4.650	1
CIMPOR Betão -Indústria Betão Pronto, S.A.	176	-	-	-	176
CIMPOR Egypt for Cement, S.A.E.	48	-	-	-	-
CIMPOR Finance Limited	48	-	-	-	-
CIMPOR Imobiliária, S.A.	14	-	-	-	14
CIMPOR Internacional, SGPS, S.A.	12	-	1	60	-
CIMPOR Inversiones, SL	2.957	-	-	373	34
CIMPOR Investimentos, SGPS, S.A.	6	-	-	30	-
CIMPOR Portugal, SGPS, S.A.	29.731	-	-	-	2
CIMPOR Serviços Apoio à Gestão Empresas, S.A.	222	253	48	-	19
CIMPOR Tec, S.A.	40	-	-	-	53
Fornecedora de Britas do Carregado, S.A.	13	-	-	-	14
Geofer - Prod.Com.de Bens Equip., S.A.	176	-	-	-	176
Ibera, S.A.	4	-	-	-	4
Imopar, SARL	11	-	-	-	-
Jomatel-Emp. Mat. Construção, S.A.	28	-	-	-	28
Mossines, S.A.	62	-	-	-	62
Prescor, S.A.	-	-	-	-	7
Sacopor-Soc Emb e Sacos de Papel, S.A.	35	-	-	-	35
Scanang, Lda	23	-	-	-	-
Société des Ciments de Jbel Oust	56	-	-	-	70
Transviária - Gestão de Transpores, S.A.	17	-	-	-	17
	35.017	253	224	5.113	1.050

O saldo a receber da CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., inclui 29.699 milhares de euros relativos ao IRC estimado a receber no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

21. Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Ajustamentos do Activo

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos:

Rubricas	Ajustamentos			Saldo final
	Saldo inicial	Utilização	Reversão	
Dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	5.984	(180)	(143)	5.661
Outros devedores/accionistas	611	-	-	611
	6.593	(180)	(143)	6.272

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, de 6.272 milhares de euros, as quais se encontravam ajustadas no valor estimado da sua não realização (Nota 21).

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 57 milhares de euros relativos a abonos a regularizar, que incluem 48 milhares de euros de empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 153 milhares de euros.

31. Compromissos Financeiros

Pensões de reforma e assistência na doença

Conforme mencionado na Nota 3 e), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.

As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas respectivas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Em 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades com serviços passados perante empregados no activo e reformados ascendem a 113.051 milhares de euros, dos quais 79.646 milhares de euros estão financiados por fundos de pensões constituídos para o efeito.

As responsabilidades não financiadas, no montante de 33.405 milhares de euros, encontram-se registadas no passivo das respectivas empresas.

Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da Empresa e no valor dos seus investimentos financeiros.

Outros compromissos - investimentos e serviços

De referir a existência de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências, sendo os mais relevantes os oriundos das Áreas de Negócios do Egipto (15.020 milhares de euros), Portugal (9.283 milhares de euros), e Marrocos (3.524 milhares de euros).

Em 1 de Janeiro de 2004, foi celebrado um contrato de prestação de serviços entre a Empresa e a CIMPOR Serviços, S.A., que tem por objecto a prestação de serviços nas áreas administrativa, financeira, contabilística e dos recursos humanos. Este contrato implica um compromisso anual de 600 milhares de euros.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

Outros compromissos - cartas de conforto

As cartas de conforto prestadas, relativamente a operações de financiamento das empresas do Grupo, são as seguintes:

CIMPOR Inversiones, S.A.	344.710
CIMPOR Indústria de Cimentos, S.A.	60.000
Amreyah Cement Company, S.A.E.	19.363
Amreyah Cimpore Cement Company, S.A.E.	16.187
CIMPOR Cimentos do Brasil, LTDA	11.594
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	4.953
Imopar, S.A.R.L.	2.180
Ciarga – Argamassas Secas, S.A.	625
Cimento Atol, LTDA	16
	459.628

32. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2005, a responsabilidade da Empresa por garantias bancárias prestadas totaliza 59.999 milhares de euros e estas respeita essencialmente a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos, cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para contingências fiscais.

34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para:				
Contingências fiscais	69.542	10.244	-	79.786
Outros riscos e encargos (Nota 10)	3.974	2.500	(2.802)	3.672
	73.516	12.744	(2.802)	83.458

As provisões para contingências fiscais cuja natureza é explicada na Nota 6, tiveram os seguintes impactos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005:

Provisão do exercício	9.495
Contingências fiscais (Nota 6)	749
	10.244

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

37. Identificação das Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital Subscrito

Em 31 de Dezembro de 2005, a Teixeira Duarte, SGPS, S.A., nos termos apresentados a seguir, constitui-se como a única entidade com mais de 20% do capital subscrito:

Accionistas	Nº de acções	Percentagem do capital	Percentagem dos direitos de voto (1)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (2)	151.112.489	22,49	22,62
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	166.755	0,02	0,02
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	150.866.795	22,45	22,58
Por si	64.000.000	9,52	9,58
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	561.795	0,08	0,08
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	86.305.000	12,84	12,92
Através da sociedade por si dominada Tedal, SGPS, S.A.	67.205.000	10,00	10,06
Através da sociedade por si dominada TDCIM, SGPS, S.A.	19.100.000	2,84	2,86
Através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, por si participada directamente, TDG, SGPS, S.A.	78.939	0,01	0,01

1) Considerando as 3.867.300 acções próprias em carteira em 31 de Dezembro de 2005.

(2) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e da TDG, SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM).

39. Reservas de Reavaliação

No exercício em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica “Resultados transitados” de 42 milhares de euros, correspondente aos bens alienados ou amortizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

40. Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Capital Próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação dos resultados	Movimento de acções próprias	Reclassificação reserva reavaliação	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000	-	-	-	-	-	672.000
Acções próprias	(15.534)	-	2.738	-	-	-	(12.796)
Ajust. de partes de capital empresas grupo	18.408	-	-	-	177.599	-	196.007
Reservas de reavaliação (Nota 13)	1.938	-	-	(42)	-	-	1.895
Reserva legal	76.500	9.300	-	-	-	-	85.800
Outras reservas	173.873	-	60	-	-	-	173.932
Resultados transitados	(142.741)	53.810	-	42	(49.123)	-	(138.012)
Resultado líquido do exercício	185.909	(185.909)	-	-	-	187.718	187.718
	970.352	(122.799)	2.798	-	128.476	187.718	1.166.545

Reserva de reavaliação:

Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

Reserva legal:

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

A coluna das “Outras variações” inclui: (i) a transferência de “Resultados transitados” para “Ajustamentos de partes de capital” dos resultados obtidos e não distribuídos pelas empresas participadas, cujos investimentos financeiros estão registados pelo método da equivalência patrimonial; (ii) ajustamentos ao valor dos investimentos financeiros decorrentes de variações patrimoniais nas empresas participadas não justificadas pelos respectivos resultados (Nota 10); e, (iii) diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que, na prática, constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Notas 3 c) e 6).

Aplicação de resultados:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2005, o resultado líquido do exercício de 2004 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	120.960
Gratificações a empregados	2.500
Resultados transitados	53.149
Reserva legal	9.300
	185.909

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 661 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

Acções próprias:

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registados em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 884.660 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 2.738 milhares de euros, de que resultou um aumento em “Outras reservas” de 60 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2005, a CIMPOR detinha um total de 3.867.300 acções próprias.

43. Órgãos Sociais - Remunerações

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram como segue:

	Remunerações
Conselho de Administração	1.666
Conselho Fiscal	47
Total	1.718

44. Prestações de Serviços

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).

45. Demonstrações dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Juros suportados	1.084	890
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	5	3
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.416	666
Outros custos e perdas financeiros	407	434
	4.913	1.993
Resultados financeiros	200.574	129.261
	205.487	131.254
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	2.234	843
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	203.186	130.377
Diferenças de câmbio favoráveis	67	34
	205.487	131.254

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Donativos	80	3
Perdas em imobilizações	366	2.085
Correcções de exercícios anteriores	-	19
Outros custos e perdas extraordinários	20	1.695
	466	3.802
Resultados extraordinários	(413)	65.689
	53	69.491
Proveitos e ganhos:		
Recuperação de dívidas	10	3
Ganhos em imobilizações	7	69.485
Outros proveitos e ganhos extraordinários	36	3
	53	69.491

48. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.333	13.987
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	32	103
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	46
Contribuições para a Segurança Social	-	85
	1.365	14.221

49. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Custos diferidos	
Instrumentos financeiros (Nota 51)	57.869
Outros	244
	58.113
Acréscimos de custos	
Instrumentos financeiros (Nota 51)	57.869
Remunerações a liquidar	944
Outros	146
	58.959

50. Financiamentos

Os financiamentos, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, podem ser apresentados como segue:

	2005	2004
Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	5.000	249
Curto prazo:		
Outros empréstimos obtidos	249	249
	5.249	498

O financiamento classificado a médio e longo prazo em 31 de Dezembro de 2005, vence-se na totalidade em 2008.

51. Instrumentos Financeiros Derivados

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, a CIMPOR Holding procede à contratação de um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxas de juro e de câmbio, a que se encontra exposta através da sua participação CIMPOR Inversiones.

Para o efeito, a CIMPOR Holding e a CIMPOR Inversiones assinaram um contrato nos termos da ISDA (*International Swaps and Derivatives Association*), que regula as operações de instrumentos derivados contratados entre ambas. Neste sentido, as posições de cobertura existentes entre a CIMPOR Holding e as contrapartes formais (instituições financeiras) são replicadas com a CIMPOR Inversiones, passando esta a ser a detentora de direitos e obrigações em relação às posições contratadas. Por este meio, são criados activos/passivos na CIMPOR Holding, que são mero reflexo das posições simétricas mantidas com as instituições financeiras e com a CIMPOR Inversiones.

A CIMPOR Holding procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a carteira de activos e passivos do Grupo e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, ao nível da CIMPOR Inversiones, é efectuado em observância às disposições do IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são efectivos no que respeita ao efeito de anulação das variações de justo valor ou "cash-flows" dos activos/passivos subjacentes. A efectividade de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de *cash-flow*;
- Coberturas de investimento líquido numa entidade estrangeira.

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos são registadas na demonstração de resultados. O activo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respectivas variações registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de "cash-flows" são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio de compras ou vendas futuras de determinados activos e também os "cash-flows" associados ao risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de "cash-flows" é reconhecida em capitais próprios, enquanto a parte não efectiva é imediatamente registada na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira, são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais, resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destas operações de cobertura são registadas nos capitais próprios, até que o investimento objecto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (*trading*) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não são efectivos do ponto de vista da cobertura de acordo com o estabelecido no IAS 39.

Os efeitos reconhecidos ao nível das demonstrações financeiras da CIMPOR Inversiones repercutem-se nas demonstrações financeiras da Empresa por meio da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2005, a CIMPOR Inversiones tem reconhecidos os seguintes passivos, correspondentes ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

Coberturas de <i>cash-flow</i>	
Swaps de taxa de juro	466
<i>Trading</i>	
Derivados de taxa de juro	57.403
	57.869

52. Plano de Opções de Compra de Acções

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 27 de Abril de 2005, foram aprovados pelos accionistas um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição aos beneficiários do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros, em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*, a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas), ao mesmo preço.

As opções exercidas e as acções adquiridas durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2005, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

PLANO	Nº acções	V. Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2002	4.750	3,70	31 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	184.330	2,84	31 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2004	243.880	3,20	31 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - série 2005	288.200	3,30	18 de Maio
Aquisição de Acções pelos colaboradores – ano 2005	163.500	3,21	18 de Maio
	884.660		

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

54. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2005 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão sobre a Actividade Consolidada.

55. Informações Exigidas por Diplomas Legais

55.1 - Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais

De acordo com o prescrito no nº 5 do Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, com as acções pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Accionistas	Acções	N.º Títulos 31-12-04	N.º Títulos 31-12-05	Movimentos em 2005			
				Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	CIMPOR	12.130		10.000		4,31	29-Abr-05
				3.110		3,21	11-Mai-05
			25.240				
Luís Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	CIMPOR	2.150		540		3,21	11-Mai-05
			2.690				
Jacques Lefèvre (Dr.)	CIMPOR	1.650		540		3,21	11-Mai-05
			2.190				
Jean Carlos Angulo (Eng.)	CIMPOR	7.760					
			9.310	1.550		3,21	11-Mai-05
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.)	CIMPOR	116.490					
				17.500		2,84	23-Mar-05
				34.000		3,20	23-Mar-05
				2.800		3,21	11-Mai-05
				40.000		3,30	19-Mai-05
					101.490	4,48	20-Mai-05
					7.472	4,59	11-Out-05
					250	4,59	12-Out-06
					358	4,59	14-Out-05
					6.920	4,58	04-Nov-05
			94.300				
Luís Filipe Sequeira Martins (Eng.)	CIMPOR	57.590					
					17.590	4,33	01-Mar-05
		14.000				2,84	23-Mar-05
		27.000				3,20	23-Mar-05
		2.640				3,21	11-Mai-05
		31.000				3,30	19-Mai-05
					9.938	4,65	27-Jun-05
					24.702	4,60	28-Jun-05
			80.000				
Manuel Luís Barata de Faria Blanc (Dr.)	CIMPOR	62.760					
				14.000		2,84	23-Mar-05
				27.000		3,20	23-Mar-05
				2.640		3,21	11-Mai-05
				31.000		3,30	19-Mai-05
			137.400				
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	CIMPOR	124.060					
				21.000		2,84	23-Mar-05
				40.000		3,20	23-Mar-05
				2.880		3,21	11-Mai-05
				44.000		3,30	19-Mai-05
			231.940				
Vicente Árias Mosquera (Dr.)	CIMPOR	530		540		3,21	11-Mai-05
			1.070				

Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Título	Nº de Títulos
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (1)	Acções	56.000.000
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	Acções	13.146.245
Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	Acções	312.300
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	Acções	97.825.000
CAXALP, SGPS, Lda. (5)	Acções	211.490

Notas:

- (1) Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.), como membro do Conselho de Administração.
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof.), e José Enrique Freire Arteta (Dr.), como membros do Conselho de Administração.
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr.), como Gerente.
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração.
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.), como Sócio Gerente.



Relatório e Contas Holding

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas
e Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

sobre as Contas Individuais do Exercício de 2005

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa") e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2005, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e apreciação das actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com os demais responsáveis pela gestão, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos e informações consideradas necessárias.

No âmbito das nossas funções, analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e evidencia o montante disponível para distribuição.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do nº 2 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que os supra citados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pela disponibilidade manifestada.

Lisboa, 18 de Abril de 2006

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe
Presidente

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire
Vogal

José da Conceição da Silva Gaspar
Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 1.329.582 milhares de Euros e capitais próprios de 1.166.545 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 187.718 milhares de Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as

circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais foram aplicados de forma consistente com os do ano anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para publicação em separado.

7. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas, e a respectiva Certificação Legal das contas, datada de 8 de Abril de 2005, inclui uma ênfase não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Lisboa, 18 de Abril de 2006

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire

Acta Nº 33

Aos quatro dias do mês de Maio do ano dois mil e seis, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se no Auditório da Culturgest, edifício da Sede da Caixa Geral de Depósitos, na Rua Arco do Cego, em Lisboa, a Assembleia Geral da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 722 900, com o capital social de seiscentos e setenta e dois milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 731.

Presidiu à reunião o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que foi assistido pelo Vice-Presidente Dr. José António Cobra Ferreira e secretariado pelo Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom, secretário da Mesa.

Encontravam-se presentes os membros do Conselho de Administração, Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Presidente), Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Dr. Jacques Lefèvre, Eng. Jean Carlos Angulo, Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc, Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte, Dr. Vicente Arias Mosquera, Sr. José Manuel Baptista Fino e Dr. José Enrique Freire Arteta.

Estiveram igualmente presentes os membros do Conselho Fiscal, Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe (Presidente), Dr. Carlos Manuel Pereira Freire, em representação da Deloitte & Associados, SROC, S.A., e o Vogal Dr. José da Conceição da Silva Gaspar.

Após ter saudado todos os accionistas presentes e os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles informou que a presente Assembleia havia sido convocada nos termos da Lei e dos Estatutos, tendo a respectiva Convocatória sido devidamente publicada, pelo que considerou estarem reunidas as condições para o seu funcionamento, podendo deliberar validamente. Assim sendo, declarou aberta a sessão, informando estarem presentes ou representados accionistas titulares de 438.690.058 acções, representativas de 65,28% do capital social, a que correspondiam 877.353 votos, conforme lista de presenças devidamente organizada e que fica arquivada na sociedade; nos números apresentados estão incluídos onze accionistas titulares de 1.550.834 acções, representativas de 0,23% do capital social, a que correspondiam 3.096 votos, que exerceram o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos, de cujo sentido será tomado conhecimento quando da respectiva votação; estes accionistas estão devidamente discriminados na referida lista de presenças.

Seguidamente, o Dr. Miguel Galvão Teles lembrou que da convocatória da Assembleia constavam os seguintes pontos:

- “PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2005;
- PONTO DOIS: Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço e as contas consolidadas do exercício de 2005;
- PONTO TRÊS: Deliberar sobre a aplicação de resultados;
- PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

- PONTO CINCO: Deliberar sobre a alienação de acções próprias a trabalhadores e membros dos órgãos de administração da sociedade ou de sociedades participadas, ao abrigo do Regulamento sobre Aquisição de Acções pelos colaboradores – Ano de 2006;
- PONTO SEIS: Deliberar sobre a alienação de acções próprias a quadros do Grupo e a membros dos órgãos de administração da sociedade e de sociedades participadas, no âmbito da execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções
- PONTO SETE: Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias.”

(...)

Seguidamente, o Dr. Miguel Galvão Teles, após ter obtido a anuência da Assembleia para que a discussão dos dois primeiros pontos da Ordem de Trabalhos fosse efectuada conjuntamente, sem prejuízo de a respectiva votação ser feita em separado, deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração para que intervisse, no caso de o pretender fazer.

(...)

Ninguém mais querendo usar da palavra, foram os documentos referidos no ponto UM da Ordem de Trabalhos sujeitos à votação, não se tendo verificado qualquer voto contra e havendo manifestado a sua abstenção os seguintes accionistas, titulares de 3.128 votos, entre os quais se incluíam 3.094 votos por correspondência:

Nomes	Votos
- BARCLAYS GLOBAL INVESTORS CANADA LIMITED	30
- EAFE EQUITY INDEX BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	26
- INTERNACIONAL EQUITY INDEX FUND B BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	6
- INTERNACIONAL EQUITY INDEX PLUS BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	28
- ISHARES MSCI EAFE VALUE INDEX FUND	33
- ISHARES MSCI EMU INDEX BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	221
- MSCI EQ INDEX FD B - PORTUGAL BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	1.748
- MSCI EQ INDEX - PORTUGAL A BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	880
- SP EURO PLUS INDEXFUND BARCLAYS GLOBAL INVESTORS	112
- STATE FARM VARIABLE PRODUCT TRUST INT.EQUIT INDEX BARCLAYS GLOB.INVEST	10
- JP MORGAN CHASE BANK AUSTRALIAN LENDING ACCOUNT	2
- MELLON BANK NA PROXI - PROXY SERVICES (GLOBAL CUSTODY DIV0260025)	32

Assim sendo e tomando os votos residuais como votos a favor, o Presidente proclamou terem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício de 2005, sido aprovados por unanimidade dos votos emitidos, num total de 874.225 votos, incluindo 2 votos por correspondência.

Passando-se à votação dos documentos referidos no ponto DOIS da Ordem de Trabalhos, não se verificaram quaisquer votos contra, tendo manifestado a sua abstenção os mesmos accionistas que

já se haviam absterido na votação do ponto anterior, tendo o Presidente proclamado terem o Relatório consolidado de Gestão, o Balanço e as Contas Consolidadas do Exercício de 2005 sido igualmente aprovados por unanimidade dos votos emitidos, num total de 874.225 votos, incluindo dois votos por correspondência.

Entrando-se na discussão do ponto TRÊS da Ordem de Trabalhos, o Dr. Miguel Galvão Teles referiu a proposta do Conselho de Administração sobre a Aplicação de Resultados do Exercício de 2005, que consta do Relatório de Gestão da Cimpor “Holding” e já era do conhecimento de todos os accionistas presentes, pelo que, com o consenso da assembleia, dela apenas leu a sua parte final, transcrevendo-se, no entanto, o respectivo teor integral:

“ Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2005 cifrou-se, em base individual, em 187.718.321,94 euros.

Assim, no respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos:

- *um montante de 9.400.000,00 euros, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, para reforço da Reserva Legal;*
- *mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 20º dos Estatutos, uma quantia de 2.750.000,00 euros para atribuição de gratificações aos administradores e restantes colaboradores que, no final de Dezembro de 2005, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.;*
- *um total de 127.680.000,00 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,19 euros por acção (mais 5,6% que no ano transacto);*
- *a importância sobranete para Resultados Transitados.*

Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do nº 1 do artigo 20º dos Estatutos:

<i>Reserva Legal (alínea c)</i>	<i>9.400.000,00</i>
<i>Remunerações e Gratificações (alínea d)</i>	<i>2.750.000,00</i>
<i>Dividendos (alínea f)</i>	<i>127.680.000,00</i>
<i>Resultados Transitados (alínea g)</i>	<i>47.888.321,94</i>
Total	187.718.321,94

Ainda no âmbito deste ponto da Agenda, foi apresentado pelo representante da accionista TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., a seguinte proposta que foi lida pelo Presidente:

“A forma de proceder à atribuição da verba que, segundo a proposta de Aplicação de Resultados, se destina à Remuneração e Gratificação, previstas na alínea d), do nº 1 do artigo 20º, dos Estatutos, deve ser definida em Assembleia Geral.

Nesse sentido, propõe-se que a Comissão de Vencimentos fique encarregada de fixar qual o montante dessa verba que deverá ser destinada ao Conselho de Administração e qual a quantia que deverá ser atribuída a cada um dos seus membros.

Propõe-se ainda que o montante remanescente seja atribuído pelo Conselho de Administração aos trabalhadores segundo a competência, produtividade e mérito que estes tenham demonstrado durante o ano de 2005."

Depois de breves intervenções dos accionistas Reinaldo Vasconcelos Gonçalves e Domingos José Luís de Sá e dos prontos esclarecimentos que lhes foram prestados, o Dr. Manuel de Faria Blanc, em resposta a uma questão formulada acerca da aplicação da parcela dos dividendos que correspondesse às acções detidas em carteira pela própria sociedade, propôs, com a concordância do Presidente da Mesa, que tal montante fosse levado a Resultados Transitados, tendo requerido que esta proposta fosse submetida à apreciação da Assembleia, com o seguinte conteúdo:

"O montante que correspondesse ao que seria o dividendo das acções que, à data do pagamento, pertençam à sociedade, reverte para resultados transitados; em consequência, o valor do dividendo atribuído a cada acção, não detida pela sociedade, é de € 0,19".

Após o Dr. Miguel Galvão Teles ter obtido o consenso unânime da assembleia para que as duas propostas iniciais e a proposta complementar agora apresentada fossem apreciadas simultaneamente, dada a sua interligação e complementaridade, foram as mesmas sujeitas à votação, em conjunto, não se tendo verificado qualquer abstenção ou voto contra.

Assim sendo, foram as propostas apresentadas no âmbito deste ponto consideradas aprovadas por unanimidade, nesta se incluindo a totalidade dos votos por correspondência, resultado que foi proclamado pelo Presidente.

(...)

Assim sendo e nada mais havendo a tratar, o Presidente, após ter agradecido o voto de louvor formulado pelo accionista Domingos José Luís de Sá pela forma como havia dirigido a Assembleia, deu por encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.

Quando do encerramento dos trabalhos, pelas trezes horas, estavam ainda presentes ou representados accionistas titulares de 438.687.693 acções, representativas de 65,28% do capital social, a que correspondiam 877.349 votos, entre os quais se incluíam 3.096 votos por correspondência.

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

www.cimpor.pt